



PROFHISTÓRIA

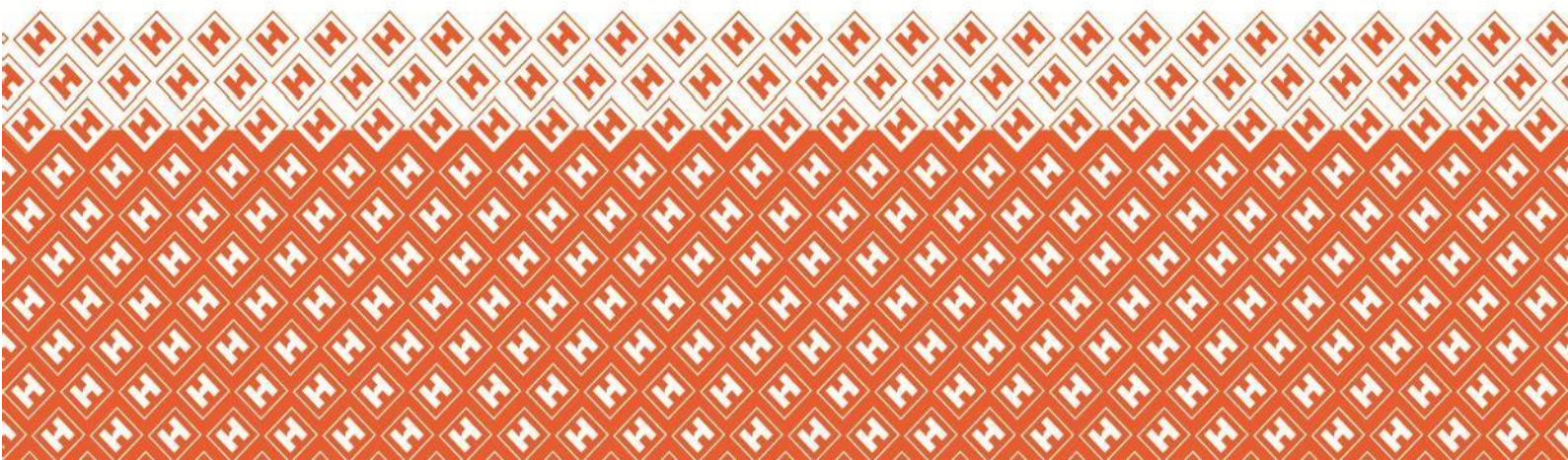
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

EILANE RÉGIA DUARTE LOURENÇO

**TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA: USO
DIDÁTICO DE DOCUMENTOS DA
ASSOCIAÇÃO 64/68-ANISTIA NO ENSINO DE
HISTÓRIA**

MOSSORÓ/RN

2025



EILANE RÉGIA DUARTE LOURENÇO

**TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA: USO DIDÁTICO DE DOCUMENTOS DA
ASSOCIAÇÃO 64/68-ANISTIA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino da História.

**Orientador: Prof. Dr. Marcílio Lima
Falcão**

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

L892t Lourenço, Eilane Régia Duarte
 Trajetórias de resistência: uso didático de documentos da Associação 64 68-Anistia no ensino de história. / Eilane Régia Duarte Lourenço. - Mossoró - RN, 2025.
 110p.

Orientador(a): Prof. Dr. Marclio Lima Falcão.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Anistia. 2. Redemocratização. 3. Ensino de História.
I. Falcão, Marclio Lima. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

EILANE RÉGIA DUARTE LOURENÇO

**TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA: USO DIDÁTICO DE DOCUMENTOS DA
ASSOCIAÇÃO 64/68-ANISTIA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao programa de Pós-graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional do PROFHISTORIA da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Aprovada em: 22 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCILIO LIMA FALCAO**
Data: 05/02/2026 00:02:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcílio Lima Falcão (Orientador)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Documento assinado digitalmente
 **LEMUEL RODRIGUES DA SILVA**
Data: 10/02/2026 21:19:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva (Examinador Interno)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Documento assinado digitalmente
 **FABIO JOSE CAVALCANTI DE QUEIROZ**
Data: 11/02/2026 15:42:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz (Examinador Externo)

Universidade Regional do Cariri (URCA)

Para:

Deus, o Alfa e o Ômega.

O princípio e o fim de todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

Meus pensamentos de gratidão sempre vão em primeiro lugar para Deus. Assim fui ensinada, e mantenho a prática. A realização deste curso representa um forte desejo que existia em mim desde que concluí a graduação, e sua conclusão, materializada neste trabalho, deixa-me profundamente feliz e realizada.

Expresso minha gratidão aos meus pais, que são professores do estado/município e sempre investiram na minha educação e dos meus irmãos. Quando eu queria desistir por algum motivo, ou me via em dificuldades de aprendizagem, eles buscavam incentivar da forma que podiam, e assim concluí as várias etapas de educação até chegar aqui.

Estudei toda a minha vida em escola pública, da educação básica ao ensino superior, portanto conheço bem o valor que tem a boa prestação de serviço no setor público. Hoje sou servidora pública, não mais em escolas, mas em um lugar que também tem como missão preservar e difundir o conhecimento. A partir deste curso aprofundei a compreensão da dimensão e das possibilidades de atuação neste lugar. Agradeço às gestões da Secretaria da Cultura, Secretaria de Direitos Humanos e ao Arquivo Público do Estado do Ceará pelas oportunidades concedidas para a realização deste empreendimento, especialmente à minha orientadora de célula, Janaína Ilara.

Um agradecimento especial aos irmãos Célio e Mário Albuquerque, expressos políticos, membros fundadores da Associação 64/68 - Anistia, que contribuíram muito nesta pesquisa com consultas, através da participação em eventos, com o acesso a pessoas, e pela sua própria luta em favor da reparação de direitos todos esses anos. Deixo registrada também minha gratidão à Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou – CEAWS, e à Secretaria de Direitos Humanos do Ceará - SEDIH.

Agradeço a todos os anistiados políticos do Ceará e seus familiares, alguns dos quais conheci pessoalmente a partir desta pesquisa, pela luta aguerrida que travaram durante toda a vida. Dona Nildes Alencar, Lúcia Alencar, Maria Ruth, Daciane Barreto, Leunan Gomes, Maria Luiza Fontenele, Helena Serra Azul e

tantos outros que me proporcionaram momentos de muito aprendizado e ficarão para sempre em mim.

A despeito de não estar atuando como professora neste momento, sigo trabalhando da melhor maneira para agregar valor a toda e qualquer oportunidade de aprender, debater, produzir e ensinar os conhecimentos a que tive acesso durante a vida, especialmente os adquiridos na jornada percorrida durante o curso. Deixo registrada aqui a minha gratidão à Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte, ao núcleo gestor e técnicos administrativos, aos meus colegas professores e aos meus alunos, que ficaram contentes quando fui aprovada na seleção e me apoiaram enquanto estive com eles.

Muitas foram as pessoas que estiveram comigo neste tempo. Todos merecem meu reconhecimento e gratidão pelos momentos que dividimos. Meu marido, Marcos Júnior, que de modo mais próximo nestes 10 anos de casamento, compartilha dos esforços desde a entrada neste curso de Pós-graduação até o presente momento. Agradeço pela paciência, pela ajuda, pelo apoio e pelo amor.

Meus amigos, Adson Rodrigo, Ana Carolina, Cynthia Brasil, Talita Maciel, e tantos amigos que não consigo citar aqui, mas que foram verdadeiros oásis nos momentos mais difíceis de cansaço, de doenças, de preocupações, e também de alegrias, de conquistas. Aos meus colegas do curso, que foram tão companheiros e dividiram suas trajetórias, alimentos, dormitórios, caronas e os incentivos para que esta culminância fosse possível.

Um agradecimento especial a todos os professores que passaram pela minha vida estudantil. Ao Prof. Dr. Fábio José, com quem tenho partilhado uma amizade duradoura, e que contribuiu tanto com este trabalho e com incentivo e apoio ao longo do caminho. Ao Prof. Dr. Marcílio Falcão, que orientou esta escrita em meio a tantas atribuições como docente e gestor desta Universidade.

Quero agradecer à minha terapeuta, Cintia Reisdorf, que a partir do seu trabalho me ajudou a lidar com todo o processo. Sinto-me felicíssima e extremamente grata por cada aprendizado! O processo que por hora finalizo me fortaleceu pessoal e profissionalmente, e isso não tem preço.

RESUMO

A dissertação analisa as dificuldades de ensino sobre a Anistia e o processo de redemocratização no Brasil no contexto da Educação Básica, especialmente no Ensino Médio público, destacando o distanciamento dos estudantes em relação à importância histórica e política desses temas. É preciso ampliar a problematização no chão da sala de aula sobre as violações cometidas durante a ditadura militar, como perseguições, torturas e desaparecimentos, que é reforçada pelo tratamento superficial da temática nos livros didáticos, que dedicam pouco espaço à Anistia e à Justiça de Transição, apresentando de modo reiterado uma narrativa centrada nos acontecimentos do Sudeste do país, de modo a silenciar realidades regionais e restringindo a compreensão histórica e crítica. O uso do acervo documental da Associação 64/68 – Anistia impulsiona a problematização sobre o potencial pedagógico dos processos de reparação econômica de vítimas da ditadura militar brasileira. Esses documentos revelam trajetórias de resistência, mobilização política e luta por direitos, sobretudo de professores perseguidos durante o período, cujas histórias permitem a abordagem de temas como memória, verdade, justiça, violação de direitos humanos e construção democrática. A pesquisa cruza entre si documentos retirados de processos de requerimentos de anistia e se embasa nas obras de Abrão (2023), Codato (2005), Greco (2003), Napolitano (2021), Reis (2014), Teles (2015; 2020), Bittencourt (2004) e Brasil (2018). Para melhorar o fazer pedagógico relativo ao ensino da Anistia e da Redemocratização brasileira, elaboramos uma cartilha didática que visa aproximar os estudantes das problematizações sobre as experiências humanas durante a ditadura, promovendo reflexão crítica e compreensão da relação passado–presente.

Palavras-Chave: Anistia; redemocratização; ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the difficulties in teaching about Amnesty and the redemocratization process in Brazil within the context of Basic Education, especially in public high schools, highlighting the students' disconnect from the historical and political importance of these topics. It is necessary to broaden the discussion in the classroom about the violations committed during the military dictatorship, such as persecution, torture, and disappearances. This is reinforced by the superficial treatment of the subject in textbooks, which dedicate little space to Amnesty and Transitional Justice, repeatedly presenting a narrative centered on events in the Southeast of the country, thus silencing regional realities and restricting historical and critical understanding. The use of the documentary collection of the 64/68 Association – Amnesty – further explores the pedagogical potential of the processes of economic reparation for victims of the Brazilian military dictatorship. These documents reveal trajectories of resistance, political mobilization, and the struggle for rights, especially by teachers persecuted during that period, whose stories allow for the exploration of themes such as memory, truth, justice, human rights violations, and democratic construction. The research cross-references documents extracted from amnesty application processes and is based on the works of Abrão (2023), Codato (2005), Greco (2003), Napolitano (2021), Reis (2014), Teles (2015; 2020), Bittencourt (2004), and Brasil (2018). To improve the pedagogical approach to teaching about the Amnesty and Brazilian Redemocratization, we developed a didactic booklet that aims to bring students closer to problematizing human experiences during the dictatorship, promoting critical reflection and understanding of the past-present relationship.

Keywords: Amnesty; redemocratization; history Teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estudantes durante aplicação da oficina.....	108
Figura 2 - Estudantes durante aplicação da oficina.....	109
Figura 3 - Estudantes durante aplicação da oficina.....	109
Figura 4 - Estudantes durante aplicação da oficina.....	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	UM DIFÍCIL CAMINHO.....	16
2.1	No presente vivido as marcas de um passado mal resolvido.....	16
2.2	"Passado que não passa": ditadura e anistia no ensino de História.....	22
3	TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA.....	48
3.1	A Associação 64/68.....	49
3.2	Os processos.....	58
3.3	As memórias reveladas.....	68
4	OS PROCESSOS NA SALA DE AULA	76
4.1	A Escola.....	76
4.2	Os documentos processuais: o que dizem e significam?.....	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A - O PRODUTO - CARTILHA DIDÁTICA - ANISTIA E TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA	101

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem origem na prática docente desenvolvida nas escolas nas quais atuei, articulada à experiência adquirida no Arquivo Público do Ceará (APEC). Entre essas instituições, a Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte, localizada no bairro Pajuçara, em Maracanaú (CE), destacou-se como ponto inicial da investigação, por ter sido o espaço em que permaneci por mais tempo e no qual lecionei para um número maior de turmas ao longo dos anos.

Nas aulas sobre a Ditadura Militar e o processo de transição democrática, a partir de 1985, deparei-me com dificuldades em levar os estudantes a compreender a relevância desse período da história brasileira e seus efeitos ainda perceptíveis na configuração social do país. Por terem nascido em um contexto em que a democracia era considerada “plena”, muitos não conseguiam reconhecer claramente as oportunidades disponíveis, mesmo vivendo em condições de vulnerabilidade social e residindo em áreas periféricas.

Para esses estudantes, a possibilidade de ser perseguido, torturado ou morto em razão de posicionamentos políticos contrários ao governo mostrava-se ininteligível. Essa dificuldade de compreensão relacionava-se ao descrédito que nutriam em relação às instituições e aos governantes, percepção moldada por suas experiências familiares e sociais, frequentemente manifestadas nas discussões em sala de aula.

Ademais, os estudantes eram expostos cotidianamente, por intermédio dos meios de comunicação, à associação entre os termos “corrupção” e “governo”, o que reforçava seu desinteresse pelo debate político. Nesse contexto, encontrava-me diante do impasse de abordar a temática em sala de aula, lidando com a apatia generalizada em relação à política e buscando estratégias capazes de superá-la.

O corpo discente era formado, em sua maioria, por jovens nascidos após os anos 2000, que naquele momento encontravam-se na adolescência ou no início da vida adulta. Muitos precisavam trabalhar para auxiliar no sustento da família e frequentavam a escola no período noturno para concluir o Ensino Médio. Nesse

cenário, não se evidenciava — ou ao menos não percebia — um interesse efetivo em compreender o funcionamento da política na realidade social em que estavam inseridos, já que suas atenções estavam voltadas às dificuldades cotidianas. Essas experiências, embora guardassem semelhanças, também contrastavam fortemente com a vivência da juventude dos anos 1960.

O principal recurso disponível para esses estudantes era o livro didático, que destinava apenas um capítulo ao estudo da ditadura militar. Nesse espaço reduzido, temas amplos e complexos, como a Anistia e a Redemocratização, eram tratados em um ou dois parágrafos, de forma superficial. Considero, entretanto, que tais questões são fundamentais para a compreensão do funcionamento político, cultural, social e econômico do Brasil contemporâneo.

O livro didático, além de limitar o espaço dedicado ao tema, apresentava a ditadura militar majoritariamente a partir da perspectiva dos acontecimentos ocorridos no Sudeste do país, silenciando episódios igualmente graves e significativos registrados em outras regiões.

Essa lacuna reforçava a percepção de que o papel do professor é fundamental para ampliar os debates em sala de aula, trazendo novos recursos que possibilitem um olhar mais abrangente sobre o período histórico em questão. Contudo, a rotina exaustiva do magistério frequentemente inviabiliza que o docente realize pesquisas sistemáticas sobre suas inquietações, o que dificulta o aprofundamento didático dessas temáticas.

Foi nesse contexto que, após aprovação em concurso público, passei a exercer a função de historiadora no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), a partir de 2020. A atuação no Arquivo me proporcionou contato direto com a pesquisa documental, o que despertou de maneira mais intensa o desejo de ingressar em um programa de pós-graduação.

Em junho de 2022, com a doação ao APEC do acervo da Associação 64/68 – Anistia, iniciei, junto a uma colega bibliotecária, o processo de higienização e organização do referido fundo documental. O acervo era composto por uma biblioteca, uma coleção de jornais e, sobretudo, centenas de processos de pedidos de reparação

econômica apresentados à Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou (CEAWS), protocolados majoritariamente entre 2003 e 2010.

O trabalho de organização revelou a dimensão do material: foram identificadas 545 pastas, em sua maioria contendo processos jurídicos e documentos diversos, como matérias de jornais e revistas, fichas do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, processos da Justiça Militar, fotografias, CD's, bem como cópias de documentos pessoais (certidões de nascimento e casamento, identidade, CPF, entre outros). Esses registros, reunidos pelos ex-perseguidos políticos do Ceará, buscavam comprovar as violências sofridas durante a ditadura militar e fundamentar os pedidos de reparação econômica.

Para a seleção documental, optei inicialmente por analisar processos de anistiados que atuaram como professores durante a ditadura militar. Em um primeiro levantamento, identifiquei 26 pastas, mas a leitura preliminar revelou limitações, uma vez que os registros se referem majoritariamente às qualificações adquiridas nos anos 2000, não refletindo necessariamente a condição profissional vivida nas décadas de 1960 e 1970, período da repressão.

A partir da sistematização das informações em planilhas, o *corpus* foi reduzido a nove pastas, das quais quatro foram selecionadas por apresentarem documentação mais completa e, sobretudo, pela possibilidade de contato com três anistiados ainda vivos, o que abre espaço para maiores esclarecimentos. Embora diferentes em idade, trajetória acadêmica, vínculos políticos e experiências profissionais, esses sujeitos se aproximam pela condição comum de terem sido perseguidos enquanto professores e pela luta, já nos anos 2000, pelo reconhecimento de seus direitos e pela reparação econômica frente às violações sofridas.

A partir de 2023, já vinculada ao programa de pós-graduação e dando continuidade à organização do acervo, percebi a possibilidade de articular a problemática enfrentada em sala de aula — a dificuldade dos alunos em compreender a relevância da ditadura e da anistia — com o trabalho desenvolvido no Arquivo. Dessa articulação emergiu a proposta de criar um produto didático capaz de auxiliar professores a suprir parte das lacunas do ensino de História sobre o período, valendo-se do uso pedagógico de documentos primários.

A presente dissertação, nesse sentido, analisa o potencial didático dos documentos da Associação 64/68 – Anistia, buscando compreender como as trajetórias de resistência de professores podem ser convertidas em aprendizagens sobre a ditadura militar em diferentes escalas — estadual, regional e local. Para tanto, propõe-se a utilização de fontes primárias em sala de aula, aliadas a outros recursos didáticos, como podcasts e visitas a espaços de memória.

A proposta se ancora na perspectiva de que o ensino de História deve promover o desenvolvimento de habilidades críticas, estimulando o estudante a refletir sobre os processos históricos a partir de documentos e testemunhos, de modo a compreender não apenas a dimensão nacional dos fatos, mas também seus impactos locais. Como lembra Rüsen (2001), a consciência histórica é formada pela articulação entre o passado, o presente e o futuro, sendo responsabilidade do ensino possibilitar que o aluno reconheça o vínculo entre sua própria experiência social e os processos históricos mais amplos.

Nesse sentido, a utilização dos processos de anistia enquanto fonte primária representa um recurso privilegiado para a prática docente. Tais documentos não apenas evidenciam a violência institucional praticada pelo Estado durante a ditadura, mas também revelam trajetórias de resistência e luta por direitos que dialogam com a realidade vivida pelos estudantes. Como observa Bittencourt (2009), a escolha e o uso de fontes em sala de aula deve favorecer o desenvolvimento de competências de leitura crítica, permitindo que o aluno compreenda a natureza fragmentária, subjetiva e socialmente situada dos registros históricos.

A metodologia utilizada no tratamento destes processos de anistia, apesar de não ser o método indiciário, se inspira na experiência transmitida por Carlo Ginzburg no livro *O Queijo e os Vermes* (1987), em que o autor demonstra a possibilidade de acessar as experiências históricas por meio de documentos primários, momento no qual analisa o caso do moleiro Menocchio, julgado pela Inquisição italiana no século XVI.

Assim como os fragmentos documentais revelaram dados como práticas sociais, visão de mundo e meios de resistência da personagem Menocchio, os documentos da Associação 64/68 - Anistia têm possibilidade semelhante, já que os

dossiês não oferecem um retrato pronto e acabado de cada um dos sujeitos estudados, mas suas lacunas podem revelar estratégias de sobrevivência, formas de perseguição, e também visões de mundo dessas pessoas sobre a reivindicação de direitos.

A criação de um produto educacional — no caso, uma cartilha didática intitulada *Anistia e Transição para a Democracia* — busca justamente atender a essa perspectiva. O material reúne textos, documentos oficiais e trechos de processos de anistiados políticos, imagens, fotografias e cartazes de época, sugestões de filmes e livros, indicações de perguntas norteadoras, glossário conceitual e material complementar. A cartilha é concebida como uma ferramenta acessível, que pode ser utilizada tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental II, adaptando-se a diferentes realidades escolares.

O exercício de análise de fontes contribui para que reconheçam as múltiplas dimensões da ditadura militar: a repressão, a censura, a violência de Estado, mas também as estratégias de resistência e de mobilização coletiva. Além disso, ao valorizar trajetórias de sujeitos cearenses, amplia-se a noção de pertencimento e aproxima-se o passado da realidade local dos estudantes.

Reconhecendo que o tempo e a carga de trabalho são obstáculos frequentes na rotina docente, a cartilha cumpre a função de amparar o trabalho docente quanto às possibilidades de explorar o conteúdo oferecendo imagens, documentos e sugestões de leitura para aulas mais dinâmicas e significativas.

Por fim, a complementação de materiais que contêm cópias de documentos devidamente selecionados e adaptados para o contexto escolar, permite ao professor inserir o trabalho com fontes no cotidiano das aulas, sem depender exclusivamente de materiais didáticos tradicionais. Ao lidar com essas fontes, os alunos são desafiados a levantar hipóteses, estabelecer conexões e interpretar indícios, o que contribui para a formação de uma postura investigativa e crítica diante do conhecimento histórico.

A dissertação, portanto, articula duas dimensões: a reflexão teórica acerca do ensino de História, com ênfase na importância do uso de fontes e na formação da consciência histórica; e a elaboração de um produto educacional capaz de contribuir

de maneira prática para o ensino da ditadura militar e da anistia no contexto escolar. Dessa forma, busca-se responder à inquietação inicial: como superar a apatia e a dificuldade de compreensão dos estudantes diante de um período fundamental da história brasileira?

Alguns autores auxiliaram esta pesquisa com suas reflexões. A leitura de Paulo Abrão (2023) colaborou na compreensão do processo político e jurídico da anistia como fundamento para debates sobre direitos humanos e memória histórica. Adriano Codato (2005) contribui para a compreensão e contextualização do período pós-ditadura, formulando uma base importante para o entendimento das disputas de memória e rupturas/continuidades, bem como da composição das instituições democráticas. Heloísa Greco (2003), por sua vez, colabora para a análise da reparação econômica, da luta pela anistia, e da relação do tema com os direitos humanos.

Marcos Napolitano (2021) colabora para que possamos conhecer as narrativas revisionistas que circulam no meio público, sintetizando a construção histórica da ditadura e os usos políticos da memória. Daniel Reis (2014) conduz reflexões acerca da violência de Estado e da repressão, apresentando os efeitos sociais do regime militar, fator valioso para tratar também sobre os direitos humanos e desequilíbrios jurídicos que motivaram a luta por anistia. Edson Teles (2015; 2020), que à época em que era criança foi preso junto com sua irmã por serem filhos de comunistas, agrega em suas obras a experiência de vida, testemunhos e a memória social dos perseguidos políticos, possibilitando compreender como desenvolver atividades didáticas através de fontes narrativas, autobiográficas e memorialísticas.

Com relação ao ensino de História, à BNCC e ao livro didático, utilizamos Circe Bittencourt (2004), que discute o ensino de História, bem como a construção de consciência histórica e o uso de fontes. Além disso, com base Nessa autora, refletimos sobre a metodologia para ensinar temas sensíveis e controversos como ditadura e anistia, corroborando o papel social do ensino de História. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) dá direcionamento sobre o currículo a ser seguido, bem como orienta onde esse tema se encaixa dentro dele, colaborando no alinhamento do ensino da referida temática com as competências e habilidades relacionadas à cidadania, aos direitos humanos, à democracia e à memória.

Conclui-se que o trabalho com documentos primários, especialmente aqueles que trazem à tona experiências locais de resistência e repressão, é um caminho fecundo para aproximar os alunos da temática. Ao reconhecer que sujeitos comuns, como professores, estudantes, trabalhadores, foram perseguidos e se organizaram para resistir, os jovens podem identificar paralelos com suas próprias experiências sociais e compreender que a democracia, longe de ser um dado natural, é resultado de lutas históricas.

Assim, este trabalho reafirma a relevância de integrar memória, história e ensino, contribuindo para que a escola se constitua como espaço de preservação e transmissão de experiências históricas, mas também de formação cidadã. Ao propor a **Cartilha Didática** como recurso didático, busca-se oferecer não apenas um material de apoio, mas sobretudo um convite para que professores e alunos se tornem sujeitos ativos no processo de construção da memória democrática do país.

No capítulo seguinte, tratamos sobre as relações do tempo presente, em que a democracia tem enfrentado desafios no que tange à ascensão das ideias e de políticos da extrema-direita, com o passado de ditadura militar e os resquícios contidos em comportamentos sociais que levaram a episódios como o de 8 de janeiro. Concluimos o capítulo abordando como o ensino de História tem tratado o tema, inclusive nos livros didáticos.

2 UM DIFÍCIL CAMINHO

Neste capítulo, no primeiro ponto, começo refletindo sobre o tempo presente e suas relações com o passado marcado pelo governo ditatorial dos militares brasileiros. Através da minha experiência pessoal, bem como da observação do cenário político mais recente, analisamos algumas práticas de revisionismo histórico, no sentido de compreender a relação presente-passado que mantém práticas sociais e políticas, tais como o hábito da tortura cometida por policiais, a impunidade, especialmente para políticos, o enfraquecimento da democracia através da baixa participação social, entre outros que representam resquícios da ditadura na atualidade.

Buscamos também observar alguns dos impactos que o período de ditadura teve sobre a sociedade atual, e os resquícios oriundos desse tempo, que permaneceram no modo de abordar o tema em livros didáticos e nas salas de aula da educação básica através de coleções de livros que utilizamos em nossa prática pedagógica.

Ainda apresento reflexões de pesquisadores sobre os temas da ditadura e da anistia, estudiosos que têm desenvolvido diferentes análises do que, até então, era propalado na prática da sala de aula tanto pela narrativa dos professores, quanto pelas narrativas presentes nos livros didáticos. O objetivo é discutir a respeito do que chega e de quanto chega das pesquisas acadêmicas nas aulas de história por meio dos livros didáticos.

2.1 No presente vivido as marcas de um passado mal resolvido

Em junho de 2013, durante os preparativos para a Copa do Mundo da FIFA, a Arena Castelão, em Fortaleza, foi palco do amistoso entre as seleções brasileira e mexicana. Em meio à expectativa pela partida de futebol, estudantes, sindicatos, agremiações políticas, movimentos sociais, e cidadãos de modo geral fizeram manifestação de combate à corrupção nas imediações do local em que ocorreria o jogo.

Longe de ser uma expressão isolada, essas manifestações ocorriam em todo o país e foram iniciadas, a princípio, pelo aumento das tarifas dos ônibus, mas também por um maior desejo de representatividade na política, melhorias na saúde e na educação, investigação para os casos de corrupção, diminuição de impostos e mais transparência nas decisões políticas e no uso das verbas públicas.

Torcedores e turistas se misturavam aos manifestantes. Tudo era acompanhado pela polícia militar, que com um grande aparato estava pronta para sufocar qualquer ato que pudesse prejudicar a realização da partida. Com bloqueio, realizado pela polícia, de algumas ruas e vias de acesso, os manifestantes buscaram outras formas de se aproximar do local da partida, fato que deflagrou um grande tumulto, correria, desmaios e machucados quando a polícia iniciou a dispersão da multidão com técnicas e armas de baixa letalidade, termos utilizados por eles mesmos quando vão comentar sobre eventos de contenção de massa.

Com a cavalaria a postos, militares a pé e um helicóptero sobrevoando a região, os manifestantes foram acuados pela marcha dos cavalos, pelas balas de borracha, e pelas latas de gás lacrimogêneo, que choviam do céu naquela tarde quente, como costumeiramente são as tardes cearenses.

Cenas como essa normalmente são vistas nos noticiários no Brasil e no mundo, quando há alguma manifestação que atrapalha ou incomoda os planos de quem está no poder, quer sejam os governos, os empresários ou os líderes religiosos, por mais justa que seja a motivação que reúne aqueles que se manifestam.

Na ocasião participávamos da referida manifestação, não lembro de outro momento na vida em que tenha sentido tanto medo de ser atingida por uma bala ou simplesmente ser pisoteada no meio da multidão que se comprimia numa rua sem saída encurralada pela polícia, pelo simples fato de manifestar um desejo político legítimo. O jogo aconteceu, o Brasil ganhou de 2X0 contra o México. A multidão foi dispersada.

As manifestações acontecidas em 2013, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, são um momento difícil de explicar, mesmo passados mais de dez anos de sua ocorrência. As manifestações foram iniciadas por causa do aumento do preço das passagens de ônibus em vinte centavos. Entretanto, não era somente

pelo preço das passagens, mas havia toda uma conjuntura naquele momento que vinha à tona junto a esse problema das grandes metrópoles brasileiras. Entre esses problemas, Podemos citar a precarização do mercado de trabalho, da remuneração e a má qualidade do transporte público, em detrimento de seu elevado preço, questões que fizeram surgir o Movimento Passe Livre (MPL)¹. A mobilidade era uma questão prática na vida dos moradores de grandes centros urbanos, uma vez que se pagava caro e se gastava muito tempo com deslocamento.

De forma imediata esse movimento agregou pessoas de diversas posições políticas e de diferentes locais pelo país, visto que a situação do transporte público causava geral insatisfação, e pelo fato do preço que havia subido no país inteiro. Apesar do aumento tarifário ter sido barrado no país, fato que conferia um aparente ganho do movimento, as manifestações não foram encerradas, porque a esse problema juntavam-se outros que a sociedade parecia ter necessidade em demonstrar sua insatisfação.

Nesse ínterim, os discursos políticos que antes estavam congregados em prol da situação do transporte, passaram a se separar e fazer outros tipos de denúncias que giravam em torno de, principalmente, três temas: gastos vultosos com a copa do mundo que seria sediada no Brasil em 2014; a repressão desencadeada pelas polícias às manifestações; e a corrupção.

Este último tema, a corrupção, sempre trazido à baila em diversos momentos da história brasileira quando o objetivo é se diferenciar dos políticos da situação², perdurou e foi profundamente importante na ascensão dos discursos da extrema-direita que levaram à polarização política no país.

A polarização política não é nova na História do Brasil, entretanto, era um assunto pouco conhecido, pois de acordo com Fuks e Marques (2022, p. 561), na política brasileira os partidos mais relevantes se posicionavam mais ao centro da escala ideológica, causando no eleitorado a sensação de que os partidos eram

1 TOQUETTI, Gabriela Ferrari. Jornadas de junho. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/69754>. Acesso em: 08 dez. 2024.

2 Naquela época, o Partido dos Trabalhadores estava em seu quarto mandato à frente do governo federal e enfrentava denúncias de corrupção, entre as quais duas ficaram bem conhecidas: Mensalão (2005) e Operação Lava Jato, que foi deflagrada em 2014, mas fruto de crimes e investigações do Banestado nos anos 1990.

ideologicamente semelhantes entre si. Ainda segundo os autores, nos últimos anos há o surgimento de uma nova direita que atua em diversos setores e espaços e que rompeu com a centralidade recorrente nas disputas presidenciais entre PT e PSDB desde 1994.

A quebra dessa centralidade contribuiu com novos padrões de comportamento (Fuks e Marques 2022, p. 561) entre os eleitores, culminando na vitória do candidato Jair Bolsonaro, que embora à época fosse um político inexpressivo conseguiu capitalizar os votos das pessoas que estavam insatisfeitas com uma série de problemas sociais, econômicos e políticos que o país vivenciava. O discurso de Bolsonaro veiculado em redes sociais inflamava uma população saudosa dos “áureos tempos dos militares”, tempos em que tudo “ia à contento”, e que o “cidadão de bem” era respeitado.

A capitalização desses eleitores jovens ou idosos foi marcada principalmente pelo uso das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas, nos quais circulava uma programação criada por demanda para cada tipo de formato (fotos, áudios, vídeos, memes³ e textos). Esses conteúdos foram elaborados para informar sobre uma determinada pauta de interesse do público (conteúdos em sua maioria parciais, ou divulgados de modo distorcido com o intuito de causar confusão, nem sempre primando pela verdade) e foram disparados com o intuito de espalhar-se rapidamente naquilo que se convencionou chamar de “viralização”.

Constituiu-se uma série de adjetivos benfazejos sobre o tempo passado, ligados ao governo militar, e que sob o ponto de vista bolsonarista era o modo correto de governar o país. O autoritarismo por Bolsonaro defendido seria, no seu entender, o que poria fim à corrupção e o armamento da população seria a solução para o fim da violência. Ausentando-se de todos os debates entre os presidencialistas naquela campanha eleitoral de 2018, defendendo o uso de armas como forma de estabelecer

3 Meme é uma expressão usada para descrever uma ideia/mensagem geralmente relacionado ao humor que se espalha via Internet. Na sua forma mais básica, meme é tudo aquilo que os utilizadores da Internet repetem, simplesmente uma ideia que é propagada através da World Wide Web. Esta ideia pode assumir a forma de um hiperlink, vídeo, imagem, website, hashtag, ou mesmo apenas uma palavra ou frase. O meme pode espalhar-se via compartilhamento de pessoa à pessoa através de redes sociais/mensageiros, blogs, e-mail direto, fontes de notícias e outros serviços baseados na web, tornando-se geralmente um fenômeno viral. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_\(Internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_(Internet)). Acesso em: 03 abr. 2025.

o fim da violência, e proclamando abertamente um discurso de ódio, especialmente às minorias como LGBTQIA+, o então candidato à presidência encontrou eco entre parte da população brasileira que não conhecia, de fato, as várias nuances do passado, e portanto vivia de forma saudosista.

Schwarcz (2019, p. 223) discute a capacidade que a História tem de lembrar, mas também de esquecer, e portanto de repetir fatos. Segundo a autora, a história brasileira está cheia de “seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistência e esquecimentos”. Como exemplo dessas lacunas podemos trazer o tema da escravidão e do racismo, pois se a cada ano o 13 de maio é lembrado como o fim legal da escravidão no Brasil, cotidianamente nos deparamos nos jornais com “trabalho análogo à escravidão”. Associado a isso, o racismo, que mesmo sendo tão comum é invisibilizado ou desvalorizado como ato vil com discursos e atitudes “normalizadas” na sociedade brasileira.

Neste exercício de lembrar/esquecer, Dias e Souza (2014, p.172) discutem sobre como os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* retratavam o golpe em 1964, e como se referiram a esse período no aniversário de 50 anos do Golpe, em 2014. Os autores explicam que embora a luta pelos Direitos Humanos tenha ganhado fôlego nos discursos acadêmicos e sociopolíticos a partir dos anos 1980, os militantes da causa “sofreram muitas críticas e conviveram com a absoluta *indiferença*⁴ dos vencedores para com a memória coletiva dos vencidos.”

Quando falamos sobre a ditadura militar e as consequências desse período na história nacional, conseguimos perceber essas seleções e invisibilidades nos livros didáticos, nos currículos escolares, na mídia e na memória social que não conseguiu se apropriar de modo concreto do tema. Prova disso é a ascensão de políticos como Bolsonaro.

Portanto, embora não seja o foco do presente trabalho, trazer a memória de tais eventos para o grande público é, sem sombra de dúvida, de grande importância. Ações desse tipo reverberam no ambiente escolar, uma vez que os estudantes convivem com pessoas de diversas idades e diferentes ideias, de modo que durante essa convivência formam suas primeiras impressões, que são levadas para as aulas.

4 Grifo da autora.

A julgar pelos acontecimentos que se sucederam após 2013, quais sejam: *impeachment*, reformas trabalhistas que tiraram direitos do trabalhador, ascensão de uma direita conservadora ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro, vários políticos conservadores nas câmaras legislativas espalhadas pelo país, a forma com que o governo Bolsonaro tratou a pandemia de COVID-19, chamando-a de “gripezinha” e desincentivando a vacinação da população, entre outras coisas, percebe-se um crescimento do cenário autoritário no país.

A professora Lília Schwarcz (2019, p. 226) ressalta, ainda, que

Para onde quer que se tente olhar [...] vem se tornando cada vez mais fácil encontrar governos que, [...] entre si acabam por dialogar através de seus modelos análogos: uma sorte de populismo autoritário, que vem testando a resiliência institucional das democracias em seus respectivos países.

Isso nos leva a refletir que da mesma forma que a democracia é construída, a escalada autoritária também é, ficando a observação de que regimes autoritários não surgem na sua faceta mais dura de uma hora para outra, mas que são paulatinamente desenvolvidos.

No caso brasileiro, e ainda de acordo com Schwarcz (2019, p. 225) “Todo governo procura usar a história a seu favor. No entanto, e não por coincidência, governos de tendência autoritária costumam criar a sua própria história.” Desde o pleito que levou Jair Bolsonaro ao poder, vemos esse tipo de atitude, quando o mesmo defende o ex-coronel do exército, Brilhante Ustra, famoso torturador, bem como a volta da ditadura militar.

Após a ascensão de Bolsonaro ao poder, alguns veículos de comunicação em massa, a exemplo do Grupo Bandeirantes, bem como produtores de conteúdo para a internet, como é o caso da Brasil Paralelo⁵ (de forma especial), têm usado e abusado da narrativa histórica, distorcendo-a a partir de seus interesses.

5 A empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A foi fundada em Porto Alegre – RS, no ano de 2016. Entre outras atividades, produz vídeos sobre política e história, utilizando-se de um viés de extrema-direita e conservador, alinhados com intelectuais defensores desse mesmo ponto de vista. Enfrenta críticas de entidades acadêmicas e de jornalistas sobre a ideologia negacionista de seus audiovisuais. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BrasilParalelo>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Assim, após essa breve reflexão sobre os acontecimentos recentes, que não pretende ser uma análise detalhada e exaustiva, buscamos identificar algumas das marcas que o passado autoritário deixou na comunidade brasileira, fazendo-a manter alguns padrões sociais e culturais que se manifestam de forma mais ou menos sensível, a depender da conjuntura política e econômica que esteja na pauta do dia, levando-nos a perceber que as ações do tempo presente têm relação com o passado.

2.2 "Passado que não passa": Ditadura e Anistia no ensino de História

Como professora da Educação Básica desde 2012, especialmente na etapa do Ensino Médio em escolas públicas, tenho trabalhado sucessivamente com um grande cabedal de conteúdos dispostos pelos livros didáticos para cada série desta etapa de ensino.

A partir da experiência profissional durante esses anos, pude observar que quando o assunto é “Ditadura Militar no Brasil”, e “Processo de Redemocratização”, os livros didáticos são bem objetivos ao se referirem a temas como tortura, perseguição estatal por discordância política, desaparecimento e morte de pessoas sob tutela do Estado, sobre anistia e sobre como tudo isso tem sido tratado e discutido pelos governos e pelos próprios remanescentes desse período.

No ensino de História, a abordagem do tema “Anistia” ainda enfrenta algumas dificuldades. Embora haja menção do assunto nos livros didáticos, percebe-se a pouca profundidade aplicada na reflexão desse tópico, tanto na História recente do país, como na História de outros tempos e lugares que passaram por ditaduras e fizeram sua transição para a democracia, esclarecendo o que se passou durante o regime repressivo.

Gostaríamos de expor quatro pontos que observamos na própria prática docente e de colegas com quem convivemos ao longo dos anos, quais sejam: 1 - polarização política e ideológica, que tem se acirrado a partir de 2014; 2 - deficiência na formação continuada, devido a sobrecarga de horas-aula e diversas dificuldades nas condições de trabalho; 3 - materiais didáticos insuficientes ou inadequados; 4 - repressão e censura ao expor assuntos mais sensíveis.

A polarização política e ideológica que assiste-se no Brasil tem suas raízes fincadas na complexidade da composição histórico-política e social da população. Entretanto, segundo Mario Fuks e Pedro Marques (2022, p. 561), o assunto “polarização” ainda é pouco conhecido no Brasil, uma vez que até pouco tempo os partidos políticos se direcionavam mais ao centro da escala ideológica. Todavia, esses estudiosos corroboram com cientistas políticos que apontam para o surgimento de uma nova direita nas ruas, no parlamento, e nos meios de comunicação, tanto tradicionais quanto alternativos, como a internet e as redes sociais.

Na sala de aula é possível sentir o efeito dessa nova direita entre os estudantes a partir da visão política que eles trazem da sua vivência fora da escola. Percebemos isso quando eles trazem para as aulas perguntas ou mesmo acusações sobre “doutrinação de esquerda”, “comunismo” e parcialidade dos professores sobre ideologias políticas, com base naquilo que ouvem de suas lideranças religiosas, de seus pais e de diversas fontes que se alimentam de falsas informações ou informações incompletas.

Assuntos como doutrinação, ameaça comunista, ideologia de esquerda, entre outros assuntos, foram bem disseminados pelas fake news que eram disparadas em grupos de aplicativos de mensagens⁶ instantâneas durante a campanha eleitoral de 2018. A prática de distribuir conteúdos pela internet sem embasamento científico ou prévia checagem sobre sua veracidade ganhou força especialmente na pandemia de COVID-19, momento em que as pessoas estavam isoladas dentro de casa com mais tempo disponível para consumir esses conteúdos.

Os professores e as escolas passaram cada vez mais a ser alvos da “fiscalização” dos estudantes e dos pais com relação a possíveis posicionamentos políticos durante as aulas, fato do qual já se tem registro desde o movimento conhecido como *Escola sem Partido*. Tópicos como o *homeschooling* e a militarização de escolas passaram a ser mais discutidos, favorecendo modificações no espaço escolar que, em alguns casos, tornou-se mais conservador.

6 Esses grupos eram formados espontaneamente pelas pessoas em aplicativos como Whatsapp. Portanto cada pessoa poderia estar em diversos grupos diferentes, como o grupo da família, grupo do condomínio, dos amigos, da igreja, do trabalho, favorecendo a disseminação de notícias nessas pequenas comunidades que têm uma característica peculiar, pois são formadas por pessoas que se conhecem, conferindo certa credibilidade àquilo que é ali divulgado.

Como exemplo citamos o caso da prefeitura de Maracanaú - CE, cidade em que a escola Flávio Ponte (que é estadual) está inserida. Das 83 unidades escolares que a prefeitura de Maracanaú possui, entre Creches, Ensino Profissionalizante e Ensino Fundamental, nove dessas unidades foram adaptadas ao modelo cívico-militar.⁷ O município ainda conta com uma escola estadual de ensino médio que foi transformada em Colégio da Polícia Militar - CPM Tenente Mário Lima, em 2020.

Barlach e Castanhedi (2024) explicam que diferentemente do que ocorreu no Norte Global, em que setores que se enfraqueceram com a globalização ficaram ressentidos com as políticas de esquerda, no Brasil a extrema-direita se fortaleceu após o período de políticas de inclusão e redistribuição de renda, que reduziram as desigualdades sociais nos anos 2000, elevando o acesso das classes mais populares a espaços e condições de consumo que não existiam antes.

As conquistas da população mais pobre, como a chegada dos filhos às universidades, a compra de um meio de transporte financiado, a conquista da casa própria através de programas sociais, segundo os autores, geraram na nova classe média um sentimento de abandono por parte do Estado brasileiro.

De acordo com os autores, a classe média vê suas conquistas como fruto de esforço individual, o que lhes causa uma sensação de serem descartáveis para o Estado, além de terem suas conquistas ameaçadas por políticas públicas que favorecem grupos vulneráveis. Um exemplo amplamente conhecido é o sistema de cotas nas Universidades Públicas, bastante questionado por defensores das propostas da extrema-direita.

Os autores concluem seu pensamento explicando que esse sentimento nutrido pela nova classe média de ser descartável para o Estado, junto com uma valorização da liberdade individual, ao invés da busca de soluções coletivas, somado à nostalgia do passado que versa sobre uma perda de valores tradicionais, favoreceu a adoção do discurso e das propostas conservadoras.

⁷ Ver listagem do total das escolas em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/seduc/escolas-municipais/>; Ver edital para ingresso nas escolas cívico-militares em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/download/edital-002-2024-escolas-civico-militares/#>. Acesso em: 08 set. 2025.

Em 1964, quando a ditadura militar teve início, houve uma divisão entre os que apoiavam escancaradamente os militares e os que não concordavam, mas que se mantinham calados por medo do que pudesse vir a acontecer. Havia, ainda, aqueles que não necessariamente se posicionaram porque eram pessoas comuns sem ligações estreitas com as ocorrências da política nacional, e que não tiveram incidentes que os levassem a conhecer o tratamento dado aos discordantes.

Não tendo vivido à época da Ditadura, e para entender um pouco mais sobre esse período cheio de camadas e distintos pontos de vista, buscamos fazer como Edson Teles e Renan Quinalha (2015, p. 34), que afirmam que “quando queremos recordar de algo, recorremos, normalmente, às nossas próprias lembranças. Em outras ocasiões, quando não conseguimos fazê-lo com clareza, podemos utilizar o testemunho dos outros.” Então utilizamo-nos dos dossiês organizados pelos anistiados para embasar e complementar o que, ao nosso ver não é contemplado no currículo e nos livros didáticos, a fim de que os estudantes tenham informações mais completas e a oportunidade de, junto a estudos e discussões qualificadas, formarem uma opinião crítica e mais abrangente, que respeite a diversidade de camadas existentes na história política e social do país.

A formação dos professores também é um ponto a ser colocado dentro da educação de modo geral, e particularmente no caso da História e do assunto Anistia. Na Universidade, a depender da matriz curricular que foi utilizada à época e dos interesses individuais sobre o estudo dos diversos assuntos, esse tema pode ficar entre aqueles que são pouco debatidos.

Ao chegar na escola para exercermos o magistério, somos normalmente tomados pelo ativismo da sala de aula e suas múltiplas demandas, sobrando pouco tempo para um estudo continuado, uma atualização dos debates e pesquisas mais recentes do mundo acadêmico, e uma necessária ponte entre Educação Básica e Educação Superior, ensino e pesquisa.

Ao professor é sempre solicitado que esteja atualizado, com as aulas planejadas em dia, inovações metodológicas e outras coisas mais, entretanto, o que é mais comum vermos é a dificuldade na liberação para estudos de pós-graduação,

falta de verbas para projetos escolares, e outros problemas que a maioria dos professores relatam dos diferentes lugares de onde falam.

Há, ainda, o debate sobre os materiais didáticos, que ficou ainda mais inflamado a partir da reforma do Ensino Médio pensada no governo Temer, em 2017, e que iniciou sua implantação em 2022, mas com a mudança de governo, ocorrida em 2023, foi abortada sem que um novo plano fosse estabelecido.

No meio educacional muito se falou a esse respeito, principalmente das mudanças na estrutura curricular, que retirariam componentes ou diminuiriam sua carga horária em detrimento de outros componentes apontados como mais importantes. Tudo isso com o “objetivo” de dinamizar a educação da faixa-etária que compõe o Ensino Médio, que deveria se preparar e se adaptar para entrar no mercado de trabalho.

De acordo com Simões (2017, p. 55), a partir da reforma no currículo proposto para o Ensino Médio, “evidencia-se o predomínio das preocupações com o êxito escolar com custo mínimo e com uma precoce e arbitrária preparação das juventudes para o mercado de trabalho simples e de baixo valor remunerado [...]” onde “a referida área (Ciências Humanas) e seus respectivos professores precisam de maior controle, ocupando lugar subalterno e administrado a serviço dos interesses empresariais-neoliberais.”

No ensino fundamental, que na opinião da autora é uma etapa escolar aparentemente mais estável, no sentido de não ter tantas e tão profundas mudanças em sua estrutura, o ensino da ditadura militar e da anistia também fica situado somente nos dois últimos anos da etapa, e de forma pontual.

No entanto, como concentramos nossa prática de ensino na etapa do Ensino Médio, apresentamos, para uma melhor fundamentação deste trabalho, algumas coleções de livros didáticos que utilizamos em sala de aula, ou que ganhamos de editoras à época da escolha do livro e que foram guardadas em casa para eventuais consultas.

Realizamos, então, uma breve análise das obras porque foram obras que utilizamos no decorrer de nossa prática profissional tanto em aula com os(as)

alunos(as), como em estudos complementares para fazer o planejamento, e outras atividades correlatas à prática docente. A escolha que fizemos delas para constar neste trabalho deve-se também ao fato de que foram obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, e que portanto foram opções escolhidas como adequadas pelo Ministério da Educação - MEC e por professores que foram contratados especificamente para esse fim pelo próprio Ministério, para serem utilizados nas salas de aula de todo o país, tendo sido o material de trabalho de milhares de docentes e discentes. Portanto acreditamos ser importante deixar aqui registrado o nome dessas obras:

- 1 - História, Sociedade e Cidadania - Alfredo Boulos Júnior - Editora FTD - Ano 2013;
- 2 - Ser protagonista - História - Obra coletiva da Edições SM - Editora SM - Ano 2013;
- 3 - História, Sociedade e Cidadania - Alfredo Boulos Júnior - Editora FTD - Ano 2016;
- 4 - Coleção Humanitas.doc - Ronaldo Vainfas, Sheila Faria, Jorge Ferreira - Editora Saraiva - Ano 2020 (Coleção composta de 6 unidades que englobam as 6 áreas temáticas das Ciências Humanas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC).

Trabalhar com coleções didáticas não é algo simples. As singularidades que envolvem o processo de concepção e produção do material pedagógico vão muito além do que é visto como o produto final. É um exercício circundado pelas demandas do contexto, seleções de conteúdos, imagens, historiografia e as próprias condições tipográficas que incidem no valor agregado da obra.

Argumentando sobre essa questão, Tânia de Luca, na obra *Práticas de Pesquisa em História* (2017), explica, entre outras coisas, a importância de conhecer os dados não apenas da obra em si, mas da editora, do autor, e outros detalhes que abrigam informações. Esses dados são imprescindíveis à compreensão da dinâmica dos recursos despendidos à elaboração do projeto político e gráfico das coleções, bem como ao entendimento das visões de sociedade que se configuram nos interesses explícitos e implícitos das narrativas que constituem a obra.

A obra de Alfredo Boulos Júnior, que aparece por duas vezes entre os livros que utilizamos em anos de escolha de livros diferentes publicados em 2013 e 2016, que participaram dos PNLD de 2015 e 2018, respectivamente. As obras a que tivemos

acesso são coleções compostas de três livros para o Ensino Médio, elaborados pelo autor e pela editora FTD, entretanto há coleções de História com o mesmo nome e elaboradas pelo mesmo autor para todas as séries dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental também.

A primeira edição da coleção *História, Sociedade e Cidadania* (2013), que concorreu ao edital do PNLD/2015, foi interpretada como uma material didático que expressou a busca por uma educação emancipatória.

A coleção apresenta compromisso com a promoção de uma formação cidadã ao discutir os temas cidadania, questões ambientais e movimentos sociais em atividades voltadas à reflexão sobre tais questões. (PNLD, Guia 2015, p. 78).

No volume 3 destinado à 3ª série do Ensino Médio aparece na unidade 3, especificamente no capítulo 11, o conteúdo “O regime militar”. A temática “Movimentos sociais: passado e presente” aparece na obra como um elemento de ligação para reflexão sobre os Movimentos Sociais. É possível notar um esforço em resumir os acontecimentos que marcaram o contexto, sendo o uso de imagens um recurso bastante utilizado pelo autor.

A narrativa sobre a anistia aparece junto ao tema do Novo Sindicalismo de forma bem pontual, explicado como “perdão” aos que tinham lutado contra o regime militar, junto a um cartaz da Comissão Brasileira de Anistia (CBA). O texto não trata das nuances da Lei de Anistia nº 6683/79, e nos capítulos seguintes sequer menciona o desenrolar desse processo no período de redemocratização e de luta política.

Compreendemos que em um livro didático as escolhas também são feitas para atender aos critérios pedagógicos, editoriais, financeiros, entre outros. Entretanto, dentro dessas escolhas percebemos um enfoque maior nas questões econômicas do período, nos fatos políticos, como a Constituição de 1988, e nas mudanças por ela trazidas, tais como: a volta da democracia a partir das eleições diretas para os cargos do executivo e legislativo, a preocupação com o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, entre outras mudanças.

Desta forma, compreendemos que cabe ao professor, em seu planejamento, focar em outras temáticas de acordo com seu conhecimento, com as preferências e

desenvolvimento da turma. Assim, o estudo da anistia poderia ser trabalhado de diversas maneiras, como por exemplo dentro de um projeto científico, a partir de atividades de pesquisa, com debates em sala de aula, através de leituras de texto ou a partir de filmes, podendo-se priorizar o mês de Agosto, já que é o mês de aniversário da lei.

Acreditamos que apresentar os livros consultados e referenciados nas obras didáticas em questão auxiliaria numa melhor demonstração e compreensão da presença e abordagem do tema da anistia, da justiça de transição e de reparação no material e, por extensão, em sala de aula. Resolvemos, então, montar uma tabela para que as informações ficassem mais simples de visualizar. As informações foram retiradas do livro do professor, que normalmente contém as orientações pedagógicas e outras indicações de leitura para aprofundar os assuntos. Todos os livros são referentes à 3ª série do Ensino Médio, período escolar em que o assunto é comumente abordado.

Quadro 1 - Livros referenciados/consultados sobre Ditadura Militar e Anistia

Obra Didática/ Ano de publicação	Editora	Bibliografia/ Referências bibliográficas
História, Sociedade e Cidadania/2013.	FTD	O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX - Jorge Ferreira e Lucila Delgado – 2009. O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte - Marly Rodrigues.
Ser protagonista/2013.	SM	Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina - Alberto Aggio e Milton Lahuerta – 2003. Ditadura e democracia na América Latina - Carlos Fico – 2008. Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França, Alemanha - Marco Aurélio Garcia e M ^a Alice Vieira – 1999. A era FHC: um balanço - B. Lamounier e Rubens Figueiredo – 2002.

		Diretas já: quinze meses que abalaram a ditadura - Domingos Leonelli – 2004. O regime militar brasileiro - Marcos Napolitano – 1998.
História, Sociedade e Cidadania/2016	FTD	O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX - Jorge Ferreira e Lucila Delgado – 2009. O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte - Marly Rodrigues.
Humanitas.doc/2020.	Editora Saraiva	REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. 1968: a paixão de uma utopia. <u>3.ed.</u> Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. ZAPA, Regina; SOTO, Ernesto. Eles só queriam mudar o mundo [1968]. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta (org.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O que foi dito da publicação da obra *História, Sociedade e Cidadania*, em 2013, pode-se aplicar ao publicado em 2016. Entretanto, percebemos uma alteração na diagramação do livro com leves modificações textuais, que não implicaram mudança de sentido entre uma obra e outra. As reformas concentram-se prioritariamente na parte estética, já que no livro de 2013 vemos uma diagramação com textos e imagens dispostos em duas colunas por página, e na obra de 2018 percebemos o texto em apenas uma coluna, com a modificação de poucas imagens entre uma obra e outra. As indicações de audiovisuais nos boxes indicam as mesmas produções e as tabelas são as mesmas, não havendo um acréscimo em sua análise ou a presença de outra abordagem.

Observando a bibliografia, as referências bibliográficas e as sugestões de leitura para os professores e alunos das referidas obras do autor Alfredo Boulos Júnior, não são encontradas indicações que tratem especificamente de anistia, redemocratização, justiça de transição ou justiça de reparação. As obras consultadas e/ou referenciadas dizem respeito estritamente ao assunto da Ditadura Militar, deixando lacunas para professores e alunos naquilo que é ou foi produzido sobre o tema recentemente. O que é indicado com mais frequência nas duas edições são links de audiovisuais que claramente fazem parte do projeto editorial, contribuindo para que a estrutura da obra atenda aos critérios do edital do PNLD.

A coleção *Ser Protagonista – História*, da Editora SM⁸, teve sua segunda edição publicada no ano de 2013, quando participou do PNLD/2015. Sobre a editora, no próprio site não há informações mais detalhadas, entretanto é possível saber que é uma empresa que está há oitenta anos no mercado da educação espanhola, mas presente no Brasil desde 2004, ou seja, há pouco mais de 20 anos. Pelos dados

8 A editora SM está ligada à Sociedade de Maria, uma sociedade mariana católica romana, é uma congregação de irmãos e padres chamados de marianistas, conhecida também como Irmãos e Padres Marianistas. A sociedade foi fundada pelo beato Guilherme José Chaminade, um padre que sobreviveu à perseguição anticlerical durante a Revolução Francesa. A Sociedade é um dos quatro ramos da Família Marianista, cujos membros seguem Maria como modelo de fé e espiritualidade. Eles acreditam que a melhor forma de viver uma vida espiritual é dividir sua fé com os outros, trabalhar com os pobres, educar ou nutrir a mente, o corpo e a alma. A Sociedade de Maria foi fundada em 1817, em Bordéus, na França. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_de_Maria_\(Marianistas\)#cite_note-11](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_de_Maria_(Marianistas)#cite_note-11) <https://www.smeducacao.com.br/fundacao/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

apontados no site, a empresa teve seu início com professores ligados à Ordem Marianista.

O volume 3 da coleção, destinado ao terceiro ano do Ensino Médio, prioriza mais o trabalho com textos, embora não deixe de apresentar imagens, questionamentos e interdisciplinaridade. Sobre o tema da anistia brasileira, é bem sucinto, trazendo a compreensão de que a Lei da Anistia de 1979 beneficiou os torturadores, e que isso é motivo de contestação pelas vítimas e pelos parentes das vítimas. Ao todo, um único parágrafo é dedicado ao tratamento do tema no texto do capítulo 13, intitulado “A ditadura militar no Brasil”.

Com base nas obras de referência citadas no material da editora SM, concluímos que não houve consulta a material específico sobre a temática da anistia, entretanto é possível afirmar que entre as obras citadas há as que englobam informações a respeito do tema. Apesar das informações apresentadas na obra didática serem muito pontuais, pode-se dizer que o que foi explicado no texto didático é praticamente senso comum, pois é a principal crítica sobre o efeito da Lei de Anistia.

Entretanto, a obra como um todo conta com cinco capítulos que tratam dos temas ditadura e democracia/redemocratização. De longe, dentre as demais aqui analisadas, é a que mais debate os temas, focando nas questões brasileiras, mas também agregando a situação de outros países que enfrentaram ditaduras e fizeram processos para reestabelecer a democracia.

Caso o material didático da editora SM fosse estudado em sala de aula por completo, ou seja, todos os capítulos propostos, seria possível ter uma compreensão básica sobre a ditadura não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, bem como iniciar a compreensão de que retornar à democracia foi uma trajetória tortuosa e cheia de disputas.

Entretanto, ainda fica uma grande lacuna no que diz respeito à forma como aqueles que foram perseguidos por essas ditaduras, especialmente no Brasil, se beneficiaram da volta à democracia. Ou ao menos como foram reconhecidos, retratados e indenizados pelo Estado. Qual foi o veredito da justiça para essas pessoas? Onde e como essas pessoas estão hoje depois de tantos anos?

Todas essas reflexões cabe ao professor estabelecer, já que o livro tem limites. Porém, como fazê-lo se não houver uma troca com a produção acadêmica que cotidianamente se desenvolve na Universidade, já que as demandas escolares tomam um tempo considerável do profissional? Talvez a pergunta não seja pertinente para esta altura do texto, mas mantenho-na por acreditar que este trabalho encontra-se longe do ponto final dentro das possibilidades que pode vir a oferecer, e por acreditar que perguntas sempre precisam ser feitas, tendo ou não respostas no exato momento, pois elas oferecem caminhos, que é uma singela pretensão da autora com este trabalho.

O livro mais atual a que tivemos acesso foi elaborado para atender às mudanças do Novo Ensino Médio - NEM, em que não havia livros didáticos organizados por disciplina, mas por área do conhecimento. Não chegamos a utilizá-lo em aula, pois na escola na qual trabalhava⁹ as mudanças do NEM estavam sendo implantadas nas turmas matutinas e vespertinas, permanecendo o turno noturno sem mudanças imediatas, portanto sem uso dos livros novos.

A coleção que guardamos em casa foi a *Humanitas.doc*, da Editora Saraiva¹⁰. A obra conta com seis volumes correspondentes às seis grandes áreas de conhecimento elencadas pela BNCC. Uma dessas áreas é sobre Cidadania e Direitos Humanos.

Dentro de um contexto educacional e político completamente diferente das obras aqui expostas anteriormente, percebemos que nesta publicação de 2020 o assunto anistia é somente pontuado dentro do capítulo da ditadura militar. Esta obra, porém, traz um termo diferente das obras anteriores: autoanistia.

No parágrafo em que trata como funcionava a lei de anistia brasileira, diz o seguinte: “[...] impôs uma anistia política muito polêmica: era parcial para os opositores

9 Referimo-nos à Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte, localizada em Pajuçara, no município de Maracanaú-CE. A escola, à época em que trabalhei, funcionava em três turnos somente com o Ensino Médio, sendo a única que adotava o ensino regular, já que a outra escola situada no mesmo bairro funcionava com o ensino profissional integrado.

10 A editora foi fundada pelo português Joaquim Saraiva, em 1917, com foco em publicações na área jurídica. De acordo com seu site, a editora aumentou seu catálogo de obras nas décadas seguintes, inclusive com obras didáticas. A sociedade aumentou, em 1973, a partir da chegada de dois grandes autores de didáticos que fundaram uma editora à parte, a Atual, com foco na educação básica e obras infanto-juvenis.

da ditadura, pois não valia para uma parcela dos envolvidos na luta armada, mas total para os torturadores a serviço do regime.” (VAINFAS, 2020. p. 104). Ou seja, deixa implícito que a lei visava mais proteger os militares que eram o braço estatal, do que aqueles que foram vítimas desse braço. A partir dessa explicação, quando trata dos processos de anistia de lugares como o Chile, escreve que “em 1978, a junta militar impôs a autoanistia aos autores de torturas e assassinatos.” (p.105)

Um adendo que deve ser feito a essa coleção é que nas referências bibliográficas há um pequeno comentário sobre o conteúdo de cada livro consultado, o que favorece distinguir quais o professor poderá aprofundar.

Isso denota que a forma como a anistia, a redemocratização, e a justiça de transição foram apropriadas e transmitidas pelos autores dos livros didáticos passa por impactos das obras consultadas, do tempo que escrevem, das possibilidades oferecidas pela editoria, da organização curricular que indica e prioriza quais os conteúdos ensinados.

A produção acadêmica sobre esses temas desenvolve-se a cada dia, bem como os acontecimentos políticos que trazem o tema à baila no cotidiano, de forma que provavelmente essas narrativas serão modificadas no futuro próximo. Nesse momento é possível perceber que a narrativa pedagógica sobre a anistia e sobre o período de transição para a democracia foi um tanto prejudicada, causando o que chamamos aqui de déficit pedagógico.

Em estudo sobre as narrativas da Ditadura Militar em livros didáticos, Helenice Rocha (2015, p. 103) explica que

A denominação de Ditadura Militar para o processo histórico transcorrido entre 1964 e 1985 passou a ser utilizada nos títulos e menções presentes nos livros didáticos de história a partir do reconhecimento tácito do período como ditadura e da possibilidade de sua enunciação como tal. As narrativas sobre a ditadura foram se transformando ao longo da década de 1980. É nesse momento que os livros didáticos começam a afirmar a existência de um período ditatorial e a mencionar o golpe militar, alguns deles de forma ainda tímida.

A situação analisada pela professora exemplifica a dificuldade em utilizar o termo “ditadura militar” antes de 1980, o que aponta a sensibilidade com que situações e temas derivados dele fossem trazidos e discutidos no âmbito da educação escolar.

Cabe observar que no rol das Ciências Humanas, especialmente na História, o tratamento de temas recentes vêm carregados de posições políticas e emocionais que derivam da vivência pessoal e social de autores, estudantes, professores, pais e da sociedade que se aglutina no espaço escolar.

É certo que os autores da coleção deixam sua crítica nas poucas linhas, entretanto, para um volume dedicado aos Direitos Humanos e à Cidadania, o assunto foi praticamente deixado de lado, quando na verdade poderia ter propiciado uma ótima discussão, inclusive inovadora, sobre esse tópico tão contemporâneo e pouquíssimo discutido.

De modo geral, nas obras mencionadas, quando chegamos à temática Ditadura/Redemocratização, a menção ao tema específico da anistia é muito pontual, sem grandes explicações sobre o conceito, além de dar a entender que é algo que ocorreu há muito tempo, sem qualquer consequência ou desdobramento atual.

Se juntarmos as informações sobre anistia nas obras aludidas, temos poucas informações sobre a matéria. Em resumo, um estudante que estivesse com esses livros em mãos e fosse interpelado sobre o assunto poderia responder que a anistia era prometida desde 1974 pelo presidente Ernesto Geisel, que a caracterizava como ampla, geral e irrestrita, mas que apesar do “abrandamento” do regime nesses anos de governo, a anistia foi uma conquista de movimentos sociais que teve que esperar até 1979 no governo Figueiredo.

O estudante ainda poderia informar que no governo Geisel, manter o regime estava se tornando difícil, devido a pressão da sociedade civil pela abertura política. Por fim, que a lei de anistia de 1979 permitiu a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos, mas que não foi “geral e irrestrita”, pois alguns militares que discordavam do golpe não conseguiram se reintegrar.

A julgar pelo resumido de informações, percebemos uma falta de profundidade e de propriedade sobre a temática. Essa simplificação, caso não seja sanada pelo professor com outros materiais e estudos, tende a ficar como um assunto sem maior importância e sem grandes impactos na vida dos/as estudantes, fato que se prova inverídico, uma vez que ideias de extrema-direita têm crescido no país e conquistado um bom número de jovens.

No momento em que a sociedade brasileira vive atualmente, no qual a palavra anistia tem sido repetida de forma recorrente, consideramos que isso é um indício de que não há uma compreensão adequada da população sobre o assunto. Conforme demonstrado nas obras didáticas analisadas, não há como compreender bem o significado e a dimensão de um processo de anistia e sua importância para o estabelecimento da memória, da verdade e da justiça no trato político e social.

A anistia sobre a qual tratamos neste trabalho é a que se refere à Lei número 6683/79. A lei possui apenas 15 artigos que versam sobre o período ao qual esse perdão abrange, qual seja, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. A lei também deixa claro que se refere apenas a crimes políticos ou que suspenderam direitos políticos, excetuando crimes como assalto, terrorismo, sequestro e atentado pessoal.

Conforme buscamos explicar ao longo desta dissertação, a lei que teve um impacto tão relevante na vida política do país permanece pouco clara à população, tendo as obras didáticas uma considerável colaboração nisso. Obviamente não pretendemos culpabilizar os autores ou mesmo as editoras e seus projetos pedagógicos por isso, porém, como grande parte do povo toma conhecimento sobre política a partir do que recebe na escola por meio dos professores, dos livros e dos projetos educacionais, não podemos deixar de observar que os livros didáticos, tanto no corpo de texto, como em seus boxes de ampliação de conteúdo, não estimulam a busca por esse conhecimento, dando mais peso a fatos econômicos e políticos dos governos que se sucederam.

Tecemos uma crítica às escolhas feitas pelos autores, que priorizam uma narrativa factual sobre planos econômicos ou movimentos socioculturais que marcaram o período, sem distinguir situações que acabam por passar despercebidas, mas que na verdade fazem parcelas da sociedade fermentar ao longo do tempo, desembocando em defesa de ideias como a volta da ditadura militar, em atitudes reacionárias e negacionistas, como tem-se visto no caso da vacinação, da lgbtfobia, do racismo, entre outras. Compreende-se que o projeto editorial visa atender às demandas do edital que determina as características que a obra deve ter para ser aceita no concurso do Ministério da Educação, que seleciona os livros didáticos que poderão ser adquiridos pelas escolas.

Sabe-se que o currículo escolar é uma área de disputa por vários setores, tanto governamentais quanto da sociedade civil. Isso se dá pelo fato de que aquilo que é ensinado na escola tem boas chances de promover a manutenção de ideologias ou, conforme diz a Constituição de 1988, favorecer a pluralidade de ideias e concepções, tornando os cidadãos que estão em formação suscetíveis a aceitar valores e crenças que podem arrefecer ou exacerbar tensões e conflitos sociais, por exemplo.

Feitas essas reflexões, entramos no quarto ponto, que seria a repressão e a censura que alguns professores sofrem ou sofreram ao exporem assuntos mais sensíveis, como é o caso da ditadura e da anistia. Após as eleições de 2018, há tanto a censura velada como a exposta. Eu mesma já fui acusada de parcialidade por um aluno, apenas por fazer questionamentos sobre determinadas atitudes do então presidente Bolsonaro dentro da aula, quando buscava partir da realidade atual para discutir o assunto proposto naquele dia, que seria a Revolta da Vacina.

Dessa forma, a anistia, assim como a ditadura, embora sejam temas que estão como conteúdos a serem ensinados dentro do componente curricular História, ainda demandam atenção por serem assuntos que impactam diretamente na formação crítica e cidadã dos jovens que estão na escola e que terão em pouco tempo o poder de decisão sobre os rumos da política nacional.

Tal como na situação descrita anteriormente vivenciada por mim, que já exercia o magistério à época, mas também permanecia estudante, pois estava na Universidade cursando especialização, as biografias dos professores que são o objeto deste estudo se assemelham. Não há a pretensão de dizer que as lutas eram iguais, nem que tiveram a mesma intensidade ou as mesmas consequências, entretanto nas duas épocas diferentes jovens professores estão em manifestações sociais reivindicando atenção para pautas que consideram importantes e exercendo sua cidadania.

A busca por uma educação emancipatória passa pela construção da consciência de não apenas ensinar uma teoria ou um pensamento em si, vazio de sentido, mas vivenciá-lo na prática, de forma que contribua para a mudança social que, por si só, exige uma participação política e crítica de cada indivíduo.

Ao refletir sobre a abertura política brasileira e os aspectos da justiça de transição no ensino de História, o professor Jeferson Gevigier (2020) defende que no contexto em que vivemos atualmente, marcado por retrocessos políticos e negacionismos históricos, é necessário desenvolver nos estudantes uma cultura histórica e a compreensão de quais ferramentas dispomos para perceber e transformar a realidade. Portanto, comentamos sobre os aspectos do golpe, de forma breve, para então refletir sobre como os governos militares, desde o final dos anos 1970, sentiram as pressões da sociedade e passaram a produzir discursos sobre distensão e abertura política.

A discussão sobre essa temática nos remete à reflexão sobre o golpe civil militar, momento em que as elites políticas e econômicas, aliadas aos interesses do capital externo na conjuntura da Guerra Fria, promoveram o rompimento da ordem democrática, destituindo o presidente João Goulart do mandato. Esse golpe foi arquitetado com a complacência de diversos setores e instituições, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, Escola Superior de Guerra - ESG (Fico, 2025. p. 364).

Para o historiador Marcos Napolitano (2021, p. 15-16), “se houve alguma importância histórica no governo Jango ancorada em um projeto minimamente coerente e consistente, ela se diluiu na fragilidade política da governabilidade.” Essa leitura pode ser amparada na imagem de fragilidade do próprio presidente, narrativa muito presente nos livros didáticos.

Para Napolitano, o governo Jango não tinha consistência política, fato que alimentou a crise política que ensejou o golpe civil-militar. O autor certamente se refere ao fato de que no período de João Goulart na presidência, o país encontrava-se dividido entre setores populares que almejavam reformas e melhorias sociais, e do outro lado uma elite reacionária acompanhada de empresários que queriam impedir essas reformas a todo custo, além, é claro, da política anticomunista estadunidense que apoiava grupos para evitar a propagação dessas ideias no continente.

Antes da deposição, Jango enfrentou a oposição dos militares ao seu governo, uma vez que, de acordo com Reis (2014, p. 30), era visto como uma “ameaça à estabilidade do país e uma promessa certa de caos”, pois quando da renúncia de

Jânio Quadros, as dificuldades impostas para que a sucessão se realizasse mostram uma quebra da ordem democrática constitucional ainda antes de 1964.

Desde os anos 1950 as ameaças de golpe eram constantes. De acordo com Napolitano (2021, p. 17), o ambiente político conservador, elitista e tradicional que se opunha à participação política das massas via em João Goulart ações de “inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política”, que os assustou e os fez se oporem ao governo, apoiando o golpe por medo do comunismo somado à crise política conjuntural.

Desde o final de 1963 as esquerdas sinalizaram a realização, de fato, das agendas da reforma agrária, do voto aos analfabetos, da legalização do Partido Comunista, entre outros fatores. A direita conservadora que rejeitava a participação política das massas apoiou o golpe civil-militar (NAPOLITANO, 2021, p. 45 - 46).

Na análise do historiador Johnny Rosa (2017, p. 23), e de acordo com o que explicou o professor Caio Navarro de Toledo, houve duas atitudes de Jango que favoreceram essa fragilidade: a anistia concedida a militares revoltosos, contrariando o Ministro da Marinha; e um discurso feito no Automóvel Clube do Brasil, para marinheiros, no qual João Goulart conclamou a necessidade de reformas.

A reação a esse último discurso, a nosso ver, abre uma espécie de vácuo no poder político, no qual quem agisse primeiro teria vantagem no desencadeamento de ações. Os eventos ocorridos no famigerado março de 1964, tanto as Marchas quanto os discursos de Jango acham, nas ações ou na falta delas, apoiadores de ambos os lados o feriado da semana santa daquele ano.

Para Daniel Aarão Reis (2014, p. 43-44), o apressado general Olympio Mourão Filho foi essa pessoa que agiu mandando soldados, mesmo que mal armados, para o Rio de Janeiro em 30 de março. Com a falta de orientações contrárias, a ordem constitucional foi quebrada, empurrando Jango “aos soluços” para o exílio, “apavorado diante do incêndio que ajudara a provocar, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava.”

Uma vez executado o golpe e suprimida a constituição vigente, a ditadura recém instalada construiu suas bases jurídicas para dar legalidade ao regime através

dos Atos Institucionais, emitindo 17 atos institucionais entre 1964 e 1969. Além disso, outras leis, como a Lei de Segurança Nacional nº 898/69, que substituiu a lei nº 314/67, ampliou e fortaleceu os poderes do executivo nacional à medida que combatia as atividades consideradas subversivas ou significativas ao regime, inclusive definindo crimes contra a segurança nacional, e incluindo atividades que poderiam "colocar em risco a integridade do território e do regime vigente", podendo perseguir qualquer ato interpretado como uma ameaça, mesmo que fosse apenas uma crítica ou uma manifestação de importação.

Segundo Daniel Aarão Reis (2014, p. 98-100), a chegada do general Ernesto Geisel à Presidência da República, em 1974, retoma um estilo de "governo autoritário, mas com um quadro jurídico sem ditadura", conforme tentou o general Castello Branco anteriormente. Essa visão é amparada na leitura que Daniel Aarão faz sobre a organização de uma institucionalização e superação do estado de exceção, afirmando que Castello Branco fez "aprovar uma Constituição que viabilizava um Estado autoritário", mas que esse propósito acabou "detonado com a edição do AI-5."

Essa diminuição, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 246-250), ocorria não por causa de uma conjuntura internacional política e econômica que forçasse uma mudança interna no país, mas por causa da ala castelista, que era mais moderada e, portanto, intentava essa descompressão política.

Ainda segundo Motta (2021, p. 250), a grande imprensa também se incomodava com o endurecimento do regime após o Ato institucional nº 5, pois segundo ele "não era que eles (os jornais) desejassem propriamente uma democracia plena - ou não teriam apoio do regime militar -, mas também não queriam uma ditadura eterna." Ou seja, a elite brasileira queria uma ditadura do tipo *haute couture*, com modelagem exclusiva e feita sob medida para o projeto de país que acreditavam ser o mais adequado para eles mesmos. Obviamente esse projeto deixava de fora a grande maioria da população, que nos idos dos anos 1970 sofria com inúmeras carências sociais e econômicas, faltando-lhes, muitas vezes, o essencial para se ter dignidade, como assistência à saúde, acesso à educação, ao lazer, ao trabalho e à habitação decente, entre outras.

Para a Ditadura Militar parece ter sido importante o fato de manter a hierarquia, a aparente autoridade dentro e fora das Forças Armadas. De acordo com Motta (2021, p. 251), a manutenção da repressão em sua agudeza poderia provocar a perda do controle político do país por parte dos militares, que necessitavam do apoio de parte dos civis.

Essa preocupação se dava inclusive internamente, já que havia diferentes correntes ideológicas dentro dos quartéis. Então a estratégia era ceder um pouco, promovendo a distensão, para dar a entender que havia uma boa vontade e uma busca sincera pela democracia. É possível que esse ponto seja importante no reflexo da abertura política e na concessão da anistia, já que a “marca” desse processo é um jogo de negociação, com o objetivo de dar a entender algo, e não de realizar algo de fato, principalmente se for a punição de grupos que agiram com aprovação estatal.

O desenvolvimento econômico era uma pretensão dos governos militares, que inclusive lançaram dois planos nacionais de desenvolvimento - PND, como forma de buscar a autonomia e, por fim, as objeções e críticas da esquerda, que classificava os governos militares como entreguistas (REIS, 2014. p. 95).

Após dez anos de ditadura, já no governo Geisel, as eleições bipartidárias deram vitória a uma maioria do MDB, partido de oposição consentida ao governo, demonstrando que havia um enfraquecimento da política praticada pelos militares.

De acordo com Teles e Quinalha (2020, p. 22-23), a justiça de transição apareceu na história de lugares que passaram por regimes de exceção com transformações políticas, sofrendo a intervenção dos antigos ditadores que fazem os acordos com as novas lideranças democráticas, o que mantém resíduos do antigo regime político dentro do novo.

A abertura política iniciada nos anos 1980 esbarrava com as problemáticas jurídicas criadas a partir da ditadura, como por exemplo a constituição de 1967, suas emendas controversas e os atos institucionais. Segundo Daniel Aarão Reis (2014, p. 151), que chama de “entulho autoritário” o conjunto de leis que ainda vigoravam nos anos 1970 e início dos anos 1980, havia uma falta de consenso tanto da situação, quanto da oposição sobre uma nova constituinte, fato que gerou a edição de mais 27 emendas à constituição de 1967.

Em 1985, também através da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro, é que foram dados poderes ao congress, que seria eleito no ano seguinte, ou seja, em 1986, para organizar a nova Constituição do país. Isso demonstra que a queda da ditadura foi bastante lenta e, de fato, negociada politicamente, não havendo espaço para um debate aberto e franco sobre os acontecimentos dos anos anteriores.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 274-303), essa abertura política é negociada com estratégias de popularização da figura do presidente. No final dos anos 1970, João Figueiredo tinha a missão de equilibrar o jogo político, conservando o poder para os militares, mas ao mesmo tempo abrindo o cenário para as forças de oposição que vinham ganhando força e notoriedade com os movimentos sociais.

Ainda para Rodrigo Patto (2021, p. 285), na transição brasileira “as disputas foram temperadas com acordos e acomodações”, prevalecendo uma lei de anistia que, a priori, não contemplava as demandas de todas as pessoas envolvidas, mas que atendia a uma maioria, tornando-se efetiva, já que era o “possível” naquele momento de transição para a abertura.

No caso brasileiro, mesmo passados mais de 40 anos do fim da ditadura, a história ainda não foi estudada a contento, tendo em vista que os acordos praticados no passado ainda interferem na investigação e no esclarecimento do que ocorreu, especialmente quando se fala dos mortos e desaparecidos que estavam sob a responsabilidade estatal.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP¹¹ foi instituída durante o governo Fernando Henrique Cardoso por meio da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Essa comissão encontrava-se vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, que funcionou ininterruptamente até dezembro de 2022, quando foi extinta no governo do presidente Jair Bolsonaro, e recriada recentemente, em julho de 2024, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

11 Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Especial_sobre_Mortos_e_Desaparecidos_Pol%C3%ADticos#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Especial%20sobre%20Mortos,per%C3%ADodo%20de%201961%20at%C3%A9%201979. Acesso em: 07 ago. 2024.

A anistia no Brasil ainda tem uma trajetória obscura, que não está claramente contada e escrita, tendo em vista que há cerca de 10 anos a Comissão Nacional da Verdade - CNV ainda fazia suas investigações e relatórios. Pelo tempo que se passou de 1979 até a atualidade, os personagens que sobreviveram ao período estão ficando idosos, muitos já morreram à espera das indenizações, ou mesmo do reconhecimento do seu direito à verdade e à justiça.

Percebemos, portanto, que a justiça de transição é algo que ficou indefinido historicamente, pois a sua consecução foi bastante lenta e com entraves à realização efetiva. A literatura aponta que a anistia “ampla, geral e irrestrita” propagada pelo governo Geisel não trouxe os efeitos esperados, a exemplo de outros países como a Argentina, que instituiu tribunais e julgou os torturadores, por exemplo.

Ainda segundo Teles e Quinalha (2020, p. 25-26), a democracia implantada nos períodos posteriores aos regimes de exceção não levou em consideração as peculiaridades de cada local, que tem sua própria história e dinâmicas sociais, deixando de envolver politicamente a população nesses processos de criação do novo regime político.

Em 2018, ano eleitoral, o Brasil se viu marcado pela polarização política iniciada desde os anos de 2013 e 2014. As ações praticadas pela política tradicional, bem como a falta de representatividade das minorias que contribuíram para o fim da ditadura nos anos 1980, e a realização de eleições diretas serviu como um catalisador dos acontecimentos na década seguinte às chamadas Jornadas de Junho, colocando no centro do debate público nacional a ditadura iniciada no ano de 1964.

A vivência em sala de aula nos permite observar que ao mesmo tempo em que temos mais abertura e informações para discutir a política e seus rumos, menos conseguimos fazê-lo de forma efetiva. O conteúdo trazido nos livros didáticos é, ainda, bastante factual, cabendo ao professor trazer outras abordagens¹².

12 Compreendemos que o trabalho do professor sempre pode ser melhorado e enriquecido a partir do desenvolvimento de metodologias próprias e do uso de diferentes fontes, como por exemplo as Redes Sociais, os Podcasts, os documentários, os films, entre outros. O ProfHistória é um grande colaborador do professor nesse sentido, uma vez que a vivência em sala de aula possibilita o desenvolvimento do ensino, tornando a prática pedagógica em sala um grande laboratório. Os produtos elaborados durante o curso precisam ser melhor divulgados, de modo que cheguem a mais profissionais pelo Brasil, que podem usá-los integralmente ou adaptá-los às suas necessidades.

Entretanto, as várias mudanças pelas quais o ensino tem passado nos últimos anos, especialmente com a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC na educação básica como um todo, assim como as alterações no Ensino Médio têm impactado na quantidade de tempo e na metodologia que o professor utiliza para desenvolver esses conteúdos, como por exemplo o trabalho baseado no desenvolvimento de competências e habilidades.

A BNCC já era um documento previsto pela Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e no Plano Nacional de Educação, de 2014, tendo o início de sua elaboração a partir de 2015. A BNCC foi aprovada em duas etapas: a primeira em 2017, para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, e a segunda em 2018, para o Ensino Médio.

Uma das mudanças propostas pela BNCC foi uniformizar as aprendizagens essenciais dos estudantes para cada série/ano da educação básica, de modo que a cada fase escolar os alunos do país inteiro tenham acesso a um mesmo nível de conhecimento. A priori, mesmo sem ser um currículo, a BNCC se propõe a ser uma norteadora do que é adequado para cada fase escolar. Ao alcançar essa pretensa equidade, haveria então um impacto na formação dos professores, nos materiais didáticos e nas avaliações externas, as quais demonstram resultados tão caros às propagandas governamentais.

Outras mudanças possuem o foco no desenvolvimento da aprendizagem por competências e habilidades, estabelecendo competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, sendo centradas no desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e culturais.

Dentro desse foco de competências e habilidades, a BNCC oferece a ideia de educação integral, em que o objetivo não é a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento pleno do aluno, trazendo novamente a ideia de cidadãos críticos, autônomos e responsáveis.

A interdisciplinaridade é outra proposta, junto com uma preocupação maior com o desenvolvimento das competências socioemocionais e a incorporação de tecnologias digitais. A avaliação e o monitoramento da Educação Básica também devem se adequar a tais mudanças.

É necessário dizer que mudanças como a alteração curricular dos componentes que compõem as Ciências Humanas, a padronização que retirou parte da autonomia do professor, e o foco exacerbado em avaliações externas, por exemplo, trouxeram mal-estar à comunidade escolar, principalmente aos professores que não necessariamente compreenderam o que deveria ser feito na implementação da Base. Claro que essa afirmação é uma observação estritamente pessoal da autora deste trabalho, e que um aprofundamento sobre o assunto se faz necessário em momento oportuno.

No próprio document, a BNCC ressalta que a escola deve ser recriada (2018, p. 462):

Para responder a essa necessidade de recriação da escola, mostra-se imprescindível reconhecer que as rápidas transformações na dinâmica social contemporânea nacional e internacional, em grande parte decorrentes do desenvolvimento tecnológico, atingem diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação. Nesse cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular.

Apesar de falar em “recriação”, o documento não especifica como isso vai acontecer, entretanto, algumas palavras se repetem ou aparecem em destaque ao longo do texto, como por exemplo as seguintes: mundo do trabalho, formação integral, flexibilidade, organização curricular, protagonismo juvenil, entre outras.

Numa leitura mais atenta do documento, percebe-se que mesmo utilizando palavras cheias de ideais nobres, por trás desse conjunto há um projeto que na prática não leva o aluno a ter pensamento crítico, nem uma educação integral, conforme proposto, já que pressupõe-se uma escolha de itinerários de formação, que devem ser escolhidos pelos jovens quando estes nem mesmo completaram e aprofundaram sua formação básica, que é uma das finalidades do Ensino Médio.

Entrando no contexto específico das Ciências Humanas, percebemos que embora na BNCC haja um eixo que aborda as questões relativas à Política e Trabalho, que abrange uma gama de temáticas, algumas se sobressaem, como por exemplo a violência contra a mulher, o racismo, o trabalho escravo, a intolerância religiosa, sendo

pouco abordadas as questões sobre a política e suas relações com grupos opositores, que por vezes acabam se tornando alvo de perseguições e extermínios.

A competência específica número 5 prescreve a seguinte ideia: “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.” (BRASIL, 2018, p. 570)

Dentro desse eixo há 4 habilidades muito amplas, que dizem respeito basicamente à identificação, análise e avaliação de situações e contextos pertinentes. Entretanto, dentro desta lógica tão ampla das competências e habilidades, para o ensino de História não encontramos um direcionamento específico de como realizar essas ações cognitivas apontadas nos verbos de cada habilidade.

Apesar de a BNCC contar com duas competências, quais sejam, a 5 (Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos); e a 6 (Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade), que podem abranger temáticas como anistia, justiça, cidadania, democracia, não observamos dentro do quadro de habilidades uma que aponte para o conhecimento específico dessas temáticas, cabendo ao professor, dentro de seu tempo, interesse e expertise para desenvolver esse conhecimento.

Na sequência didática que foi proposta ao final deste trabalho, realizamos o planejamento da oficina com base na habilidade que, ao nosso ver, favorece a abordagem dos conhecimentos sobre o que tem-se refletido até aqui. Trata-se da habilidade EM13CHS602, que traz em seu texto a seguinte narrativa de habilidade: “Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.” (BRASIL, 2018, p. 579)

Fizemos uso da referida habilidade por ela abarcar diversas possibilidades e temáticas, como por exemplo o tratamento dado aos povos originários, a atuação dos movimentos sociais que se organizaram contra o desrespeito aos direitos humanos, características da constituinte de 1988, a redemocratização brasileira, a anistia, entre outros temas correlatos à cidadania, à política e aos direitos.

A reflexão sobre o trabalho dessas temáticas na escola vai ao encontro da criação da Associação 64/68 – Anistia, que durante seu tempo de atuação reuniu diversas pessoas que foram perseguidas nos anos 1960 e 1970 por suas posições políticas e pelo exercício do direito de se contrapor ao regime imposto.

3 TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS

A formação da Associação 64/68 como entidade representativa e para a qual convergiam pessoas que buscavam os benefícios provenientes da lei de anistia se constitui como objeto do capítulo a partir da problematização das narrativas que mobilizaram os requerentes e de suas justificativas em busca de reparação diante do Estado brasileiro.

Nessa articulação também se problematiza as histórias desses professores como um grupo, bem como suas motivações à época em que foram perseguidos; as causas alegadas pelos militares; as vidas desses docentes a partir da perseguição, recorrendo um pouco sobre as histórias como um todo, por meio das narrativas pessoais encontradas no conjunto documental.

Nos parágrafos que seguem neste início de capítulo, apresentamos cada um dos professores e professoras, objetivando fazer uma perspectiva inicial que favoreça a compreensão do contexto das trajetórias por eles realizadas. O aprofundamento dessa discussão é desenvolvido em detalhes nas seções que tratam de cada um dos processos.

Caio Cirino era professor concursado do estado do Ceará. Dava aulas de matemática no Liceu do Ceará, e na deflagração do golpe necessitou abandonar sua lotação na escola, pois tornou-se um perseguido pelos militares por ser entusiasta e participante de movimentos sociais. Passou um tempo exilado do país, e na volta encontrou dificuldade de retomar seu trabalho como professor.

Assis Aderaldo era professor, mas ao mesmo tempo estudante, já que cursava Filosofia na Faculdade de Filosofia do Ceará, hoje transformada em Universidade Estadual do Ceará - UECE. Apesar da perseguição que o impediu de dar aulas em cursos pré-vestibulares e colégios particulares da capital cearense, sobreviveu com sua família mudando-se para outros locais do país e entrando em uma profissão diversa daquela para a qual vinha estudando e foi obrigado a abandonar. Aperfeiçoou-se na nova profissão, voltou para as lutas político-trabalhistas como representante sindical de sua categoria. No retorno ao Ceará, concluiu o curso de direito e passou a advogar junto à causa dos anistiados.

Mércia de Vasconcelos Pinto teve uma jornada bastante difícil até conseguir se firmar após a ditadura, através de um concurso na Universidade de Brasília. Viveu exilada em outros países porque no Brasil não encontrava oportunidades de trabalho como professora de artes. Inclusive, ela narra dificuldades de assumir a vaga no concurso pelo fato das perseguições que lhe foram feitas no sentido de dificultar sua entrada na Universidade.

Maria Ruth Cavalcante era ligada à Ação Popular (AP), organização da Igreja Católica. Ruth estudou pedagogia a partir de 1966 na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde foi presa em 1968 ao ministrar um curso de alfabetização de adultos de acordo com o método Paulo Freire. Ao mesmo tempo em que era estudante, também atuava como educadora popular divulgando o método de Paulo Freire. A história da prisão e fuga de Ruth é cinematográfica. Foi impedida de continuar seu curso e viveu anos exilada na Alemanha.

Cada uma dessas pessoas foi, a partir do *Movimento Anistia 20 anos* ocorrido no final dos anos 1990 em Fortaleza-Ce, organizando-se, compartilhando informações, ocupando espaços na sociedade civil com palestras, lançamento de livros e exibição de filmes. Esses fatos culminaram na formalização da associação 64/68-Anistia, uma entidade que se organizava em torno da memória de seus componentes, num enfrentamento às consequências que a ditadura militar deixou neles mesmos, em suas famílias e em seus amigos.

3.1 A Associação

Ao ser aprovada em concurso público para o cargo de historiadora, fui lotada no Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, lugar que aguçou a minha curiosidade sobre as possibilidades e a vivência do processo de uma pesquisa. Em 2022, um acervo foi entregue aos cuidados do APEC, pois a entidade produtora dessa documentação estava sendo desfeita, mas desejava que o público tivesse conhecimento e pesquisasse sobre a documentação.

A entidade em questão era a Associação 64/68 - Anistia¹³, que havia sido criada para dar suporte aos anistiados políticos e fazer memória das perseguições daqueles que pensavam diferente dos governos compostos por militares, que dominaram o Brasil até 1985. Essa instituição foi fundada em 20 de novembro de 1999, idealizada durante o *Movimento Anistia 20 anos*¹⁴ que trazia informações sobre pessoas que sofreram violências e perseguições políticas perpetradas pelas ditaduras, especialmente a ocorrida no Brasil a partir de 1964, e simpatizantes à causa.

O material que chegou ao Arquivo Público não foi completamente organizado, como já foi explicado anteriormente. Devido a isso não foi possível localizar a ata de fundação, bem como a sequência de atas e demais documentações administrativas da entidade que foram produzidas no seu tempo de existência. Dos materiais resgatados em tudo que ainda falta separar e catalogar, foi encontrado o estatuto da associação, e algumas atas feitas entre os anos de 2016 e 2023, que tem como conteúdo principal a eleição da diretoria que assumia por dois anos a condução da instituição.

Nas atas encontradas, observa-se que a sede era situada à rua Instituto do Ceará, 164 - bairro Benfica - Fortaleza-CE, mudando-se posteriormente para a rua General Sampaio, 1600 - Casa 04 – Centro, Fortaleza-CE. As atas encontradas estavam registradas no 2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Cartório Moraes Correia, e no cartório do 6º Ofício de Notas Públicas Melo Júnior.

Na cópia do estatuto, que foi autenticada em cartório em 01 de junho de 2016, encontramos informações que definem a natureza da referida instituição. Nos artigos 1º e 2º assim lemos:

Art. 1º - A Associação 64/68 (...) é uma entidade civil, de natureza cultural e política suprapartidária, sem fins lucrativos, com duração de tempo indeterminado e foro e sede na cidade de Fortaleza (...).

Art. 2º - A Associação 64/68 tem por finalidades a defesa jurídica e política das vítimas da ditadura que vigorou no Brasil a partir de 1964; 2) a construção e a divulgação da memória relacionada aos acontecimentos históricos dos períodos de 1964 e 1968 até a conquista da anistia política de 1979; 3) a participação na vida cultural e política do país.

13 Informações retiradas do Blog da Instituição. Disponível em: <http://anistia6468.blogspot.com/>. Acesso em: 22 jun 2023.

14 Ocorrido em 1999, esse movimento é liderado por ex-presos políticos e anistiados que se reuniram para comemorar o aniversário de 20 anos da Lei de Anistia de 1979. A partir desse movimento, surge a Associação 64/68 Anistia.

Nos demais artigos do referido estatuto constam os direitos e deveres dos sócios, as atribuições do cargo e o regramento daquilo que é pertinente à instituição. O regramento foi definido no dia da constituição da associação, porém como a cópia autenticada em cartório está datada de junho de 2016, não é possível saber se os membros diretores que assinam eram os mesmos de 1999.

Na documentação administrativa da associação não é possível identificar e listar os advogados da instituição. Sobre essa informação, o que se pode fazer é organizar os nomes dos advogados que assinam a maioria dos processos, mas somente a título exemplificativo. Então como advogados que aparecem em vários processos de anistiados temos: Tarcísio Leitão, Pádua Barroso, Marcus de Paula Pessoa, Francisco de Assis Costa Aderaldo, Odijas de Paula Frota, entre outros.

Uma das escritoras que acompanhou a associação e parte dos associados e suas lutas quando a instituição funcionava foi a professora Ana Rita Fonteles Duarte, que escreveu sua tese de doutoramento publicada como livro em 2012 (p. 93), pesquisando o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará - MPFA. A professora explica que a produção de memórias sobre o período ditatorial é desencadeada no Ceará a partir da reorganização das pessoas que foram perseguidas, tendo em vista a comprovação de perdas sofridas por elas.

Ana Rita Fonteles Duarte afirma também que no final da década de 1990 a criação de leis federais e estaduais que estabeleciam critérios para reparações “econômicas, trabalhistas, estudantis e emocionais causadas pela ditadura”(p. 93 - 95), somou-se como aglutinador para a formalização da Associação.

Pela passagem dos 20 anos da Lei de Anistia, várias solenidades e eventos de diversos tipos foram organizados no intuito de dar visibilidade ao assunto, fato que podemos constatar ao escrutinar a totalidade do acervo que possui várias matérias jornalísticas (Cadernos completos com reportagem especial ou recortes de jornais e revistas que tratavam sobre o assunto).

Recentemente tivemos a oportunidade de ouvir um depoimento do senhor Mário Miranda Albuquerque¹⁵, um dos idealizadores da Associação 64/68-Anistia. Nesse depoimento Mário Albuquerque relata que após quase uma década na prisão, tendo sido libertado após a lei de anistia de 1979, não desejava ser conhecido por ser um ex-presos político, mas que também não conseguia emprego formal por ser um ex-presidiário, fato que causava rejeição dos empregadores quando se candidatava a vagas de trabalho. Buscou, então, outros meios de vida, trabalhando de forma autônoma até saber de uma notícia que mudaria esse cenário da sua vida.

O mais interessante do depoimento de Mário Albuquerque é compreender que várias pessoas que haviam sido anistiadas políticas com a lei de 1979, não recebiam qualquer pensão do Estado Brasileiro por não saberem que tinham direito a ela.

Por volta do ano de 1996, Mário Albuquerque viu uma notícia de jornal por meio da qual soube que Luiz Inácio da Silva, o Lula, recebia pensão por ter sido preso político. Ele relata que até desconfiou da notícia, acreditando ser falácia em torno da figura do político, mas ao investigar descobriu que o fato era verdadeiro, e que ele mesmo também tinha direito a esse valor que o Estado pagava como forma de compensação pelas perseguições e prisões arbitrárias. Logo entrou em contato com outras pessoas que haviam sido anistiadas também, perguntando se tinham conhecimento do direito a essa pensão, descobrindo que quase ninguém sabia a esse respeito.

No jornal *O Povo*, publicado em 26 de março de 2001, há uma reportagem intitulada “Dívida dos porões da ditadura”, que narra a situação de doze ex-presos políticos que foram torturados em prisões pernambucanas, e que estavam aptos a receber indenização do estado de Pernambuco. A cópia do jornal foi encontrada na pasta de Maria Ruth Cavalcante. O Jornal ainda conta que Mário Albuquerque encontrou dificuldades no convencimento dos anistiados para entrar com o requerimento: “eles tinham medo de que alguma coisa acontecesse, de que a ditadura ainda não tivesse acabado.”

15 A entrevista feita com Mário Miranda Albuquerque foi realizada no Arquivo Público a título de esclarecimentos com relação à documentação que pertencia à Associação 64/68 - Anistia no mês de agosto de 2023. O depoimento foi dado espontaneamente, tendo sido gravado com a autorização do entrevistado.

A partir disso, a busca por documentação que comprovasse as prisões, as torturas, e outras violências perpetradas pelo Estado passou a ser um motivo de comunicação entre os anistiados, que iniciaram o relato e o registro das memórias daqueles tempos de ditadura, iniciando um debate sobre a anistia após 20 anos da Lei nº 6683/79.

Ainda segundo a publicação do jornal referido anteriormente, “como muitos dos anistiados não tinham documentos que comprovassem as torturas pelas quais eles haviam passado, Mário Albuquerque foi ao Recife como procurador dos outros 11 anistiados para pegar, nos arquivos públicos do Estado, os dossiês (arquivos referentes ao período da ditadura) dos cearenses.”

É necessário aprofundar mais essas informações com o senhor Mário Albuquerque e com outras pessoas que faziam parte da associação, entretanto, no depoimento dado por Mário Albuquerque no Arquivo Público, em agosto de 2024, soubemos que a associação foi formalizada e funcionava no bairro Benfica, na capital cearense. Mas ao longo dos seus anos de funcionamento, que passaram por diversas administrações, a documentação foi dispersada, havendo poucas atas, registros contábeis, correspondências e documentação administrativa que pudesse nos falar mais a respeito da sua atuação.

A existência dessa instituição evidencia a dificuldade do cidadão comum em obter do Estado Brasileiro o reconhecimento de direitos que este mesmo Estado declara assegurar, forçando os interessados a organizarem-se para buscar meios possíveis de garantir o respeito a seus direitos.

Compreender um pouco mais sobre esse período da história no estado do Ceará foi uma das oportunidades que obtivemos através da organização e estudo desse acervo. Uma outra oportunidade que nos foi proporcionada a partir deste programa de pós-graduação foi buscar contribuir com o ensino de História local, difundindo o acervo que possui diferentes tipologias documentais, principalmente pelo fato de ser uma fonte inédita e recém chegada ao APEC quando da minha lotação.

Desde meu período como estudante de graduação (2007-2011) um dos temas com o qual mais me identifiquei foi o referente aos estudos de História do Brasil, principalmente no período de 1964 a 1985, temporalidade em que a ordem

democrática foi rompida e diversos atores sociais foram perseguidos e organizaram a resistência aos militares que estavam no poder.

Dessa forma, o interesse pela Ditadura Militar brasileira e pela Reabertura política do país nos anos 1980 se renovou a partir da deposição, via *impeachment*, da presidenta Dilma Rousseff, e da escalada das ideias de extrema-direita no Brasil, que ensejou, em 2018, a eleição de Jair Messias Bolsonaro e ocasionou o aumento da polarização política no país, inclusive com a manifestação de alguns grupos de pessoas pedindo a volta da ditadura militar.

De alguma forma o discurso de que na época da ditadura militar não havia corrupção e de que eram baixos os índices de criminalidade, em grande parte, passou a habitar o imaginário dos mais diversos estratos da sociedade, aumentando o apoio aos discursos extremistas de conteúdo retrógrado.

Esses discursos estavam em todos os espaços, marcadamente em alguns grupos religiosos que alcançavam significativa parte da população. Na sala de aula o tema do regime militar e suas práticas tornou-se um assunto delicado de ser abordado, pois devido ao aumento da circulação de informações, muitas vezes contraditórias e inverídicas sobre o período da ditadura, os alunos já chegavam com uma “opinião formada” sobre o assunto.

Tal cenário passou a ser uma constante no espaço escolar, e particularmente mobilizou minha atenção como docente da rede básica e servidora do Arquivo Público do Estado do Ceará, órgão¹⁶ cuja essência é a salvaguarda de documentos e a difusão da pesquisa.

A documentação acumulada pela associação 64/68 - Anistia é composta de relatos pessoais, relatos de familiares dos presos políticos do período, e outras comprovações das perseguições e/ou prisões políticas efetuadas contra os anistiandos durante a vigência da ditadura militar no Brasil, tais como depoimentos prestados às polícias, declarações expedidas pelos órgãos de segurança sobre o período em que estiveram detidos, recortes de jornais, entre outros.

16 Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC.

Havia grande anseio pelo recebimento desses volumes para que se juntassem ao acervo Memórias Reveladas, composto por documentos do Departamento de Ordem Social e Política - DOPS e do Serviço Estadual de Inteligência - SEI, que também tratam do período da Ditadura Militar. A expectativa também se justificava pelo fato de que a documentação chegou em 2022, ano marcado pela acirrada disputa eleitoral em que os ânimos estavam bastante alterados e a disputa de narrativas seguia cheia de conflitos na busca do convencimento da população pelos distintos candidatos e suas propostas.

A associação foi desfeita e os líderes da instituição se preocupavam com o destino da documentação acumulada ao longo do tempo que, no entender deles, deveria ser preservada para manter a memória do período e favorecer pesquisas, já que a preservação da memória era uma das finalidades descritas no estatuto. Na ocasião das tratativas para o recebimento do acervo, houve um certo sigilo por parte das instituições envolvidas, justamente para evitar alguma forma de ataque ao material que estava guardado num container alugado numa empresa de guarda-volumes.

Observamos, então, a oportunidade de tomar essa documentação como material básico de uma proposta de pesquisa, visando além da preservação do acervo, a problematização e articulação com o ensino de História das formas de resistência e constituição jurídica dessas reparações pelo Estado no período em que as instituições democráticas estavam em pleno funcionamento.

É preciso assinalar que embora essa enorme massa de documentos possua uma finalidade declarada, efetivamente ela apresenta um caráter, de certo modo, difuso, o que reclama uma rigorosa delimitação dos materiais, fato que nos conduziu a uma proposta bem delineada, ou seja, não acreditamos que devemos tomar como base a documentação sobre o período como uma totalidade a ser estudada. Nesse sentido, propomo-nos a examinar os casos documentados de pessoas vinculadas ao campo da educação.

Isso expresso, entendemos que o núcleo desta investigação histórica reside no estudo dos casos de ativistas políticos perseguidos pela ditadura e, necessariamente, vinculados às práticas educacionais, sobremaneira na condição de professores(as),

tomando como divisa o estado do Ceará e os acervos documentais oriundos da Associação 64/68-Anistia.

A análise desses documentos faz jus ao ditado popular “cada caso é um caso”, entretanto, para sermos compreendidos e para viabilizar este estudo, estamos seguindo momentaneamente com generalidades desses processos.

Fazendo a leitura do acervo e uma triagem para identificar quem atuava como professor ou professora à época, chegamos inicialmente a um número de 18 processos. Estabelecemos um perfil inicial dessas pessoas a partir dos relatos dos fatos encontrados nos processos. Esses relatos são dos anos 2000, e buscam resgatar na memória dessas pessoas os eventos ocorridos há mais de trinta anos do período em que os fatos ocorreram.

O perfil do grupo está assim apresentado: dos 18 processos lidos, temos 6 mulheres e 12 homens que fizeram seu requerimento solicitando a anistia. Houve dificuldades em restringir a triagem para menos pessoas, visto que inicialmente as ligações entre elas não eram óbvias. Gostaríamos, então, deste ponto em diante falar de um modo geral sobre esse grande grupo de 18 pessoas do qual pretendo tirar um grupo menor.

As características gerais desse grupo de 18 pessoas são assim definidas: é composto de pessoas que eram jovens, em sua maioria estudantes, mas que também trabalhavam como professores de cursinhos pré-vestibular, participavam voluntariamente de movimentos de alfabetização de pessoas carentes ligadas a grupos da igreja católica e movimentos sindicais, ou mesmo davam aula em escolas da rede pública e privada em Fortaleza, na Região Metropolitana - RMF, ou mesmo no interior do estado.

Esses jovens iniciaram suas atividades majoritariamente dentro do movimento estudantil como lideranças de grêmios, como voluntários em suas igrejas, ou junto a movimentos de trabalhadores, quer sejam ligados a partidos políticos e sindicatos, ou não.

Através dos relatos vemos que as mulheres iniciaram na militância e nos trabalhos sociais bem mais jovens que os homens. Esse grupo de 18 pessoas tem

formação acadêmica bem variada, mas em sua maioria são estudantes da Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Estadual do Ceará - UECE, esta última que à época se chamava Faculdade de Filosofia.

A maioria dos sujeitos esteve preso no período ditatorial, alguns mais de 1 vez, incluindo casos de reclusão e pagamento de pena. As pessoas do grupo ficaram detidas principalmente na Delegacia de Ordem Social e Política - DOPS, e no 23º Batalhão de Caçadores - 23º BC, embora houvessem outros lugares mencionados, como a Cadeia Pública de Fortaleza, a Casa dos Horrores em Maranguape, e o Instituto Penal Paulo Sarasate-IPPS.

Os processos têm data de início a partir do ano de 2002 e alegam motivações diversas. Nos anos 2000 os peticionários do grupo já contavam mais de 60 anos de idade, e traziam entre as alegações iniciais a idade avançada, doenças (algumas graves), desemprego e dificuldades financeiras.

Com a leitura mais apurada desses processos e o desenvolvimento da pesquisa, houve a necessidade de filtrar mais esses documentos para que este trabalho pudesse ser executado em tempo hábil.

A escolha das pessoas elencadas não ocorreu por uma ligação partidária, geográfica ou fraternal, mas pela composição de seus processos, que estão mais completos que outros pelo fato de três deles estarem ainda vivos, e finalmente pela busca por justiça, que é um elo que os une. Chegamos, então, em 4 processos de professores, quais sejam: Caio Marcelo Cirino Nogueira (falecido), Francisco de Assis Aderaldo, Maria Ruth Cavalcante e Mércia de Vasconcelos Pinto.

A gestão desses documentos, que anteriormente era feita pela associação, chegou ao Arquivo Público em caixas e sem muita identificação para além do nome do anistiado ou do requerente. Algumas pastas tinham documentos trocados, inclusive. Como o trabalho com o acervo ainda está em andamento, não há um código arquivístico de identificação definitivo, sendo o controle feito através de planilha no *Excel*.

No dia a dia de trabalho com esse acervo descobrimos que outra parte dessa documentação se encontra sob o poder a Secretaria de Direitos Humanos do Estado

do Ceará, mas não tivemos ainda oportunidade de fazer uma visita técnica, entretanto sabemos que esse fragmento do acervo não se encontra devidamente organizado, o que dificulta a disponibilização para a pesquisa.

3.2 Os Processos

A composição das partes do processo que trata da reparação econômica dos perseguidos durante a ditadura militar compreende a lógica de defesa, as alegações das partes, bem como as estratégias de defesa e as provas anexadas à peça. Saber um pouco mais sobre as pessoas que relataram, os advogados, a Comissão de Anistia e os demais envolvidos colabora para a construção de uma imagem mais nítida de como esse evento se desenrolou no Brasil, em especial no Ceará.

A pasta com os documentos do professor Caio Cirino contém um processo destinado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e um processo destinado à Comissão de Anistia Wanda Sidou, que analisa os pedidos de reparação econômica no Ceará.

Contém, ainda, documentos pessoais, comprovantes de renda, recortes de jornais, textos literários de autoria própria, relato pessoal escrito em janeiro de 2002, lista do tipo protocol, que informa o andamento do processo no ministério da justiça, folha de rascunho (contendo nomes, telefones ou recados sobre o processo), certidão de antecedentes criminais expedido pela Polícia Federal, declarações de pessoas que o conheciam na época em que esteve preso, certidão da justiça militar da União nominando os processos e as prisões dos quais foi acusado, declaração de frequência num curso de matemática com duração de poucos dias entre janeiro e fevereiro de 1964, declaração de Presidente membro da banca examinadora do concurso no qual foi aprovado para ser professor no Liceu do Ceará, declaração do diretor do Liceu do Ceará à época, constatando que ele exerceu a função de professor entre 1963 e 1964, declaração de participação em curso de aperfeiçoamento para professores da rede oficial de ensino, parecer expedido pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, em que o procurador conclui que Caio Cirino perdeu seu trabalho em consequência dos eventos de 1964, e que o mesmo deve ser aposentado como determina a lei 6683/79.

O inventário da documentação contida na pasta referente ao processo do professor Caio Cirino foi aqui descrito no intuito de mostrar quantas tipologias documentais diferentes foram utilizadas pelo anistiando para comprovar a perseguição sofrida e suas consequências. Neste caso, como em vários outros que não foram abordados por este estudo, encontram-se documentos do passado (anos 1960/1970/1980) e do presente (2002/2004 tempo em que o processo foi aberto). Isso nos chama a atenção para um fato: a necessidade de constituir uma narrativa e juntar a ela provas, de modo a auferir o direito à verdade, à memória e à justiça. Neste sentido, de acordo com Gevigier (2020), “Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner entendem que esses efeitos que o passado ainda produz no presente, configuram um paradoxo temporal, pois o passado vive como residualidade ou como remanescência.” (GEVIGIER, 2020)

A variedade dessas tipologias vem em auxílio dos pedidos feitos em cada processo, no sentido de comprovar e ilustrar os fatos ocorridos ao longo do tempo, e as dificuldades enfrentadas a partir do rompimento da ordem natural da vida e da rotina daqueles que até então viviam de forma comum, trabalhando, estudando, e alimentando suas relações e seus afetos no cotidiano.

No processo pleiteado na esfera federal, escrito a 28 de agosto de 2002, o advogado de Caio Cirino, José Arimá Rocha Brito, o qualifica civilmente e em onze tópicos sucintos faz um breve histórico do surgimento da Comissão em questão, fala sobre a importância da indenização como uma forma de reparação, conta a história do requerente com as nuances das prisões, dos processos, e das consequências desses fatos em sua vida, e finaliza a petição elencando as leis que amparam a requisição.

A petição para a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou - CEAWS, escrita em 28 de janeiro de 2004, bem mais detalhada, após a qualificação habitual do requerente, divide-se em uma sequência de tópicos intitulados da seguinte forma: Contexto; Perseguição, Prisão e maus-tratos; Abalo físico e Psicológico, abandono do emprego, exílio; Monitoramento e Nova prisão.

O requerimento inicia com o contexto histórico, em que aponta fatos como o suicídio de Vargas e as reformas de base no governo Jango. Explica que desde o

suicídio de Vargas já havia uma tentativa de golpe por parte dos militares, que tinha como base a “ameaça comunista”. Entretanto, é sabido que o próprio Getúlio Vargas já havia utilizado desta tática nos anos 1930, quando instaurou o Estado Novo, ou seja, esse detalhe apontaria para uma preferência do professor Caio Cirino pela forma de governo varguista, mesmo tendo esse político dado um golpe poucos anos antes?

No requerimento escrito em 2004 para contextualizar o anistiado, o advogado destaca sua profissão e a escola na qual trabalhava, afirmando que “Em 1964, o requerente contava com 35 anos de idade, e exercia a então nobre e idealista profissão de professor (matemática) no tradicional colégio Liceu do Ceará (...)”.

No tocante à parte que trata da perseguição, algo que nos chamou muita atenção foi a colocação feita pelo advogado de que “o requerente passou a ser alvo da perseguição política logo nas primeiras horas do golpe no Ceará. (...) Seu nome passou a ser citado em jornais e emissoras de rádio como elemento perigoso e procurado pela polícia política.” Essa colocação direcionava o professor Caio Cirino a um contexto bem delimitado de uma pessoa com sólida participação política, porém nem os requerimentos, nem as documentações comprobatórias explicam ao certo o seu nível de envolvimento com a política feita no Ceará antes de 1964.

Isso é um fator bastante curioso, por que a polícia iria taxá-lo como “subversivo” e “elemento perigoso”, se o mesmo não era filiado a nenhuma agremiação sindical ou partidária? Por que Caio Cirino foi perseguido nas “primeiras horas” em que o regime foi instalado?

A brutalidade da ditadura militar no trato com os opositores fica, então, caracterizada, uma vez que os indícios trazidos no processo não mostram motivos para que o professor fosse considerado perigoso. Mostram tão somente um cidadão participativo da vida política do país.

No livro *Vozes Silenciadas* (2009), Papito de Oliveira, que foi presidente da CEAWS, traz vários relatos das histórias de vida de membros da militância cearense nos anos de chumbo. Os relatos são divididos por categorias, entre elas de militantes de partido político, pessoas que faziam parte de instituições como a Rede Ferroviária Federal S.A - REFFSA, ou do movimento estudantil, entre outros. O nome de Caio Cirino está presente na listagem daqueles que estavam presos na Delegacia de

Ordem Política e Social - DOPS, não sendo relacionado a nenhum partido ou sindicato.

No livro, Papito de Oliveira traz na íntegra o texto contido no requerimento feito à CEAWS, em 2004, não esclarecendo, mais uma vez, quais seriam as atividades subversivas de Caio Cirino antes do golpe de 1964.

Caio Cirino também parecia estar atento aos movimentos da polícia política, tanto que só veio a ser preso 1 ano após o golpe, em 21 de abril de 1965, pois de acordo com seu relato pessoal, ante o “ódio fascista só restava uma saída, a rua, e foi assim que me larguei pelas praias e sertões do Ceará, num barquinho a vela, sem dinheiro, mas apoiado na ‘solidariedade’ dos pescadores e amigos.” (p. 14 da pasta 457). Que possíveis atividades clandestinas ou subversivas Caio Cirino fazia que o mantinha atento e informado, dando tempo para sua fuga, e por tantos meses poder contar com a “solidariedade” das pessoas?

Em declaração emitida sobre Caio Cirino em 23 de setembro de 2003 pelo advogado Tarcísio Leitão, conhecido militante comunista no Ceará, encontramos o seguinte: “[...] conheço, desde a Campanha do Petróleo é Nosso, em 1947 e até esta data o professor Caio Cirino [...]” ainda no mesmo documento lemos que:

Sei de ciência própria que o professor Caio Cirino é militante das causas vanguardistas do povo brasileiro; que lutou também do não envio de tropas para a Coréia, contra a ditadura do Marechal Dutra; pela posse do presidente Juscelino Kubitschek; pela posse do presidente João Goulart e contra a Ditadura Militar que se instaurou no país em 1964 (Declaração de Tarcísio Leitão. Processo de Caio Cirino, folha 40 frente).

Os documentos apresentados não nos dão certeza das atividades politico-partidárias ou sindicais de Caio Cirino antes de 1964. Nada é mencionado por ele em seu relato pessoal, e na pasta na qual estão reunidos seus documentos não há o indiciamento em inquérito da 10ª região, já que o juiz rejeitou. Entretanto, como afirma Bourdieu no livro *Usos e abusos da História Oral* (2006), ao se falar em história de vida, pressupõe-se que a vida é uma história. Fato que pode-se constatar através dos documentos desses anistiados, que trazem recortes de sua memória para expressar uma narrativa processual.

A despeito da forma romanceada de narrar os fatos ocorridos, o que demonstra nuances de uma personalidade alegre, criativa e uma tanto artística, Caio Cirino, após sua prisão no DOPS, sofreu muitos maus-tratos a ponto de optar por fazer greve de fome, que era um artifício utilizado por presos políticos para conseguir transferências e diminuição das torturas, por exemplo.

Através desse artifício, conseguiu ser transferido para o quartel da 10ª Região Militar, onde revela que diminuíram os maus-tratos mais degradantes, ficando as torturas morais e psicológicas como “ser mandado para a Ilha de Fernando de Noronha ou jogado de avião ao mar”.

Apesar de ter sido interrogado em inquérito militar pelo Cel. Hugo Hortêncio, o Juiz-Auditor Ângelo Rattacaso Jr. rejeitou o indiciamento¹⁷ por não haver indícios que enquadrassem Caio Cirino na Lei de Segurança Nacional (LSN). Em jornal de circulação estadual, *O Povo*, de 15 de setembro de 1965, há notícias da libertação do professor, que teria sua vida transformada após a prisão, já que com toda a divulgação de seu nome como procurado e perigoso ficou “marcado” no meio social da época.

Recém saído da prisão, abalado psicologicamente e sem emprego, voltou a morar com os pais em Maranguape, de onde partiu para a França no intuito de fazer um curso de economia, em 1967. De fato realizou o curso, pois anexa o diploma referente a ele no processo, e em 1968 retornou ao Brasil.

A temporada que passou na França complicou sua vida na volta à terra natal, haja vista que Caio Cirino esteve presente no famoso “maio de 68 francês”, e por isso passou a ser monitorado pelo aparelho repressivo nos anos seguintes. Outro fato importante que transtornou a vida do professor foi o assalto ocorrido na agência do Banco do Brasil de Maranguape, em 1970, motivo pelo qual foi preso novamente junto com sua esposa, mas conseguiu livrar-se da acusação pelo álibi que tinha, pois no dia e hora do acontecido estava almoçando com o secretário de agricultura do Estado, Mauro Botelho.

17 Em seu relato pessoal, Caio Cirino diz que chegando à 10ª Região para responder ao Inquérito Policial Militar - IPM, foi “classificado no ‘Grupo dos Onze’ do Brizola.” Esse grupo era uma forma que Leonel Brizola organizou para a resistência ao conservadorismo e uma defesa contra o golpe que planejavam contra Jango. Ver: <https://memorialdademocracia.com.br/card/brizola-articula-os-grupos-dos-11>. Acesso em: 17 mar. 2025.

A situação econômica do requerente agravava-se cada vez mais. Não conseguia emprego fixo. Até amigos temiam empregá-lo, por medo de represálias. (Pasta 457 - Processo Caio Cirino-folha 10 verso).

No final de 1968, sem condições financeiras de manter-se, retorna ao Brasil, casando-se no ano seguinte. Sem emprego fixo, tira da pecuária familiar o sustento através do fabrico de coalhada e outros derivados do leite, que ele mesmo vende de porta em porta. (Pasta 457-Processo Caio Cirino-folha 10 frente).

A esta altura sua vida familiar se desestruturar, com a separação conjugal e uma filha por criar. A errante vida financeira do requerente contribuiu sobremaneira para esse desenlace (Pasta 457-Processo Caio Cirino-folha 14 verso).

Sendo um homem casado e no dever de sustentar sua família, encontrava-se em dificuldades, pois não conseguia retornar ao emprego na escola pública, não conseguia trabalho devido ao medo que amigos e familiares tinham de represálias. Assim, passou a trabalhar com a pecuária nas terras da família para sobreviver.

Somente em 1989 o professor foi readmitido como aposentado nos quadros funcionais do estado, como podemos ver nos documentos anexos com o parecer do procurador geral do estado, que aplica a lei de anistia (que concedeu a aposentadoria àqueles que perderam o emprego por causa do regime e que não podiam mais voltar ao trabalho) no caso dele que já tinha cerca de 60 anos de idade.

O requerimento feito à Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou foi encerrado enfatizando quatro pontos, a saber: a idade que contava Caio Cirino em 2004, 75 anos; o valor de sua aposentadoria que era de 350,00 R\$ mensais, como comprova o contracheque que apresenta em anexo; a falta de respostas quanto ao pedido de indenização feito à Comissão Federal dois anos antes; o pedido de indenização no valor de R\$ 30.000.

A pasta 457 referente ao processo do professor Caio Cirino não revela se o mesmo teve seu requerimento atendido por uma das comissões, ou até mesmo pelas duas, fato que abre possibilidades de pesquisa que vão além da análise documental feita até agora, que desvende e aprofunde o desfecho dessa história.

O relato de Papito de Oliveira (2009, p. 209) sobre o professor Caio Cirino encerra informando da morte do anistiado, que sofreu uma insuficiência

cardiovascular e respiratória, vindo a falecer em 04 de setembro de 2004, o que nos leva a crer que não recebeu a indenização em vida.

Já o requerente Francisco Assis Costa Aderaldo tem seus documentos reunidos na pasta número 53 com os seguintes documentos: dados e documentos pessoais, o requerimento de anistia endereçado à Comissão Nacional, fotocópias de partes de livros que foram publicados contando fatos sobre o movimento estudantil, declarações que comprovam seu vínculo laboral em colégios, certidão da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, recortes de jornal, documentos do DEOPS/SP sobre os estudantes do Movimento Estudantil demitidos das faculdades de acordo com a lei 477.

Assis Aderaldo, como é mais conhecido, assinou seu próprio requerimento à comissão de anistia como advogado, ou seja, ele relata a própria história e opera a narrativa advogando em sua causa. O anistiado, ao assinar seu próprio requerimento, realiza o que Bourdieu (2006) chama de ilusão biográfica, já que para o autor o nome funciona como um operador simbólico de unificação que aglutina acontecimentos fragmentados e heterogêneos, servindo como base para uma construção narrativa que possui sentido e continuidade, quando na verdade uma autobiografia é uma narrativa que põe em segundo plano as rupturas e descontinuidades das quais as histórias de vida são dotadas.

Apresentando a qualificação civil que é de praxe nesses requerimentos, Assis Aderaldo inicia narrando os fatos de sua vida pública como líder estudantil no ano de 1962, quando tinha cerca de 17 anos de idade, e sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro-PCB, destacando sua participação nas manifestações de apoio às Reformas de Base propostas por João Goulart no período anterior ao golpe.

Mesmo após a deflagração do golpe, Assis Aderaldo manteve sua trajetória estudantil, prestando vestibular em 1965 para o curso de Direito da Universidade Federal do Ceará-UFC, e em 1967 para o curso de Filosofia na Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE, hoje UECE), bem como sua trajetória política, já que em 1966 desligou-se do Partido Comunista Brasileiro-PCB e passou a integrar o Partido Comunista do Brasil-PC do B, mantendo as atividades políticas e a liderança estudantil.

Após o ingresso no curso de filosofia, no ano de 1967, iniciou a atividade profissional como docente em colégios e cursos de pré-vestibular, ministrando aulas de história e sociologia, como é possível observar nas declarações anexas ao processo.

Apesar de muito jovem e com tantas atividades, Assis Aderaldo deixou demarcado em seu requerimento que levava muito a sério a participação política como líder estudantil, tanto que para estar presente no Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, em 1968, onde foi preso junto a tantos outros jovens, também enfrentou a repressão no Ceará, pois era necessário escolher os delegados representantes de cada estado antes do encontro nacional, e o movimento estudantil estava proibido no estado.

O processo não relata detalhes sobre suas atividades enquanto professor, mas deixa bem documentada sua ação enquanto líder estudantil. Entretanto, após ser preso em São Paulo, as notícias dos jornais, que ele destaca em seu requerimento, apontam para o impedimento na continuação da carreira do magistério, de onde tirava o sustento, já que tinha contraído matrimônio em julho daquele ano de 1968.

A narrativa de Assis Aderaldo se atém quase completamente à perseguição sofrida por causa da liderança estudantil, que afetou sua vida profissional. Entretanto, quando encerrou sua explicação dos fatos no processo, solicitou “reparação econômica de caráter indenizatório”, levando em consideração o prejuízo obtido quando do impedimento da atuação como professor de cursinho pré-vestibular, usando como base de cálculo para a indenização os vencimentos aos quais teria direito se houvesse se mantido na profissão e em colégios particulares.

A professora Mércia de Vasconcelos Pinto relata nos documentos encontrados em sua pasta de número 421, a trajetória de sua vida, abarcando o tempo da ditadura militar até fins dos anos 1990, quando se aposentou.

Os documentos correspondentes a essa professora não estão completos, pois faltam as outras partes do processo, como cópias de documentos pessoais, requerimento de anistia, e documentos complementares como cartas, fotos, recortes de jornais e revistas, indicação de livros nos quais foi citada, processos da justiça militar ou do DOPS aos quais tenha respondido, ficha criminal nos órgãos de repressão, entre outros.

Portanto, na pasta da professora Mércia de Vasconcelos somente pudemos encontrar suas narrativas pessoais. Digo “narrativas”, no plural, pois há um primeiro relato aparentemente escrito em Fortaleza e datado de 29 de dezembro de 2003, composto de 3 páginas, com um rodapé padrão informando título e nome da professora, bem como seu endereço residencial, e-mail e número de telefone fixo, do qual há 2 cópias impressas. E há também o segundo relato assinado em Brasília-DF e datado de julho de 2004, do qual há apenas 1 cópia, mas que é composto de 18 páginas digitadas, e nas páginas finais lemos informações de documentos pessoais da professora e endereço residencial e eletrônico, escritos a próprio punho.

Mércia faz um dos relatos mais detalhados que já li entre todos os processos. Seu relatório autobiográfico fornece pistas de pesquisas que seriam muito úteis caso estivesse escrevendo uma biografia. Entretanto, uma das coisas que nos chamou atenção em seu relato foi o fato de que ela faz uma espécie de cartografia de sua vida, expondo lugares e atividades que realizava naqueles espaços. A professora apresenta uma formação científica e cultural diversa para a época, o que indica que era parte de uma família que não chegava a ser rica, mas possuía boas condições sociais que favoreceram essa base.

No relato, Mércia de Vasconcelos traz essa caracterização de seu núcleo familiar:

Minha mãe era professora secundária, sindicalista, escritora e membro da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno (...).

Meu pai é contador, economista e professor aposentado da UFC.
(Pasta 421 - Processo de Mércia de Vasconcelos - folha 01).

Ela ainda contou que a partir do exemplo dos pais também desenvolveu o hábito de participar de agremiações classistas, fato que ela comprova na primeira linha de seu relato ao se identificar como “ex-militante do PC do B no Ceará.”

Mércia de Vasconcelos tem formação em Serviço Social e em música. Como estudante participou das agremiações estudantis da época, tendo sido uma das presas no congresso da UNE em Ibiúna-SP, onde foi presa pela primeira vez.

A partir dessa prisão, começaram as grandes dificuldades da vida da professora, e seu autoexílio da capital alencarina, narrado como se fosse um roteiro

de novela, no qual o leitor respira aliviado por se deparar com um final que pode-se chamar de “feliz”.

No tempo de exílio que ocorreu em outros estados da federação e em países europeus, a professora seguiu buscando mais experiências profissionais e formações em nível de pós-graduação na área da música, que ao longo do relato era a formação a qual ela mais se dedicava, inclusive exercendo tanto o magistério como uma carreira artística nessa área.

A pasta referente à professora Maria Ruth, número 420, conta com documentos pessoais, com três cópias do requerimento de anistia escritos em 2002 e em 2004, relatando os fatos e requerendo a reparação financeira. Na pasta há também duas certidões do Superior Tribunal Militar a respeito dos processos que constam no órgão sobre a professora. A primeira certidão é negativa, afirmando que nada consta sobre Maria Ruth com relação a processos de natureza criminal, datado do mês de junho de 1995. A segunda certidão, emitida em junho de 2002, informa que no órgão existem dois processos criminais sobre ela.

Um fato interessante de destacar é como a mesma instituição governamental, num intervalo de cinco anos, emite certidões com conteúdos tão diferentes sobre uma mesma pessoa.

A documentação segue sendo incrementada por recortes de jornais e revistas publicadas entre 1992 e 2001, com reportagens especiais sobre a participação da juventude dos anos 1960 nos eventos políticos da época.

A professora Maria Ruth é pedagoga. Seu processo, logo no primeiro parágrafo de seu relato, aponta para o envolvimento com questões sociais, fato que a leva à militância na Ação Popular-AP ligada à Igreja Católica, inclusive passando por grêmios estudantis.

O relato de Maria Ruth daria uma grande novela. Tanto é que um momento de sua história foi parte de uma peça de teatro chamada “Das que ousaram desobedecer”¹⁸, escrita e encenada pela CIA BRAVIA, que trata da história de 12

18 Vide: <https://www.ceara.gov.br/2023/08/17/agosto-da-memoria-programacao-faz-resgate-historico-e-celebra-44-anos-da-anistia/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Ceará. O espetáculo teve uma apresentação especial em agosto de 2023, por ocasião dos 45 anos da Lei de Anistia, a qual tivemos a oportunidade de assistir.

Tendo apresentado cada um dos anistiados, uns mais detidamente que outros, é necessário agora buscar ler nas entrelinhas desses documentos as memórias que essas pessoas mobilizaram para transformá-las num processo jurídico que buscava justiça de reparação para as situações que viveram em nome de seus ideais.

3.3 As Memórias Reveladas

A documentação do professor Caio Cirino é passível de gerar identificação com os alunos da Educação Básica, porque consiste em um relato simples que traz a narrativa de determinados fatos vivenciados por um conterrâneo que viveu nos espaços que esses alunos ainda vivem. Em pesquisa complementar, pudemos perceber que na localidade em que Caio Cirino morava, no distrito de Tabatinga, na cidade de Maranguape-CE, há uma rua com seu nome, e naquela localidade provavelmente há parentes ou pessoas que conheceram o professor.

Esse tipo de ação é uma forma de reparação histórica e de preservação da memória, fazendo justiça de reparação ao homenageado. A escolha do local para homenagear a vítima pode estar ligada a sua história de vida, uma vez que Caio Cirino viveu naquele lugar.

Isso gera sentimento de pertença e identidade para a geração atual, que provavelmente não estaria preocupada em saber a história de Caio Marcelo Cirino Nogueira, professor de matemática perseguido, torturado, exilado na França entre 1967/1968, que voltou ao Brasil e sobreviveu das atividades pecuárias junto com sua família, vendendo coalhada de porta em porta para o sustento, só conseguindo sua aposentadoria como professor no ano de 1989, que como vemos nos olerites anexos na pasta, somava um total de 350 reais mensais.

O professor Caio Cirino, atualmente já falecido, tinha 35 anos quando foi preso. Era professor concursado do estado do Ceará, ministrando suas aulas de matemática

no afamado Liceu do Ceará, uma das instituições educacionais mais antigas e prestigiadas do estado.

Em seu primeiro requerimento de anistia ao ministério da justiça no ano de 2002, o professor Caio Cirino já contava com 73 anos de idade. Se analisarmos as informações até aqui, podemos vislumbrar uma breve história dos fatos que ocorreram a Caio Cirino. Em 1964 ele tinha 35 anos de idade, era recém concursado como professor, e nesse mesmo ano teve que abandonar a escola para livrar-se da perseguição, permanecendo por meses afastado de sua família e sem paradeiro certo. No ano seguinte foi preso, torturado, e após ser liberado porque nada havia que o pudesse incriminar na Lei de Segurança Nacional, saiu do país em busca de sossego e de meios de vida, já que não os tinha em sua terra natal.

Em 1968 retornou ao Brasil e sem meios de reaver seu antigo trabalho como professor, e sem conseguir outro trabalho, sobreviveu através do trabalho com a terra e com os animais que a família possuía.

O lapso de tempo entre a saída de Caio Cirino de seu trabalho na escola até o reconhecimento dessa perseguição e a sua reincorporação aos quadros funcionais como aposentado é de 24 anos. Desde sua aposentadoria até o primeiro pedido de indenização em 2002, passam-se mais 13 anos aproximadamente. Somando-se esse tempo, são cerca de 40 anos de vida que foi prejudicada pelo regime, que nenhum dinheiro poderá recuperar ou ressarcir.

Nem sempre as pastas de processos estão com todos os documentos completos, o que nos permite refletir que embora o direito a essa indenização já fosse certo, de fato há um trâmite que se constrói ao longo do tempo. Uma das reflexões que fizemos ao analisar o caso do professor Caio Cirino foi a de que, muito embora vítima de injustiças, não demonstrou ter ficado inerte e se colocado em posição de espera. Ao observar as datas das declarações de diversas pessoas com quem trabalhou na escola, percebe-se que a partir de 1980 o professor buscou gozar de seu direito ao trabalho.

Como as datas dessas declarações são bem espaçadas entre 1980 e 1988, deduzimos que o processo de ser readmitido como funcionário estadual foi longo, mas provavelmente um dos primeiros atos de reparação ao qual teve direito. A história do

professor Caio Cirino exposta rapidamente por um processo judicial, fez-nos observar que ele prezava pela sua cidadania à medida que se envolvia nos debates da política nacional e regional. Apesar da disciplina que ministrava (matemática), que comumente não tem necessidade de se fundamentar em conhecimentos políticos e talvez até mesmo não induza o profissional a ter posicionamento, o professor conservava em si mesmo a cidadania política tão cara ao rol dos objetivos do ensino de História, e que os docentes da área de humanas se empenham tanto em desenvolver nos seus estudantes.

A história de Caio Cirino corrobora a reflexão feita pela professora Circe Bittencourt (2004, p. 121-122), quando reflete sobre os objetivos do Ensino de História na atualidade, fazendo uma relação do ensino desse componente com a constituição de identidades. Essas identidades estão associadas à formação da cidadania e, portanto, do cidadão político. A autora ainda trata de outros objetivos associados ao ensino da História, entretanto queremos utilizar os pontos da identidade e da cidadania política, que vão ao encontro do tema aqui estudado.

A aproximação dos alunos com essa documentação referente a um período tão recente do qual ainda temos testemunhas oculares, é capaz de localizar os alunos sobre a importância de sua própria formação social e intelectual, bem como sobre suas ações diante da realidade que os rodeia.

O uso dessa documentação escrita pode estabelecer pontes com o presente e com o desenvolvimento de ações como produto dessa cidadania política que tanto se procura evocar no corpo estudantil, possibilitando a percepção de que é a atuação humana que orienta os acontecimentos, e que refletir sobre o passado nos dá as ferramentas para agir nas diversas situações do tempo presente.

Francisco de Assis Costa Aderaldo era um professor estudante. Em sua documentação lemos declaração datada de 12 de abril de 2006, de Oscar d'Alva e Souza Filho, declarando que conhecia Assis Aderaldo e que era seu colega no curso de bacharelado em Filosofia na antiga FAFICE - Faculdade de Filosofia do Ceará, bem como seu contemporâneo no curso de Direito na Universidade Federal do Ceará-UFC nos anos de 67/68. A mesma testemunha declara que Assis Aderaldo ministrava

aulas de Sociologia no curso de pré-vestibular do Centro Acadêmico da FAFICE, bem como aulas de História no curso de pré-vestibular Gustavo Barroso, ambos na capital.

A atuação de Assis Aderaldo demonstra seu empenho particular como estudante e como profissional, já que em épocas em que ter um curso superior era considerado um grande feito, ele conciliava duas graduações com sua vida de professor. Não bastasse o trabalho e o estudo, atuava na militância estudantil, tanto que foi preso em Ibiúna-SP, no 30º congresso da UNE.

Foi implicado pelo Decreto - Lei 477/69, sendo impedido de dar continuidade às graduações que cursava. Após a prisão, fugiu de Fortaleza e buscou meios de sobreviver em lugares onde ninguém tivesse conhecimento dos fatos que lhe haviam ocorrido.

Maria Ruth Cavalcante atuava como educadora popular desde estudante. Ligada à Igreja Católica, mostrava-se preocupada com as questões e movimentos sociais que se levantavam em luta por diversas causas. Sua militância nos grêmios estudantis a levaram a atuar na Ação Popular em 1965.

Em 1966 entrou no curso superior de Pedagogia da UFC, e passou a atuar como formadora do método de alfabetização do educador Paulo Freire. Em dezembro de 1968, por conta de sua atuação na Universidade, foi procurada e presa pela polícia, passando quatro meses reclusa no Hospital da Polícia Militar.

Quando Maria Ruth entrou na Universidade, o método de alfabetização de Paulo Freire já tinha sido experimentado em Angicos-RN, e a experiência ficado conhecida e reconhecida¹⁹ a ponto de haver, por parte do Ministério da Educação do governo João Goulart, o planejamento para a instalação de círculos de cultura que beneficiariam cerca de 2 milhões de analfabetos. Tudo, porém, foi interrompido pelo golpe em 1964.

19 Ver – Beck, C. (2016). Método Paulo Freire de alfabetização. Andragogia Brasil. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 19 set. 2025. Ver também: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/paulo-freire>. Acesso em: 19 set. 2025.

No jornal *El País*, no caderno de cultura, há uma matéria sobre a perseguição feita ao método Paulo Freire, esclarecendo um dos porquês de esse método foi combatido na época. Segundo o jornal:

Ao mesmo tempo, também o debate sobre o voto do analfabeto voltou à tona nos meses que se seguiram ao golpe militar. Em um país que historicamente proibia o voto aos iletrados, o Programa Nacional de Alfabetização representava uma ameaça aos redutos políticos cativos nas eleições seguintes. Em Sergipe, por exemplo, o Programa permitiria acrescentar 80 mil eleitores aos 90 mil já existentes. Da mesma forma, em Recife, a iniciativa praticamente dobraria a quantidade de eleitores, elevando de 800 mil para 1,3 milhão o número de títulos. Projetados no cenário nacional, os exemplos demonstravam como o método do professor Paulo Freire, que propunha alfabetizar um iletrado em 40 horas, poderia alterar a correlação das forças políticas.

Em 2023 tivemos a oportunidade de mediar um evento no Arquivo Público²⁰, que teve a participação da professora Maria Ruth. Na ocasião, ela explicou em sua fala que tinha muita gente na Universidade que procurava aprender o método do Paulo Freire, e ela era uma das principais divulgadoras, o que lhe rendeu a perseguição dos policiais dentro da Universidade, já que foram prendê-la no horário da aula. O foco do referido evento foi o relato de sua experiência na Ditadura Militar. Sua narrativa propõe a reflexão sobre várias situações, entre elas a coragem e a crença pessoal sobre a necessidade de se posicionar mesmo quando a situação não é favorável.

Em seu relato, Maria Ruth, além de expor o processo de reparação, conta como se evadiu da prisão ao dizer que durante a visita dos familiares vestiu as roupas da irmã que tinha ido visitá-la e deixou a irmã dentro do banheiro. Quando os policiais deram conta da burla, a professora Ruth já tinha se evadido de Fortaleza.

A professora Maria Ruth também foi atingida pelo Decreto - Lei 477, que a expulsou do curso de Pedagogia. Após sua fuga, esteve no Rio de Janeiro, no Chile e na Alemanha, lugar onde concluiu seus estudos em pedagogia, retornando ao Brasil com a promulgação da lei de anistia.

Pela trajetória da professora, vemos o quanto seu relato pode estimular os alunos e professores a desenvolver posicionamentos mais firmes com relação a tantas situações que são vividas nas escolas, como por exemplo o excesso de avaliações

20 Vide: <https://www.secult.ce.gov.br/2023/08/18/secult-ceara-inaugura-exposicao-sobre-os-44-anos-da-anistia-e-promove-roda-de-conversa-sobre-o-tema/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

externas, o desestímulo dos alunos frente às aulas, o adoecimento dos professores, entre outras.

Mércia de Vasconcelos Pinto tem um dos mais detalhados relatos em seu processo. Musicista e professora de música, Mércia Pinto era filha de professores, e como eles seguiu na profissão. Como diz em seu relato, devido a influência de seus pais, ela desde cedo participava de agremiações estudantis e de classe.

Ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Mércia de Vasconcelos cursava Serviço Social, mas também dava aulas de música como professora particular no Conservatório de Música Alberto Nepomuceno e na Escola Normal Justiniano de Serpa, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará-SEDUC.

Concluída a formação em Serviço Social, iniciou a formação superior em música no ano de 1966, envolvendo-se mais com os movimentos sociais e estudantis, ao mesmo tempo em que a ditadura já havia se instalado. No seu depoimento, afirma que foi através dessa participação nos movimentos que obteve resposta para sua prática como “professora, artista, colega e cidadã.”²¹

A professora Mércia de Vasconcelos foi presa no congresso de Ibiúna-SP, em 1968. Era representante dos estudantes de música. No retorno para Fortaleza, e ao sair da prisão, começou a sentir o peso de ser rejeitada por amigos, parentes e colegas de trabalho. Passou a ser investigada pela Polícia Federal e presa para averiguação diversas vezes, fato que muito atrapalhou sua vida, sendo despedida dos colégios particulares e devolvida pelas escolas públicas à SEDUC, pois os diretores não queriam uma professora dita subversiva em seus quadros docentes.

Essas perseguições levaram a professora a se exilar em outros estados do país, buscando trabalho para sobreviver, e posteriormente em outros países. Os relacionamentos familiares também foram muito abalados, tendo em vista que o casamento que contraiu com Fausto Nilo chegou ao fim, além do afastamento forçado de seus pais, que permaneceram em Fortaleza.

21 Fragmento extraído do relato pessoal de Mércia Pinto, anexado à pasta de seu processo. Ainda não tem uma codificação arquivística formal devido o acervo permanecer em processo de organização, mas seu Número de Controle de Acervo (NCA) é 421.

Mesmo fora de Fortaleza, a professora Mércia de Vasconcelos sentia muita dificuldade para arranjar trabalho, sendo preterida em Universidades e colégios quando descobriam sua situação diante do governo militar. A professora não narrou os fatos ano a ano, porém no contexto de sua narrativa, entende-se que essas dificuldades iniciaram na cidade de Fortaleza, após sua prisão no congresso da UNE em Ibiúna-SP, estendendo-se até os anos 1990, quando foi aprovada em concurso público na Universidade de Brasília-UNB, após seu retorno do exílio na Europa. Numa das partes do seu detalhado relato, escreve:

O professor Bandeira, diretor na época, (também proprietário do colégio Tiradentes), em plena hora do recreio e com todos os professores presentes na sua sala, subiu numa cadeira (literalmente e fez um discurso, também sem fundamento, me expulsando da sala dizendo que não queria comunista como professor ali na casa. Tudo aquilo me deixava perplexa. Pensava como iria ser meu futuro impedida de exercer minha profissão. Lotada e devolvida em seguida para a Secretaria de Educação, rodei por muitos colégios sem que fosse neles acolhida por mais de um mês. Na época eu era jovem e otimista. Encarava as coisas de bom humor. Ainda tinha meus pais e casa e comida de graça. Como cidadã, professora e estudante, achava que deveria lutar contra as injustiças, mas as humilhações que ia recebendo me deixavam abalada e abatida. (Pasta 421-Processo de Mércia de Vasconcelos-folha 04).

A luta para assumir o concurso nos anos 1990 é uma história à parte, na qual teve que entrar na justiça para ter o direito garantido, já que era época de abertura política e a nova constituição estava em vigor. Mesmo assim, passou várias dificuldades no departamento de música, sendo boicotada por alunos e professores que eram seus colegas de trabalho, demonstrando que mesmo após o fim da ditadura militar, o peso de ter sido presa e exilada ainda era muito forte. A professora relata que:

No departamento de música havia listas de alunos contra a minha contratação, abaixo-assinados para que os outros não se inscrevessem nas minhas disciplinas, bilhetinhos que eram colocados debaixo da porta da minha sala, etc. Os colegas mal falavam comigo. (Pasta 421-Processo de Mércia de Vasconcelos-folha 15).

Sua trajetória demonstra força pessoal e nos faz pensar no porquê perseguir alguém desta maneira, atrapalhando toda uma vida pessoal e profissional, de forma a isolar o indivíduo por tanto tempo de sua terra e, especialmente, de sua família.

Com a história dessa professora, é possível refletir sobre os vários aspectos em que a ditadura prejudicou a vida das pessoas, inclusive a forma de resistência que os perseguidos empreendiam para sobreviver, bem como o porquê de esse processo de reparação ser importante como símbolo de reconhecimento por parte do Estado da injustiça cometida contra seus cidadãos.

Após as reflexões sobre as histórias dos professores, ficou evidenciada a necessidade de pensar a importância das possibilidades didáticas que essas trajetórias suscitam para o ensino de História sobre o fim da ditadura militar e suas consequências no período de redemocratização.

Para tal, com base na formação da sociedade brasileira atual, passamos ao trabalho com os documentos processuais nas aulas de História.

4 OS PROCESSOS NA SALA DE AULA

Problematizar o uso dos documentos relativos aos processos que compõem os pedidos de reparação por conta das perseguições políticas durante a ditadura militar brasileira, constitui-se em refletir as dinâmicas e potencialidades didáticas do uso de documentos judiciais no chão da sala de aula. Nesse sentido, a promoção de subsídios à reflexão sobre a constituição e o significado do processo histórico que marcou as articulações sobre a anistia no Brasil é essencial à construção de uma consciência crítica sobre o contexto histórico da transição democrática brasileira na década de 1980.

Esses documentos foram trabalhados de forma a promover debates sobre as singularidades da documentação que compõe um processo, bem como o entendimento referente às justificativas e estratégias utilizadas pelos requerentes em busca do reconhecimento de perseguidos políticos e de direito às indenizações. Essas singularidades dizem respeito a dois momentos. O primeiro refere-se à relação passado-presente que, abrange a vivência dos anistiados no período da ditadura, passando pela redemocratização até chegar nos anos 2000, quando recuperam essas memórias para organizar esses processos. O segundo refere-se a quando esses processos são iniciados e o momento em que os estudantes vão investigá-los nos anos vindouros.

4.1 A Escola

Ao iniciar o curso de mestrado eu trabalhava na Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte, da rede estadual do Ceará. Apesar de não estar trabalhando ainda nessa instituição obtive permissão para testar o produto pedagógico com uma das turmas de 3ª série, que irei descrever mais precisamente quando estiver junto deles para o teste.

A referida instituição de ensino funciona no município de Maracanaú-CE, no bairro Pajuçara. A escola funciona nos três turnos e atende jovens e adultos que moram em seu entorno com o ensino regular de nível médio. Possui, no ano de 2025, um total de 1716 alunos, 15 salas de aula e 48 turmas, sendo que as turmas da 1ª

série somam um total de 14 turmas; e 2ª série um total de 13 turmas. As séries funcionam em formato híbrido por causa da estrutura do prédio escolar e por não haver salas suficientes para todos. Essas turmas vêm presencialmente para as aulas em semanas intercaladas. O núcleo gestor da escola é composto por cinco professores, sendo quatro coordenadores pedagógicos: Athus Torres, Hamilton Duarte, Erivan Rocha e Thales Henrique; um diretor escolar: Sandro Nascimento; e uma secretária escolar: Ana Paula Dias.

O prédio escolar está em reforma desde o ano de 2022, quando as atividades foram transferidas para outro prédio alugado no mesmo bairro. O novo prédio, que não servia anteriormente como escola, teve sua estrutura física adaptada. Mas de modo geral, mesmo adaptado o prédio atual é muito mais espaçoso que a sede oficial da escola. O edifício alugado possui refeitório amplo, lugar para estacionamento, quadra society, área de jardim arborizada, piscina, auditório, três blocos construídos que foram adaptados para ser as salas de aula, biblioteca, laboratórios e complexo administrativo. Nem todas as salas são climatizadas, o que traz um considerável desconforto, levando em consideração o calor comum à região do estado do Ceará.

O prédio sede que está em reforma era bastante apertado, e não possuía salas de aula bem iluminadas ou devidamente climatizadas. Não possuía espaço de lazer e convívio, apenas um pequeno pátio no qual os estudantes se aglomeravam na hora do intervalo. Essa estrutura foi herança de uma troca de endereço com outra unidade escolar.

Anteriormente, o prédio escolar pertencia à prefeitura de Maracanaú e servia ao ensino fundamental. Não encontramos registros oficiais de tais mudanças, na qual a escola Flávio Ponte trocou de prédio com a escola José de Borba. Sabemos da troca apenas pelo relato de funcionários antigos que contavam essas histórias na sala dos professores.

O corpo discente é composto de 1.716 estudantes, divididos em 48 turmas, como explicitado anteriormente. O público estudantil que a escola atende é completamente oriundo do entorno, ou seja, são alunos trabalhadores e filhos de trabalhadores. Devido a escola estar em área periférica, o público que atende é vulnerável. Apesar de não haver dados levantados a esse respeito, é recorrente

observar situações entre os alunos, como gravidez na adolescência, uso de drogas, problemas familiares, entre outras situações que comprometem diretamente a boa aprendizagem.

Entre os estudantes há também alunos com deficiências diversas, que recorrem à escola Flávio Ponte para realizar seus estudos. Também há uma carência de números que retratem e expliquem esse aspecto. Sobre isso cabe ressaltar e lamentar que apesar da boa vontade dos professores, do núcleo gestor, e dos estudantes, nem sempre há como atender da melhor maneira esses estudantes porque faltam recursos e conhecimentos para tanto. O estado do Ceará fornece intérprete de libras, entretanto a escola atende alunos cegos, com baixa visão, autistas, com síndrome de Down, com deficiências intelectuais, cadeirantes, para os quais não há políticas públicas específicas dentro da escola.

Ainda assim, há muitos alunos interessados em leitura de gibis e mangás, que são acompanhados por projetos pessoais de alguns professores, que compram esse tipo de literatura procurada pelos estudantes e fazem um sistema de empréstimo e rodízio. Em minha última estada na escola, pude presenciar alunos que foram premiados com bolsas de estudos, bem como estudantes que alcançaram aprovação no ENEM e hoje cursam faculdade.

A turma em que a oficina foi aplicada foi a turma G, que está na 3ª série do Ensino Médio, e tem 30 alunos matriculados. Pelo pequeno quantitativo de alunos, percebemos que a sala se divide praticamente meio a meio com relação ao quantitativo de meninos e meninas. Caso eu fôssemos professora da turma, poderia descrevê-los mais, entretanto não é o caso. O professor titular da turma afirmou que “era uma boa turma”. Subentendo dessa afirmação e a partir do contexto escolar que nos é familiar, que a turma para ter essa fama deve se comportar melhor que as demais da escola e ter uma boa participação nas atividades propostas, o que se concretizou quando aplicamos o produto educacional.

A escola possui 116 professores, dos quais 49 são concursados efetivos, 67 são contratados por tempo determinado. Todos os professores possuem graduação nos componentes curriculares que lecionam, no entanto dados mais aprofundados sobre o perfil dos professores da escola, com informações detalhadas sobre os que

possuem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado não foram possíveis de ser levantados, uma vez que poderiam ser extraídos do Educacenso, mas o acesso a esse sistema é feito pela secretária escolar e possui dados sensíveis, sendo as informações individuais.

A escola possui ainda 21 funcionários que trabalham nas diversas áreas operacionais da instituição, quais sejam: secretaria escolar, segurança, cozinha, limpeza, e serviços administrativos e de manutenção.

A EEM Flávio Ponte está situada no bairro Pajuçara, que fica no entorno do parque industrial que funciona na cidade e das Centrais de Abastecimento do Ceará/SA-CEASA, que favorece que parte de seus alunos sejam filhos de trabalhadores ou mesmo os próprios trabalhadores que necessitam do ensino regular, já que não conseguem frequentar o ensino integral porque precisam contribuir no sustento da família através de sua renda.

O Projeto Político Pedagógico–PPP da escola está em reformulação, segundo o núcleo gestor. Mas o PPP ao qual tive acesso aponta em seu texto a intenção de desenvolver uma educação escolar que vise uma parceria da família com a escola para conseguir objetivos educacionais que levem a uma consciência ecológica, respeito às diferenças étnicas, sociais e religiosas, crescimento do conhecimento acadêmico que favoreça a continuidade de estudos, entre outros objetivos.

A escola se identifica no PPP como comunitária, e defende valores de educação integral, disciplina, visão democrática e valorização profissional. Como ex-docente da referida unidade, compreendemos que uma coisa é aquilo que se deseja e se propõe alcançar, outra coisa é empreender tais objetivos e valores dentro de uma realidade desafiadora, que nem sempre dialoga com as metas fixadas.

Assim, observamos que entre o que está no projeto e que se deseja alcançar, ainda tem-se um longo caminho. Apesar disso, a escola tem estudantes e professores dedicados, que se destacam em feiras científicas, que ganham bolsas de estudos, que alcançam bons resultados conseguindo entrar na Universidade. Inclusive há casos de estudantes que depois de concluir a Universidade voltam para a escola como professores, o que demonstra que há, sim, uma consecução de objetivos.

A comunidade que compõe o entorno escolar é bem variada em suas características socioeconômicas, entretanto a presença da violência²² no município e, em especial, no bairro onde se situa a escola, acaba tornando-a de alta vulnerabilidade social.

Enquanto professora de duas escolas situadas no mesmo bairro entre os anos de 2012 e 2023, observamos situações diversas entre os alunos de nossas turmas, tais como a ausência destes durante a maior parte do período letivo, e seu retorno para fazer o processo de recuperação ao final do ano usando tornozeleiras eletrônicas, notícias da morte de outros por envolvimento com facções, gravidez na adolescência entre as jovens, abuso sexual, uso e tráfico de drogas, fuga da casa dos genitores por motivos diversos, suicídio, violência doméstica, entre outras situações.

Entretanto, mesmo com as dificuldades, o núcleo gestor apoia o trabalho para além da sala de aula, e incentiva a participação dos alunos em olimpíadas e outras atividades²³ extracurriculares. O corpo docente é bastante numeroso, com mais de 100 professores, em sua maioria com pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

Com relação às avaliações externas²⁴, como as realizadas pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, através do Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB, as notas da E.E.M Professor Flávio Ponte têm superado as metas colocadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA.

22 Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/01/12/duas-criancas-e-um-homem-sao-baleados-em-maracanau-na-grande-fortaleza.ghtml> Acesso em: 26 mai. 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/pf-deflagra-operacao-contras-esquema-de-compra-de-votos-em-maracanau-ce> Acesso em: 26 mai. 2025.

Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/11/20/chefe-de-grupo-criminoso-com-alta-hierarquia-e-presos-na-grande-fortaleza.ghtml> Acesso em: 26 mai. 2025.

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/maracanau/2018/04/esquema-de-venda-de-crack-e-cocaina-realizado-na-entrada-de-escola-e-d.html> Acesso em: 26 mai. 2025.

Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/policia-registra-homicidios-e-trafico-no-entorno-de-escolas-1.1926051> Acesso em: 26 mai. 2025.

23 Disponível em: <https://www.crede01.seduc.ce.gov.br/2014/06/11/a-eem-professor-flavio-ponte-tem-o-orgulho-de-parabenizar-os-alunos-que-estao-participando-da-6-onhb/> Acesso em: 26 mai. 2025

Disponível em: <https://www3.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/85053-1709la-escola> Acesso em: 26 mai. 2025.

24 Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMGVjMzlwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0liwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9> Acesso em: 26 mai. 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em: 26 mai. 2025.

O IDEB calcula de modo sintético as taxas de aprovação e proficiência na avaliação. Embora esse cálculo seja feito apenas a partir das notas de avaliações em Língua Portuguesa (261,67) e Matemática (254, 28), sua métrica aponta informações que podem contribuir no desenvolvimento de outros componentes curriculares, como é o caso das Ciências Humanas. Vale ressaltar que já existe uma iniciativa por parte do INEP em agregar avaliações de Ciências Humanas e Ciências da Natureza ao cálculo do IDEB, para medir os níveis de proficiência dos alunos nessas áreas de conhecimento.

Analizando mais atentamente o boletim da escola que foi apresentado pelo INEP em 2023, período em que ocorreu a última avaliação, portanto a nota mais recente, pode-se perceber que ainda há um desnivelamento nos níveis de proficiência do público participante da avaliação, o que provavelmente não foi sanado, uma vez que a referida avaliação acontece a cada dois anos e os alunos avaliados estão concluindo a etapa do Ensino Médio.

Como o município em que a escola se localiza tem apenas 41 anos de emancipação, a própria criação da escola remonta a esse período. Um fato interessante de registrar é a falta de documentação²⁵ sobre a criação da unidade, uma vez que a princípio pertencia à prefeitura municipal, funcionando com o ensino fundamental e posteriormente passou à responsabilidade do sistema estadual, atuando somente com o Ensino Médio. A escola também passou por uma troca de prédio com outra unidade escolar, o que torna esse assunto ainda mais difícil de explicar.

Uma outra situação vivenciada por nós foi a dificuldade de recuperar a memória institucional. Em certa ocasião, quando os alunos foram levados à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará-ALECE, para uma visita ao museu e demais dependências, houve o questionamento de um repórter sobre quem era Flávio Ponte, o patrono que dá nome à escola.

25 Referimo-nos às portarias e/ou decretos de criação que normalmente servem como marco do início das atividades institucionais. Incrivelmente a escola não os possui, tampouco a secretaria Municipal de Educação ou a Secretaria Estadual. Esse fato reacendeu outras discussões que no momento não caberiam para o propósito deste trabalho.

Ninguém sabia responder a essa pergunta, fato que nos inquietou, pois acendeu um questionamento: Como aquela escola que forma/formou praticamente toda a comunidade durante décadas, que é conhecida de todos, tem a memória institucional tão vaga? Além disso, a natural pergunta em sequência: por que não puseram o nome de alguém conhecido daquela comunidade?

Ao pesquisar quem seria o professor Flávio Ponte, então, após buscar as primeiras informações na internet, nada conseguimos descobrir além de outros locais que levavam o nome do professor. Através de conversas informais sobre as atividades escolares, descobrimos que o patrono da escola, Flávio Ponte, era irmão do também professor Sebastião Rogério Ponte, do curso de História da Universidade Federal do Ceará-UFC.

A partir disso entramos em contato com três dos irmãos do professor Flávio: Hilder, Sebastião e Sérgio Ponte. Como o período dessa conversa foi na pandemia de COVID-19, as perguntas foram respondidas à distância, por e-mail, telefone e por um questionário impresso em papel que deixamos na portaria do prédio de Hilder Ponte, que respondeu e depois fomos buscar.

Descobrimos que Flávio Ponte era professor do curso de jornalismo na UFC, que trabalhou em cargos de confiança junto a reitores da Universidade e políticos que governavam a prefeitura de Fortaleza. Casou-se e teve dois filhos. Não conseguimos nos aprofundar nessa biografia por várias situações, mas ainda guardamos inquietações quanto às perguntas que nasceram a partir da pesquisa, como por exemplo, qual a relação de Flávio Ponte, que tinha morrido há pouco tempo, com a nascente prefeitura de Maracanaú para que ele recebesse uma homenagem num município ao qual, ao que tudo indica, nunca trabalhou ou viveu?

Não chegamos a publicar o resultado desta pesquisa, mas em momento oportuno pretendemos doar para a biblioteca da escola um texto e a foto do patrono, como resultado dessas inquietações. Entretanto, isso aponta para uma lacuna de memória das instituições escolares, que precisaria ser mais valorizada pela comunidade escolar no entorno.

4.2 Os Documentos Processuais: o que dizem e significam?

A partir das várias leituras feitas para escrever este trabalho, bem como da vivência diária com os requerimentos de anistia e da aproximação e diálogo com alguns dos anistiados, foi possível estabelecer o entendimento de que a anistia se caracteriza pela busca da conciliação de um ambiente político conturbado, que indica, ou busca indicar, caminhos para a reintegração de pessoas afetadas por regimes autoritários e repressivos. No caso em estudo, a anistia da qual tratamos é aquela referente ao período pós ditadura militar, deflagrada em 1964.

No caso brasileiro, como foi referido anteriormente, a anistia é chamada de incompleta, uma vez que as pessoas responsáveis pela execução dos crimes cometidos durante o período de exceção não foram levadas aos tribunais para prestar contas das torturas, dos sequestros, dos assassinatos, da ocultação de cadáveres e da série de abusos cometidos contra opositores do regime que representavam.

É importante destacar que o processo de elaboração da Lei 6683/79 ocorreu como uma ação do plano de abertura política que já estava em curso desde 1974 no governo Geisel. O processo entre a elaboração, a votação do projeto de lei e a promulgação ocorreu entre março e agosto de 1979, ou seja, um processo bem acelerado que indica uma pressa do governo para aprová-lo, mesmo tendo vários pedidos de alteração, inclusive por parte das pessoas que não foram contempladas pela lei.

No site do Senado Federal, em reportagem sobre os 40 anos da lei de Anistia, encontramos uma discussão feita pelos congressistas que justifica a pressa para a aprovação da lei. O senador Lázaro Barbosa (MDB-GO) se posicionou afirmando que

— A meu juízo, esses torturadores não podem receber a anistia, pois dela não são dignos. É imprescindível que tais carrascos tomem assento no banco dos réus e respondam pelas monstruosidades cometidas. Não foram crimes políticos. Foram, isso sim, crimes contra a humanidade.²⁶

26 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura#:~:text=A%20Lei%20da%20Anistia%20completa,para%20a%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil> Acesso em: 12 nov. 2025.

Ainda no site do Senado, que reproduz fragmentos dos discursos proferidos naquela casa por ocasião do debate da referida lei, encontramos defensores da anistia para os militares.

O projeto teve como relator o deputado Ernani Satyro (Arena-PB). No governo do marechal Costa e Silva, ele havia sido ministro do Superior Tribunal Militar, corte que dava a palavra final sobre o destino dos acusados de crimes políticos. Satyro jogou um balde de água fria nas pretensões do MDB. Ele rejeitou todas as emendas que buscavam incluir na anistia os condenados por terrorismo.

— Os princípios gerais do projeto do governo estão de pé. A anistia será ampla e geral, mas não irrestrita.

O relator também enterrou as tentativas oposicionistas de retirar do alcance do perdão os militares que cometeram abusos contra os perseguidos políticos. Para ele, isso seria contraditório:

— Querem o perdão, mas não perdoam. Gritam pela anistia para os seus, mas apregoam, ao mesmo tempo e incoerentemente, a ideia de uma investigação sobre torturas e violências. Advogam a impunidade dos crimes de seus partidários para que, mais fortes, possam punir a revolução [de 1964].

Dando outra estocada na oposição, Satyro concluiu:

— O doloroso, para muitos, é saber que a anistia virá, mas virá pelas mãos do governo, por iniciativa do presidente João Baptista Figueiredo. Será atendida, assim, a autêntica voz do povo, que aspira à paz e à conciliação. Isso, para os oposicionistas, importa uma grande frustração, como frustrados se encontram pela abertura que está sendo feita pelo governo da revolução.²⁷

Uma vez promulgada a lei nº 6683/79, pouco tempo depois, aqueles que não tinham sido amparados por ela ganharam indultos do presidente João Figueiredo, ou tiveram seus processos revisados pelos tribunais militares, fato que indica a preocupação do governo com uma autoanistia. O autor do texto do site ainda questiona:

Se logo em seguida os beneficiaria, por que o governo brigou tanto no Congresso para manter o artigo que excluía os terroristas condenados? Para o historiador Carlos Fico, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor do livro *Além do Golpe* (Editora Record), a exclusão deles foi apenas uma cortina de fumaça:

— Não há evidências empíricas definitivas, mas eu, após anos de pesquisas e entrevistas, cheguei à conclusão de que a ditadura pôs essa interdição para encobrir aquilo que realmente desejava, que era a autoanistia. Enquanto todo mundo ficou tentando de todas as formas incluir os condenados pelos “crimes

27 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura#:~:text=A%20Lei%20da%20Anistia%20completa,para%20a%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil>. Acesso em: 12 nov. 2025.

de sangue” na anistia, o perdão aos torturadores ficou em segundo plano e foi aprovado com facilidade.²⁸

Essa é uma dívida que não foi paga diante da memória nacional, porque mesmo com as indenizações pagas aos anistiados, não houve acesso aos arquivos militares para que essa memória fosse devidamente organizada e, conseqüentemente, difundida entre a população, inclusive através da educação escolar e dos livros didáticos, fato que motivou a escrita deste trabalho. Uma vez que não houve acesso total aos documentos, esclarecer a verdade tornou-se uma tarefa muito difícil.

Essa obrigação ainda é cobrada pelos movimentos sociais representados por associações de vítimas e de parentes de vítimas, a exemplo da Associação 64/68 - Anistia. Para atender a essa demanda por justiça e verdade foram criadas as Comissões da Verdade em várias instâncias e locais²⁹, com a missão de investigar o que a ditadura militar omitiu, fato que favoreceu a abertura de arquivos e ampliou os debates³⁰.

Para entender melhor sobre o que significou a anistia e o período de pós redemocratização aqui refletido, é importante compreender sobre o conceito de Justiça de Transição, que é um termo cunhado nos anos 1990 para designar a mudança de um regime não democrático para um regime democrático (GENRO E ABRÃO, 2009).

Essa “transição” percorreu um caminho essencialmente jurídico, mas que chegou à prática social que modificou o entendimento do que é ou não é punível, do

28 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura#:~:text=A%20Lei%20da%20Anistia%20completa,para%20a%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil>. Acesso em: 12 nov. 2025.

29 São exemplos de comissões estaduais a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva (CEV – SP), a Comissão da Verdade do Rio (CEV – Rio) e a Comissão da Verdade do Rio Grande do Sul. Comissões de violação a grupos específicos: Comissão Camponesa da Verdade e a Comissão da Verdade da Escravidão. Comissões Municipais: Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. Comissões de instituições: Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, e a de Universidades, como as da PUC-SP, da USP, da UNESP, da UNIFESP, e da UNICAMP. Ver mais sobre o assunto em: <https://memoriasdaditadura.org.br/as-comissoes-da-verdade-pelo-brasil/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

30 A existência de movimentos sociais foi fundamental para que se pudesse avançar no conhecimento sobre a ditadura. A pressão exercida por associações de familiares e vítimas colaborou para a criação de comissões especiais, como a de mortos e desaparecidos, por exemplo, no governo FHC e no acesso a documentos. São essas famílias que não esquecem, que confrontam aqueles que querem esquecer.

que é ou não é considerado um direito, demonstrando a necessidade de discutir e chegar a um consenso sobre conceitos como reparação e perdão.

Dentro do ensino da História, muitos são os conteúdos ensinados aos alunos sobre momentos da trajetória da humanidade que foram permeados por guerras, opressões políticas, ditaduras, colonizações, que são modelos autoritários e repressivos que costumeiramente atentam contra grupos específicos, ou mesmo populações inteiras.

Para Montrose (2014), a justiça de transição abrange medidas capazes de lidar com os resquícios do autoritarismo por meio de medidas políticas, jurídicas e simbólicas. No Brasil ainda há vários desafios para tornar essa transição efetiva. Um desses desafios é a ausência de ruptura real com o período que os militares estiveram no poder, caracterizando uma transição negociada. Outro desafio é a conciliação e a continuidade institucional como prioridade, em vez da responsabilização de torturadores. A insipidez da construção de uma memória pública, inclusive sem a devida atenção ao ensino da História desse período para o grande público também é apontada como mais um desses desafios. Por fim, a influência e o poder dos militares nas instituições constituem mais um empecilho para que a Justiça de Transição seja real e efetiva.

O referido autor ainda aponta para “o entulho autoritário” presente na Constituição de 1988, que limita a democracia a partir de estruturas, práticas e dispositivos que poucos brasileiros conhecem. Ele cita quatro pontos principais, quais sejam: a existência do artigo 142, dispondo as Forças Armadas como “garantidoras da lei e da ordem”, bem como da própria Constituição; a manutenção da Lei de Segurança Nacional, que só foi revogada em 2021, que servia como instrumento de repressão a movimentos sociais; a estrutura das polícias militares, que desde a época da Doutrina de Segurança Nacional não foi modificada, mantendo o autoritarismo, a impunidade e as práticas violentas; a manutenção da lei 6683/79, que ao ter sua interpretação mantida pelo Supremo Tribunal Federal-STF, dificulta a responsabilização de agentes da ditadura que cometeram crimes.

É necessário, portanto, pensar sobre como superar os crimes cometidos nesse período. Esclarecê-los, julgá-los e puni-los para que seus resquícios não sirvam de

molde à sociedade que se pretende reconstruir. Os crimes de lesa-humanidade não podem ficar adormecidos no seio social, esperando uma nova oportunidade de brotar prejudicando novas gerações. Os estudos de transição política servem a esse propósito, e deixam registrado que a reflexão e a superação desses eventos na História são possíveis.

Nas peças jurídicas aqui relacionadas, encontram-se o resumo da trajetória de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas por um período político repressivo e que por ele ficaram marcadas de modo imutável, e que passada a perseguição empreendem nova luta para reaver direitos e reparação.

A utilização desses documentos em sala de aula diz e significa, em primeiro lugar, que a Ditadura que ocorreu no Brasil dos anos 1960 instituiu um regime com leis que transformaram cidadãos comuns em indivíduos indesejáveis ao bom desenvolvimento da nação brasileira, classificando-os como terroristas, subversivos e perigosos, de modo a exporem essas pessoas a toda espécie de abuso, fato que permite desenvolver o debate sobre Direitos Humanos.

As histórias de vida dessas pessoas registram uma busca por direitos que se fundamenta naquilo que a Constituição Federal de 1988 - CF/88 traz como garantia em seu artigo 5º, que nenhum cidadão será submetido a tortura, e tratamento degradante, que será respeitado em suas convicções filosóficas e políticas, que tem direito de se reunir, entre outros direitos que eram vedados à época da ditadura.

As aulas de História podem ser bastante enriquecidas com esse estudo, pois a Justiça de Transição colabora na compreensão do processo de redemocratização, indicando para o estudante que a História não é algo estacionada no passado. O estudante poderá perceber que não houve uma ruptura completa com a ditadura, que as negociações foram cheias de disputas, e que algumas práticas se mantiveram, como por exemplo a violência policial. O estudante também pode perceber que há limites na democracia, e que no que tange à política tudo é baseado em acordos e negociações, que muitas vezes não são justas com todos.

A conexão entre passado e presente também é um ganho nas aulas do supracitado componente curricular porque trata das atuais realidades políticas do país, permeadas por negacionismos, bem como a cultura de violência e de

impunidade. O tema também fortalece o exercício da cidadania e o respeito aos Direitos Humanos, à medida que demonstra a necessidade de aprimorar a democracia, desnaturalizar a violência estatal e combater o autoritarismo.

As vidas contidas nos documentos aqui estudados são fruto de uma conjuntura que colocou cidadãos na ilegalidade, e depois os “devolveu” seus direitos de cidadania. Nas aulas de História, essa reflexão preserva a memória coletiva, dando voz às vítimas e combatendo o revisionismo histórico, além de integrar diferentes campos do conhecimento histórico, como a História Social, a História Política e a História do Direito.

Um exemplo é o início do processo de reparação enviado à Comissão de Anistia do Governo Federal, chamada de Comissão da Paz, pelo advogado do professor Caio Cirino, que evoca a reflexão feita por Norberto Bobbio na obra *A Era dos Direitos*, para demonstrar que embora a história humana seja antiga, ela pouco evoluiu no sentido de olhar e cuidar das pessoas em si.

O advogado José Arimá Rocha nomeia com os adjetivos “nobre” e “difícil” a missão dada àquela comissão (de anistia), que tinha como objetivo reparar, dentro da lei, os danos causados pelo regime ditatorial, que “tantas infelicidades trouxe ao nosso povo”. E quais infelicidades seriam essas senão maus-tratos nas prisões, afastamento da família, torturas, constrangimentos, entre outras tantas, desferidas a indivíduos e grupos porque estes discordavam das ideias e dos projetos daqueles que detinham o poder, conforme se pode ler nos documentos.

Partindo da teoria de Rusen (2001;2015), o trabalho com esses processos observa que os alunos iniciam o movimento reflexivo pelos conhecimentos que já têm sobre o assunto³¹. Mesmo que não compreendam bem ou de modo completo o seu significado, o exercício feito com a leitura dos documentos e sua análise favorece as possibilidades de aprendizagem histórica, bem como abre caminhos para um outro sentido de compreensão da realidade política brasileira. Esses fatos passados ajudam a pensar no tempo atual com seus problemas e questionamentos próprios.

31 Esse processo proposto por Rüsen visa confrontar as ideias espontâneas dos alunos com os documentos históricos, promovendo um “choque” entre o que se sabe e a informação trazida pela fonte. A partir do contato com as fontes propõe-se o rompimento da distância temporal, no intuito de fazer com que o estudante compreenda que o assunto não é apenas político, mas sim sobre a vida das pessoas, aproximando-os da ética e da empatia para produzir essa consciência histórica.

A coleção de documentos aqui exposta é fruto da produção do aparato estatal de investigação, e de seu aparelho repressivo, mas também apresenta outros componentes que trazem visões do campo de vista sociocultural da época da ditadura e da redemocratização brasileira, bem como da elaboração que os perseguidos políticos fizeram de suas memórias pessoais passados mais de 20 anos do fato. Os relatos descritos nos processos foram vivenciados no tempo da ditadura e em momentos posteriores, já que a partir da volta da democracia as pessoas tiveram que reestruturar suas vidas carregando as marcas desse passado.

Entretanto, devemos observar que a simples leitura desses relatos não vai por si só trazer consciência crítica e histórica aos estudantes. O uso desses documentos deve servir para desconstruir “imagens canonizadas do passado” (SCHMIDT; CAINELLI, 2010. p. 114).

Ao observar os documentos da professora Mércia de Vasconcelos, que estão no acervo pertencente à Comissão Wanda Sidou, encontramos o resumo de sua história (que já tínhamos conhecimento por causa da pasta do acervo da Associação), mas uma descoberta interessante foi que ela não solicitou a indenização através do requerimento formal, como os outros anistiados.

Ela anexou ao seu relato pessoal a certidão da ABIN-Agência Brasileira de Inteligência, que comprovava suas atividades políticas e as vezes que foi presa. Acrescentou documentos pessoais e procurações, e seu pedido foi aceito e deferido pela Comissão. A relatora recomendou o valor de 30 mil reais (valor máximo no âmbito estadual) como indenização para a anistiada, assinando o relatório em 27 de novembro de 2009, mesmo dia da realização da sessão da comissão.

Para Mércia de Vasconcelos, foram cinco anos de espera até que seu pedido fosse analisado e julgado, já que o relato que dá início ao processo é datado de julho de 2004. Isso aponta para um cenário que pode e deve ser investigado em trabalhos de pesquisa feitos com os alunos, em que as hipóteses podem ser levantadas a respeito desse tempo relativamente longo de espera por resposta de um pedido que estava muito bem descrito e com provas documentais adquiridas em órgãos estatais.

A documentação e as memórias de Mércia de Vasconcelos podem ser utilizadas em metodologias que abordem a história de vida como meio de estudo,

permitindo inclusive a interdisciplinaridade com outras temáticas desenvolvidas no meio escolar, como Projeto de Vida, Língua Portuguesa e Redação.

Para Schmidt e Cainelli (2010. p. 117), o contato com as fontes históricas habitua o aluno a associar a análise ao conceito histórico do qual se origina, favorecendo o raciocínio de situações. Então ao analisar conceitos, como por exemplo ditadura, anistia, redemocratização e justiça de transição, o uso dessa documentação favorecerá a compreensão desses conceitos que, apesar de serem teóricos, dão um vislumbre de como foi passar por esse período histórico.

As sentenças desses pedidos de reparação econômica foram desmembradas dos pedidos. Esse desmembramento denota uma questão arquivística a ser levantada: qual o motivo que levou a Diretoria da Associação a fazer esse desmembramento? A priori, parece uma questão secundária para o ensino de História, e talvez seja, entretanto levantam perguntas, tais como: esse desmembramento foi intencional? Se tiver sido, foi uma decisão correta? Foi feita em benefício da segurança documental? Há outros meios de descobrir o desfecho de cada caso? Quais as relações da diretoria da Associação 64/68-Anistia (quem normalmente dava assistência jurídica para envio do requerimento) com a Comissão Wanda Sidou (que emitia o parecer favorável ou não ao pedido)?

Arlete Farge, em suas pesquisas nos arquivos judiciais, muito se importava com as percepções do cotidiano feitas pelas pessoas comuns e que estavam contidas nas anotações dos processos. Para ela,

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história (2009, p.14).

Desse modo, esses processos de reparação econômica, dentre outras formas, podem ser utilizados como uma situação-problema para dar início ao estudo sobre a redemocratização brasileira, apontando para os alunos que aquele regime que entrava em decadência política deixou consequências na vida de todos os cidadãos, mas para alguns de modo particular. Nessa abordagem, a anistia pode ser destacada

como um momento em que poderíamos chamar de prestação de contas, mas que por diversos motivos, no Brasil, não se chegou a discutir o passado e reparar os erros cometidos, como se buscou fazer em outros países.

Nos relatórios acessados para a conclusão deste trabalho, pode-se perceber que assim como na esfera judiciária, as provas documentais ou testemunhais das prisões eram pontos importantíssimos para que o requerente fosse atendido em seu pedido. Cada relator, a seu modo, apontava no relatório a presença ou não desses elementos de prova, o que nos leva a pensar em quantas pessoas não puderam comprovar as perseguições sofridas e, portanto, permaneceram injustiçadas no seu direito, não somente do ponto de vista financeiro, mas especialmente moral.

O acesso às atas de julgamento e aos relatórios individuais foi um tanto difícil, porque a Comissão, que funciona sob o amparo da Secretaria de Direitos Humanos do Ceará-SEDIH, passou por mudança de prédio e de conselheiros. Isso impactou na organização da documentação e no acesso a eles. Apesar de termos sido muito bem recebidos por todos da Comissão Especial de Anistia e da SEDIH, tendo preenchido todos os requisitos para acessar os documentos, não foi permitido que tirássemos cópias ou fotografássemos os mesmos.

A Comissão preza pela memória, mas como não se trata de uma instituição voltada para a pesquisa, percebemos que não é fácil fazer a pesquisa. Há o que Podemos chamar de “rígida” burocracia para que a pesquisa possa ser feita. Percebemos também que há uma busca por adequação nesse sentido, mas presumimos que há questões internas que precisam ser resolvidas para que a dificuldade de acesso seja sanada.

As atas de julgamento e os relatórios individuais são muito genéricos quanto à análise que empreendem. As atas das sessões tratam sobre o que é discutido em cada uma delas. Porém, percebemos que durante as sessões que ocorreram não houve debate ou questionamentos dos relatórios dos processos dos então anistiandos.

Não houve a necessidade de transcrever parte dos relatórios individuais nesta dissertação pelo fato de serem absolutamente genéricos, como explicado anteriormente. Apesar de muito sucintos, empreendemos o máximo esforço para

expor e analisar nos parágrafos seguintes o desfecho de cada requerimento feito à CEAWS a partir do tempo que estivemos para fazer a leitura e as anotações. Portanto, conhecer mais detalhes sobre esse desfecho necessitaria do contato pessoal com cada um dos professores para que eles mesmos falassem ou mostrassem outros documentos os quais autorizassem a exposição.

O professor Caio Cirino, apesar de ter seu processo deferido, não pôde ser contemplado em vida. Morreu três meses antes da sentença, proferida a 16 de dezembro de 2004, à espera de justiça e de reparação. No relatório da comissão, ficou concluído sobre as arbitrariedades das quais foi vítima, trazendo alguns detalhes das torturas psicológicas. Provavelmente seus filhos receberam o pedido de perdão do Estado e o valor a ele destinado, já que no relatório lê-se que o pedido é deferido em nome dos filhos.

A professora Maria Ruth também teve seu pedido deferido em setembro de 2005, pouco mais de um ano do seu pedido à Comissão Wanda Sidou. O relator de seu processo também aponta para a farta documentação comprobatória das perseguições, deferindo o valor máximo (30 mil reais) para seu pedido.

A professora Mércia de Vasconcelos, a despeito do modo como requereu a indenização, também teve seu pedido deferido no valor máximo na comissão estadual. A relatoria de seu pedido enfoca na “riqueza de detalhes” do seu relato e também nas provas documentais que juntou a ele.

O professor Assis Aderaldo foi o único dos quatro docentes a não receber o valor máximo no âmbito da comissão estadual. O valor deferido foi de 25 mil reais, com um relatório também fundamentado nas provas que apresentou das prisões e das perseguições sofridas.

Mesmo essas fontes primárias não tendo sido produzidas com uma intenção pedagógica, propomos, no final deste trabalho, a sua didatização para contribuir com a memória nacional da Anistia e da Redemocratização, ressignificando esses registros que deixam de ser meros processos jurídicos para se tornar matéria de compreensão do presente e do passado. Para a historiadora Suzanne Citron (1990, p. 122)

Não poderemos enumerar a multiplicidade possível das memórias sociais, étnicas, culturais. O essencial no plano pedagógico, é ter definido o campo teórico da sua existência, depois o ter referenciado concretamente as questões, os esboços e o fazer com o grupo em causa, um TRABALHO DE MEMÓRIA: inventariar e investigar com os meios disponíveis (...), objectos, testemunhos, palavras, textos, recordações, canções, imagens, poesias, fragmentos de história escrita ...

No uso desse tipo de documentação, a ampliação da discussão sobre os significados do passado para a vida social, especialmente quando se trata da constituição e circulação de narrativas sobre experiências e memórias traumáticas, configura-se como oportunidade no ensino de História de complexificar saberes a partir de argumentações sobre as funções da história e o papel das cultura humanas nos diferentes tempos e espaços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que por hora concluo nasceu e se desenvolveu na lida diária com a documentação pela qual eu tinha o dever profissional de zelar, bem como pelos anos de prática docente nas escolas cearenses. Desde o primeiro contato com essa documentação e com as histórias das pessoas que ela narrava, interessei-me em conhecer mais sobre o período e percebi que aquele conhecimento também seria muito útil para aprofundar em sala de aula, uma vez que o Brasil e seu povo voltavam a viver sob o espectro de uma possível ditadura, desconfiança que ficou bem confirmada com a tentativa de golpe democrático ocorrida em 08 de janeiro de 2023.

Os processos acumulados pela Associação 64/68 - Anistia, continham o relato da vida de cidadãos que haviam sido atingidos pela repressão política, em sua maioria cearenses. Além de requerer a condição de anistiados políticos, essas pessoas também solicitavam a reparação financeira a qual tinham direito, uma vez que foram muitos os prejuízos sofridos no passado, que lhes roubaram oportunidades de vida, e que na maioria dos casos não poderiam ser devolvidas.

Esse acervo revelava, além de fragmentos biográficos de parte de uma famosa geração brasileira (os jovens dos anos 1960), uma compreensão de como funcionou o Brasil com a democracia violada, onde a lei era usada a favor do regime vigente e contra seus cidadãos, impondo aos discordantes o peso do aparato estatal, que os sequestrava, perseguia, prendia, torturava, assassinava, exilava, e desaparecia.

Ter contato com esses processos, e com os demais componentes do acervo foi uma excelente oportunidade para mim de entender um pouco mais desse Brasil Contemporâneo e suas contradições, que chegam aos dias atuais de maneira muito semelhante, tornando real o pensamento de Edmund Burke que afirma que “um povo que não conhece sua História está fadado a repetí-la”.

Durante a escrita desta dissertação, a cada dia, fiz o exercício histórico de olhar o passado a partir do presente, o que me levou a compreender um pouco mais sobre as situações do tempo presente, como por exemplo o saudosismo de parte da população que pedia a volta da Ditadura Militar, fato que estimulou a que esta pesquisa estivesse voltada para aplicação em sala de aula, local privilegiado para o desenvolvimento de descobertas e aprendizagens que oportunizam mudanças para o futuro dos estudantes.

Nesta dissertação estudamos o uso pedagógico de documentos do acervo da Associação 64/68 – Anistia, que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará, utilizando-os como material para o ensino de conteúdos como a Ditadura Militar brasileira, o movimento pela Anistia durante e após a redemocratização, e a Transição para a Democracia nas aulas de História. O uso dessas fontes primárias em sala de aula ajudaram a ampliar e aprofundar aquilo que os livros didáticos trazem de forma superficial e resumida em poucos parágrafos, além de trazer um olhar sobre a história e as lutas do povo cearense.

Sobre o livro didático e sua apresentação do tema, aquilo que chamei de resumido e superficial, atribuo justamente ao fato de ser um assunto ainda “quente” dentro da história nacional, que suscita memórias de perseguidores e perseguidos que ainda estão vivos, bem como de seus familiares, que em maior ou menor grau participaram desse período presencialmente ou como herdeiros da memória familiar.

Ao longo do texto fiz um esforço de passar para a escrita ao menos uma parte do exercício de olhar para o passado a partir do presente, e dessa forma quis utilizar o período da Ditadura Militar apenas como pano de fundo para as discussões sobre a Anistia e a Transição para a Democracia que ocuparam, de fato, a centralidade do estudo.

Trouxe uma análise sobre a presença desse conteúdo específico em algumas coleções de livros didáticos que circularam nas salas de aula durante a última década, demonstrando que o assunto além de ser abordado de forma quase imperceptível, também focava sua explicação em apenas uma parte do território nacional, como se o restante do país não tivesse tido parte em 21 anos de Ditadura e nas consequências que ela trouxe para aqueles que foram perseguidos.

A partir das memórias reveladas nos relatos processuais, foi possível trazer um recorte biográfico de quatro professores e professoras que foram motivação e objeto desta análise, discutindo elementos sobre Direitos Humanos, Memória, Democracia, e a importância da participação política dos cidadãos nos rumos do país, o que nos leva a concluir que no Ceará houve ditadura sim, assim como no restante do país. Algumas de suas vítimas tiveram toda uma existência de luta para reaver seus direitos e sua história de vida tão prejudicados durante a perseguição política.

Por fim, elaborei uma proposta didática na forma de cartilha, focando no assunto tema da dissertação, mas a partir de uma linguagem acessível aos alunos, especialmente do Ensino Médio. Nesta cartilha utilizei fontes primárias, imagens, glossário e outros recursos que pudessem favorecer a ampliação deste conteúdo pelos estudantes a qualquer tempo.

Apesar do projeto de país que esses jovens sonhavam não ter ido à frente, a preservação dessa memória e sua difusão como conhecimento histórico na sala de aula serve de exemplo sobre o que pode acontecer em períodos de repressão, especialmente quando se fecha os olhos para os rumos políticos trilhados no país, escusando-se da responsabilidade sobre eles. A educação ainda é o meio mais eficaz para que as piores situações sociais políticas e econômicas sejam modificadas. É o que ainda acredito.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo. **A Lei de Anistia no Brasil**: as alternativas para a verdade e a justiça. *Acervo*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 119–138, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/373>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- BARLACH, Breno; CASTANHEDI, Isadora. **Ultraconservadorismo e educação**: reflexões de estudo empírico. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.275436>. Acesso em: 1 set. 2025.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183–191.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2015**: História – Ensino Médio. Brasília: Secretaria da Educação Básica, 2014. Disponível em: https://www.fn-de.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2015/pnld_2015_historia.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CITRON, Suzanne. **Ensinar a História hoje**: a memória perdida e reencontrada. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83–106, nov. 2005.
- DE BAETS, Antoon. O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 3, n. 5, p. 86–114, 2011. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/200>. Acesso em: 18 out. 2025.
- DIAS, Luiz Antonio; SOUSA, Rafael Lopes. Entre a memória e o esquecimento: 1964–2014, o golpe ontem e hoje. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 171–201, ago. 2014.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976–1979)**. Fortaleza: INESP, 2012.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2022.

FARIAS, João Paulo de Oliveira. **O uso de podcast para o ensino e aprendizagem de História**: produção e difusão com/para alunos do ensino médio. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2021.

FICO, Carlos. **Utopia autoritária brasileira**: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560–593, set./dez. 2022.

GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Apresentação. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 1, jan./jun. 2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

GEVIGIER, Jeferson José. **Reflexões sobre a abertura política brasileira**: aspectos da justiça de transição no ensino de História. Disponível em: https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1595874954_ARQUIVO_bcb4ea1975bb762e5d410dd7a00ff9e6.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado**: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

GRECO, Heloísa Amélia. **Anistia**: o perdão e a violência. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HADDAD, Sérgio. A prisão de Paulo Freire, “subversor” dos menos favorecidos, na ditadura. **El País**, São Paulo, 22 out. 2019. Disponível em: https://brasil.el-pais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417_189523.html. Acesso em: 19 set. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOSTGATOR. **Como criar um roteiro para podcast**. HostGator, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www.hostgator.com.br/blog/criar-roteiro-podcast/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

JUIZ-AUDITOR DA 10ª REGIÃO MILITAR não reconheceu denúncia contra 34 indicados no IPM da subversão no Ceará. **O Povo**, Fortaleza, 15 set. 1965.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2001.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1975.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

MENESES, Sônia; WANDERLEY, Sônia Maria de Almeida Ignatiuk; MELO, Rosilene Alves. Ensinar com História Pública: desafios, temas e experiências. In: **Ensinar com História Pública**. Sobral: Sertão Cult, 2022. Cap. 5, p. 115–142.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

MONTROSE, Edilson. Ditadura: o que resta da transição. In: PINHEIRO, Milton. **Classes sociais, lutas e mudanças no Estado: 1964 a 1988**.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

OLIVEIRA, Papito (org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 5. reimpr. São Paulo: Contexto, 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171–186, jan./jun. 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. **Por que a história política?** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

ROCHA, H. A ditadura militar (1964–1985) nas narrativas didáticas brasileiras. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, n. 1, p. 97–120, 2015.

ROSA, Johnny Roberto. **À perlaboração de um passado traumático**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: UFPR, 2015.

SALES, Lígia. Dívida dos porões da ditadura. **O Povo**, Fortaleza, 26 mar. 2001, p. 4.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história: pensamento e ação na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIMÕES, W. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 45–59, 2017.

TELES, Edson. **Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2015.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2011.

APÊNDICE A - O PRODUTO - CARTILHA DIDÁTICA - ANISTIA E TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Neste programa de pós-graduação é necessário sugerir uma proposição didática que possa ser aplicada nas aulas de História. A princípio, a ideia era dar continuidade ao *Podcast* que já foi iniciado sobre o tema da Anistia e publicado na plataforma *Spotify*. Este recurso surgiu como o desenvolvimento de uma das atividades da disciplina História Pública, cursada durante este curso de mestrado.

Seria de fato um produto muito interessante caso fosse produzido pelos alunos, pois favoreceria o contato desses jovens com os próprios anistiados, o que seria uma experiência pessoal e educacional ímpar, com potencial de promover resultados que ultrapassam simplesmente objetivos de aprendizagem de um dado conteúdo.

Entretanto, existe grande dificuldade em promover esses encontros, tendo em vista que demandaria adequar o tempo dos entrevistados com as demais atividades escolares dos alunos no decorrer do ano letivo, impossibilitando, de forma imediata, a produção do mesmo, o que não impede de tornar-se uma sugestão para que o professor o realize em suas turmas. Há, também, a dificuldade em relação a minha própria condição, uma vez que não estou mais como docente da escola, fato que também inviabilizou que a atividade prosseguisse, mesmo com o apoio de colegas professores.

Diante deste cenário, optou-se por seguir a orientação do professor orientador e desenvolver uma cartilha didática intitulada *Anistia e transição para a Democracia*. O objetivo principal do material elaborado é oferecer aos interessados um recurso pedagógico acessível, estruturado e de fácil aplicação em sala de aula, que apoie o trabalho com temas sensíveis e complexos, como ditadura, anistia, direitos humanos e justiça de transição. A cartilha apresenta caráter formativo, pois reúne fontes históricas já comentadas na dissertação, uma síntese didática a respeito dos acontecimentos da Anistia e da Redemocratização, propostas de exercícios que demonstram como o conteúdo foi abordado em provas de vestibular, além de reunir sugestões de leituras e filmes que dialogam com a realidade dos estudantes e com as competências previstas na BNCC.

Apresentação da cartilha

Prezado(a) professor e professora,

Este produto educacional foi pensado para auxiliar os professores na execução das atividades pedagógicas voltadas ao estudo da Anistia, da Transição e da Redemocratização brasileira ocorridas a partir do final da década de 1970. Pautado na problematização do conceito de Anistia, o material oferece diferentes recursos que podem ser explorados de modo criativo nas aulas de História, incentivando a pesquisa documental por meio da leitura e análise de fontes relacionadas à história local, com o objetivo de mobilizar reflexões e ações práticas ao desenvolvimento da consciência histórica.

A presente cartilha visa contribuir para democratizar o acesso ao conhecimento, disponibilizando um instrumento que facilita o planejamento docente, amplia repertórios didáticos, incentiva a reflexão histórica crítica e fortalece o compromisso social da escola com a cultura democrática. Suas orientações e materiais de apoio, buscam promover autonomia pedagógica estimulando que professores de diferentes contextos possam desenvolver práticas didáticas inovadoras sobre a temática da anistia e da redemocratização, assegurando que a memória histórica seja preservada e debatida no ambiente escolar.

Para isso, a cartilha apresenta **recursos variados**, distribuídos em seções específicas, que podem ser exploradas de forma flexível conforme a realidade de cada turma. Entre eles, o(a) professor(a) encontrará:

- **Textos introdutórios e contextualização histórica** sobre o período da Ditadura Militar, o movimento pela Anistia e o processo de redemocratização, que podem servir como leitura orientada ou como ponto de partida para rodas de conversa;
- **Documentos oficiais e trechos de processos de anistiados políticos**, sugeridos como fontes de análise para o desenvolvimento de leitura crítica, identificação de argumentos e construção de narrativas históricas;
- **Imagens, fotografias e cartazes de época**, que podem ser utilizados em atividades de interpretação visual, análise de linguagem política e comparação com manifestações recentes pela democracia;

- **Sugestões de filmes, livros e sites**, que podem ser usados para debates, produção de resenhas e atividades interdisciplinares;
- **Indicações de perguntas norteadoras** alinhadas às habilidades da BNCC, auxiliando na mediação da aprendizagem e favorecendo a construção da consciência histórica;
- **Glossário conceitual**, fundamental para apoiar estudantes com dificuldades de compreensão dos conceitos-chave;
- **Material de aprofundamento**, que servirá para que tanto docentes, quanto estudantes possam pesquisar, ler e descobrir mais sobre o tema. Será disponibilizado no final do material.

A cartilha poderá ser usada de forma completa, ou apenas a parte que mais lhe interessar. O professor (a) poderá criar abordagens próprias a partir dos recursos disponibilizados, adaptar ou reformular a proposta enriquecendo as experiências educacionais de seus alunos.

Desejo que este trabalho acadêmico e o produto dele originado possam contribuir com o ensino e a aprendizagem histórica, oferecendo novos olhares e compreensões sobre esse recente período da República Brasileira!

Relato de experiência da aplicação do produto

No dia 09 de junho de 2025, no período da tarde, dirigi-me à escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte para aplicar a sequência didática que foi elaborada na forma de oficina.

A turma escolhida para a aplicação da oficina cursa a 3ª série do Ensino Médio. Como nesta escola há muitas turmas da mesma série, especifico que o grupo de alunos tratava-se do 3º ano “G”. A turma é composta por 30 estudantes matriculados, e no dia em que apliquei o produto educacional, compareceram 24 alunos.

Ao chegar na sala de aula fui apresentada à turma pelo professor Rogers Vidal, que leciona o componente curricular História, e que fez um breve relato dos anos em que fui professora naquela instituição e do motivo de minha presença naquela tarde. Concluída a fala do professor, eu falei por alguns minutos sobre as minhas motivações para fazer o curso de mestrado e a pesquisa que havia motivado a elaboração do produto que eu apresentava naquele momento.

A experiência que naquele momento estava em curso nasceu da vivência dos anos em sala de aula como professora, mas também do aprofundamento que a pesquisa sobre a temática da anistia me trouxe a partir do trabalho com o acervo da associação 64/68-Anistia. O produto foi pensado em forma de oficina para que pudesse ser aplicado de forma rápida, ao tempo em pudesse oportunizar aos estudantes o trabalho com as fontes primárias. A oficina foi chamada “Do papel à História: Anistia do pós 64 em documentos”.

Mais do que escrever um texto que seria disponibilizado para outros pesquisadores, para mim era importante retribuir à escola na qual passei tanto tempo lecionando. Oportunizar a ampliação do repertório de vivências dos alunos, pois enquanto fui professora daquela instituição, recebi muito apoio da equipe gestora, do Professor Coordenador de Área - PCA de Humanas (professor Rogers Vidal), nas atividades que desenvolvi, bem como o incentivo do restante do corpo docente e de vários alunos quando fui aprovada na seleção de mestrado.

Iniciei a oficina com slides contendo imagens de reportagens e notícias sobre o pedido de anistia feito para os civis apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que vandalizaram a Praça dos Três Poderes e as sedes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, em 08 de janeiro de 2023, no intuito de contextualizar o assunto e conceituar a palavra anistia.

Os alunos ficaram interessados por conta da grande circulação do acontecimento que o episódio do Podcast narrou, a vandalização em Brasília. Um dos pontos fortes da atividade de escuta foi a percepção de que a mídia, do qual eles se recordam, ainda repercutia o assunto e mantinha o debate político e social, especialmente quando se observava a prisão de várias pessoas pelos crimes cometidos contra o Estado de Direito e contra o Patrimônio Público.

À medida que a exposição avançava, notei que alguns alunos “se perderam” no assunto. Tal fato ocorreu, em primeiro lugar, porque eles não haviam estudado o texto sobre a ditadura militar, que comumente é abordado no terceiro ou quarto bimestre, a depender do planejamento do professor.

Em segundo lugar, acredito que os conhecimentos em matéria de Política e Direito ainda eram bastante substanciais para reflexões e compreensões mais profundas daquilo que estava sendo abordado, o que não significa que não tenha havido um aproveitamento por parte deles, visto que era perceptível o esforço em compreender o que estava sendo problematizado.

Observei que por ser um assunto denso, cheio de conceitos, que necessitava de prévios conhecimentos que, naquele momento, eles não possuíam, a apresentação tornou-se um tanto enfadonha, fato que busquei contornar circulando na sala fazendo perguntas e mostrando imagens de duas pessoas que foram perseguidas. Além disso, também contei um pouco da história pessoal desses sujeitos.

A primeira pessoa da qual mostrei fotos e falei brevemente sobre a trajetória foi Afonso Bento, ferroviário que presidiu a associação dos ferroviários, tio de minha colega de trabalho. Depois apresentei as fotos de Ruth Cavalcante e falei brevemente sobre sua trajetória.

A decisão de falar sobre Afonso Bento se deu pelo fato de ele ser tio da colega que trabalha junto comigo no tratamento deste acervo, e portanto a convivência com ela (e as histórias que dividia sobre o tio) me fizeram compreender um pouco mais as marcas que o período de ditadura deixou nas pessoas ditas comuns. Para ela foi uma surpresa achar fotos e fichas policiais do tio no meio do acervo num dia comum de trabalho nosso, pois ela nunca soube que ele havia sido perseguido pela ditadura militar. A família nunca comentou nada e durante toda a sua infância e adolescência ela apenas observava o tio depressivo, que não saía de casa, que nunca frequentou qualquer tipo de festa familiar, e que se recolhia no quarto quando chegavam em sua casa pessoas estranhas, mesmo que estas fossem parentes.

Também pelo fato de que como já havíamos apresentado uma oficina de temática semelhante no Arquivo Público, que posteriormente foi convidada para ser apresentada na UECE - Campus Quixadá, o material ilustrativo já continha as fotos do senhor Afonso. Então adaptei o material para ser exibido na apresentação teste do produto educacional com essas imagens do senhor Afonso Bento e de Dona Ruth Cavalcante, justamente com o intuito de sensibilizar os alunos. Diferente das demais pessoas que cito em minha pesquisa, as quais não tive acesso a fotos, utilizei as imagens de Maria Ruth porque ao longo do tempo ela concedeu entrevistas que são de domínio público.

Após a sensibilização feita junto aos alunos com o uso dessas imagens e histórias de vida, segui para o trabalho com os documentos propriamente ditos. Neste ponto, cumpre dizer que escolhi os documentos dos professores Caio Cirino e Maria Ruth para organizar os dados.

Dividi os alunos em duplas e distribuí cópias dos relatos pessoais de cada um e os requerimentos de anistia. Solicitei que as duplas lessem esses documentos e seguissem o passo a passo da leitura crítica que eu havia demonstrado anteriormente durante a explicação. Dei um tempo para que pudessem fazer o solicitado.

Após a conclusão da leitura fui pedindo às duplas que eles apontassem dentro da leitura que haviam feito, o seu entendimento sobre as pessoas que estavam relatando aquelas situações. A princípio tiveram um pouco de dificuldade com a linguagem jurídica, mas à medida que foram apontando as informações, junto com

eles eu ia ligando os pontos e fazendo explicações pontuais para que entendessem o contexto e chegassem a uma conclusão.

Por fim, pedi aos alunos que escrevessem num papel madeira suas impressões sobre aquela aula, o que mais tinha lhes chamado a atenção, e como o conhecimento adquirido naquele dia poderia ter algum impacto em suas vidas dali em diante. Perguntas um tanto ambiciosas, mas eles responderam à sua maneira.

Guardei o papel madeira no qual os estudantes escreveram para ler posteriormente. Escolhi esse tipo de papel porque julguei que era grande o suficiente para que os estudantes ficassem à vontade em escrever, ao mesmo tempo que não gerava muitas unidades dispersas que poderiam ser perdidas.

A escrita dos estudantes não é tão detalhada, realmente eles se expressaram de forma muito sucinta. A julgar pelo andamento da oficina, percebi que não são estudantes que têm costume de fazer anotações no caderno, a não ser que sejam solicitados pelo professor, o que pode resultar numa dificuldade de escrita em que seja necessário desenvolver uma ideia, ou defender um ponto de vista.

Em meio a vários comentários do tipo “Foi bom!” ou “Achei muito interessante!” ou “Muito massa!”, que a princípio dão a impressão de que a avaliação dos estudantes foi dada sem muito critério, para mim elas indicam que o tema e a abordagem de alguma maneira “conversaram” com a realidade ou com o conhecimento de mundo que eles já traziam para aquele momento, estabelecendo uma ligação que poderá ser retomada em outro momento.

Em um dos comentários, um estudante escreve: “Uma aula maravilhosa. Experiência muito boa. Descobri coisas que não fazia ideia.” Esse comentário é um balizador para mim, pois sei que não sou apenas eu que enxergo relevância no estudo do tema. Para esse estudante ficou demarcado o fator descoberta e identificação, que em próximas aulas podem ser ampliados.

Outros adjetivos foram utilizados, xomo “impactante” e “inspirador”. Não foram feitas construções de frases com essas palavras. Elas estavam escritas próximas umas das outras, mas com caligrafias diferentes. Apesar de serem palavras pouco usuais na minha experiência em sala de aula, esses comentários, caso aprofundados, indicam a possibilidade de extensão do debate para além das questões históricas, mas como porta para tratar de situações correlatas à convivência no espaço escolar, tão caras ao ramo socioemocional, projeto de vida e formação cidadã, que são desenvolvidos em aulas eletivas.

Fiquei satisfeita com o resultado alcançado em apenas três aulas de 50 minutos, visto que a turma estava me recebendo pela primeira vez, e que não tive ajuda do colega que me cedeu os horários, pois o mesmo teve que se ausentar da sala diversas vezes. Cabe salientar que essa turma não havia passado pelo conteúdo da ditadura militar, pois essa experiência que relato foi realizada no mês de junho. Fiz alguns poucos registros do momento da leitura dos alunos com os documentos, pois como expliquei, estava sozinha e precisei além de ministrar a oficina, lidar com as situações corriqueiras de uma sala de aula de escola pública, como por exemplo alunos entrado em sala atrasados, pedidos para ir ao banheiro, conversas paralelas, entre outras.

O tempo que foi disponibilizado para esta experiência foi concluído conforme o previsto, e com base nessa aplicação reformulei alguns pontos da sequência didática. Agradei à turma pela colaboração e me despedi ao fim da terceira aula, que era seguida do intervalo.

Figura 1 - Estudantes durante aplicação da oficina



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 2 - Estudantes durante aplicação da oficina



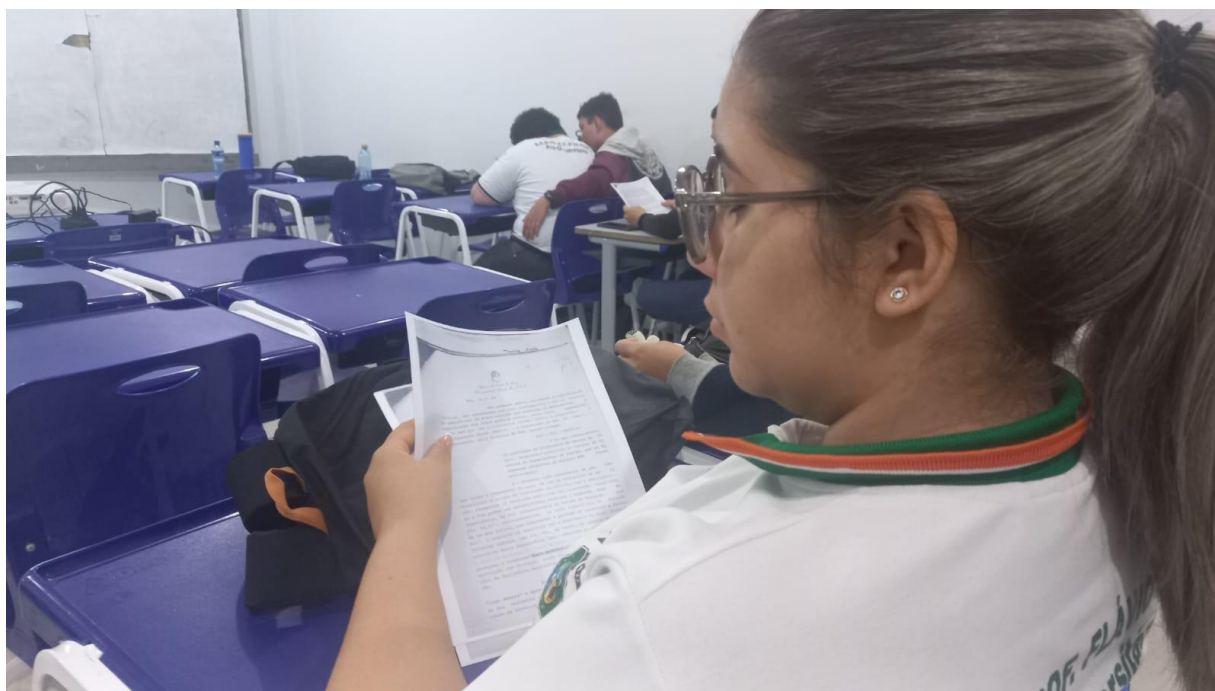
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 3 - Estudantes durante aplicação da oficina



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

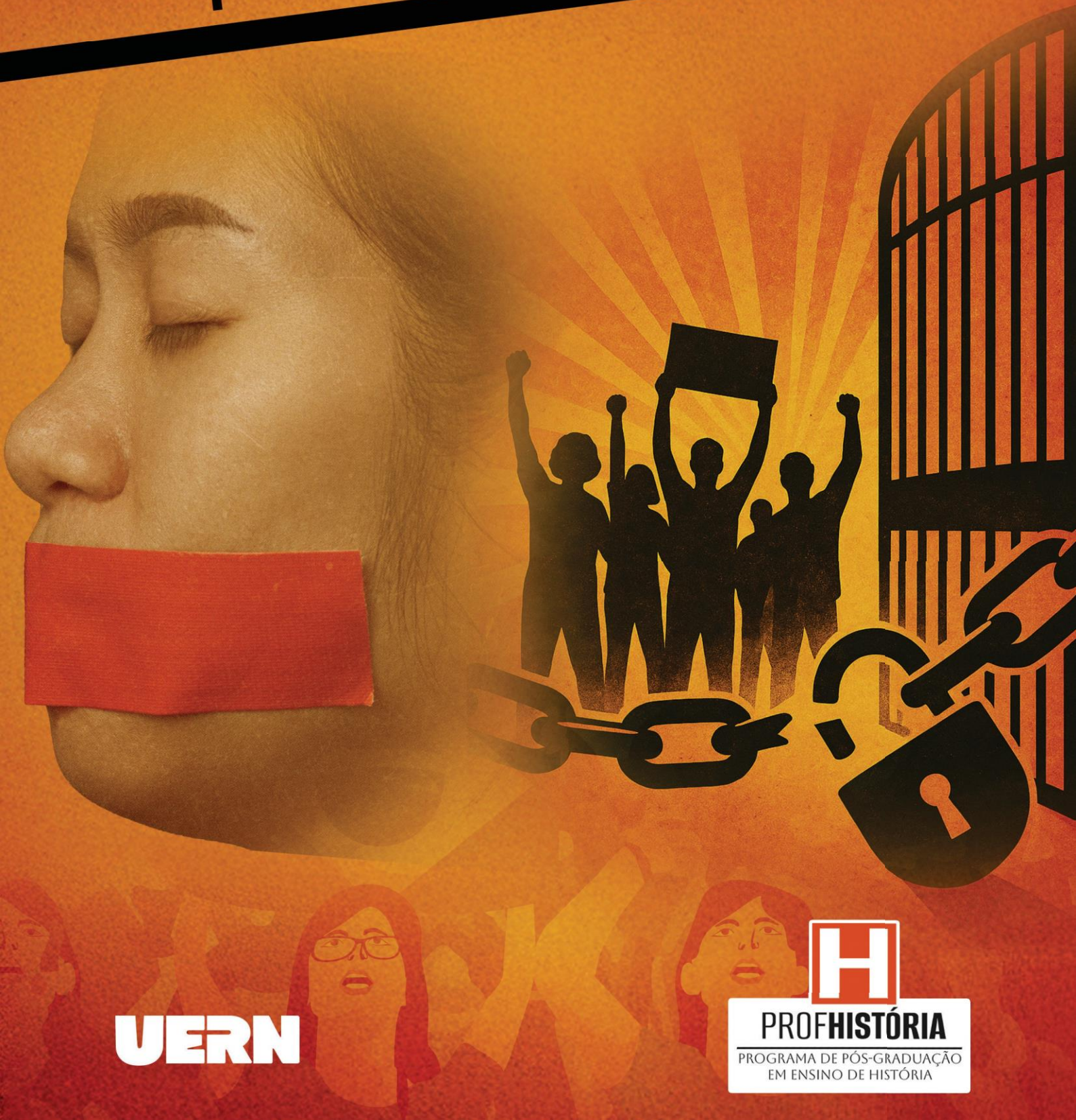
Figura 4 - Estudantes durante aplicação da oficina



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Eilane Régia Duarte Lourenço

ANISTIA E TRANSIÇÃO para a Democracia

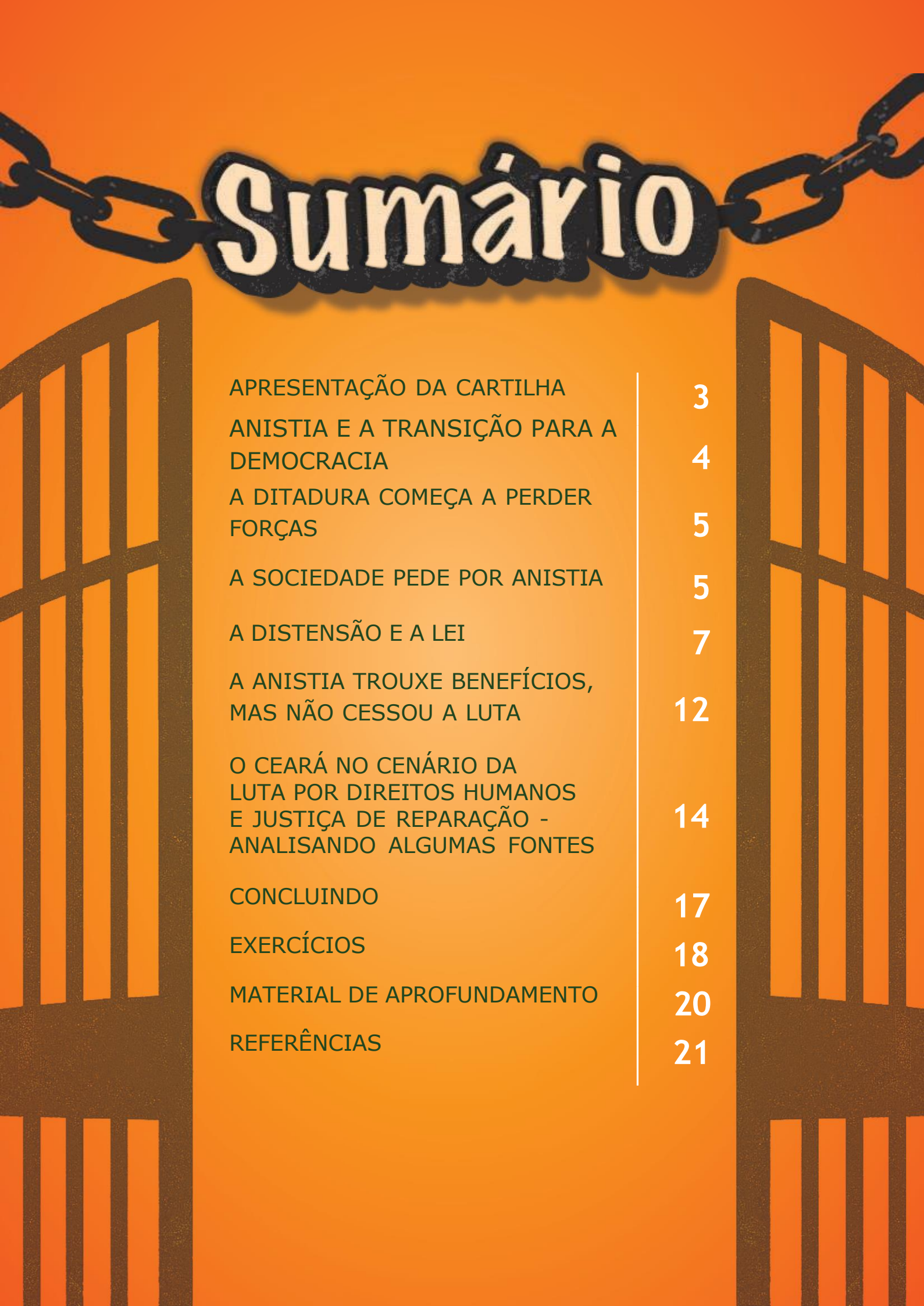


UERN



PROFHISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Sumário

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA	3
ANISTIA E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA	4
A DITADURA COMEÇA A PERDER FORÇAS	5
A SOCIEDADE PEDE POR ANISTIA	5
A DISTENSÃO E A LEI	7
A ANISTIA TROUXE BENEFÍCIOS, MAS NÃO CESSOU A LUTA	12
O CEARÁ NO CENÁRIO DA LUTA POR DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DE REPARAÇÃO - ANALISANDO ALGUMAS FONTES	14
CONCLUINDO	17
EXERCÍCIOS	18
MATERIAL DE APROFUNDAMENTO	20
REFERÊNCIAS	21

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

Este produto educacional foi pensado para auxiliar os professores na execução das atividades pedagógicas voltadas ao estudo da Anistia da Transição e da Redemocratização brasileira ocorridas a partir do final da década de 1970. Pautado na problematização do conceito de Anistia, o material oferece diferentes recursos que podem ser explorados de modo criativo nas aulas de História, incentivando a pesquisa documental por meio da leitura e análise de fontes relacionadas à história local, com o objetivo de mobilizar reflexões e ações práticas ao desenvolvimento da consciência histórica.

A presente cartilha visa contribuir para democratizar o acesso ao conhecimento, disponibilizando um instrumento que facilita o planejamento docente, amplia repertórios didáticos, incentiva a reflexão histórica crítica e fortalece o compromisso social da escola com a cultura democrática.

Para isso, a cartilha apresenta recursos variadas, distribuídos em seções específicas, que podem ser exploradas de forma flexível conforme a realidade de cada turma. Entre eles, o(a) professor(a) encontrará:

- Textos introdutórios e contextualização histórica;
- Documentos oficiais e trechos de processos de anistiados políticos;
- Imagens, fotografias e cartazes de época;
- Sugestões de filmes, livros e sites;
- Indicações de perguntas norteadoras;
- Glossário conceitual;
- Material de aprofundamento;

A cartilha poderá ser usada de forma completa, ou apenas a parte que que mais lhe interessar. O professor (a) poderá criar abordagens próprias a partir dos recursos disponibilizados, adaptar ou reformular a proposta enriquecendo as experiências educacionais de seus alunos.

Desejo que este trabalho acadêmico e o produto dele originado possam contribuir com o ensino e a aprendizagem histórica, oferecendo novos olhares e compreensões sobre esse recente período da República Brasileira!

ANISTIA E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA



Arte sobre foto de Juca Martins - Site Brasil de Fato.

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/01/anistia-e-ma-gestao-dos-governo-civis-sobre-militares-possibilitaram-movimentos-golpistas-diz-professor/>

Movimento das mulheres soma-se à luta pela anistia durante a Ditadura Militar.



Foto de Roberto Parizotti - Site Brasil de Fato.

<https://www.brasildefato.com.br/colunista/educacao-em-direitos-humanos-educar-para-as-sensibilidades/2025/09/17/anistia-o-sequestro-do-sentido-da-palavra/>

Em 2025, manifestantes foram contrários ao pedido de anistia feito por bolsonaristas condenados pelos crimes de 8 de janeiro.

- O que essas imagens têm em comum?
- As situações pelas quais as pessoas se Manifestaram são as mesmas?
- O que você sabe sobre Anistia?
- O Brasil mudou no intervalo de tempo decorrido entre as duas imagens?

A DITADURA COMEÇA A PERDER FORÇAS

No final dos anos 1970, a Ditadura Militar já estava mais enfraquecida uma vez que, entre outras coisas, havia perdido maioria de representantes nas bancadas de senadores e deputados federais e estaduais para o MDB nas eleições diretas de 1974, momento que marca o início do fim do período ditatorial brasileiro.

É importante lembrar que naquele momento o Brasil só possuía dois partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional – ARENA, que era o partido governista e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB que era a chamada “oposição consentida”. Em 1966 os demais partidos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2). Interferir no processo eleitoral era uma estratégia importante para os militares facilitarem seu governo.

Por meio dos movimentos sociais a população brasileira se organizou em torno das lutas trabalhistas, pelo retorno das pessoas que foram exiladas do país, entre outras pautas, e avançaram na pressão pela volta do regime democrático. A partir da revogação do AI-nº5, em 1978, feita pelo presidente Ernesto Geisel, deu-se início à Abertura Política, que avançou na década seguinte.

Uma das ações que consolidou essa abertura é a Lei de Anistia de 1979, que permite a volta dos exilados e a soltura dos presos políticos. A Ditadura ainda estava ativa, mas o retorno jurídico à democracia se firmava a partir desse ato jurídico que permitia reintegrar os cidadãos que haviam perdido seus direitos políticos por serem contrários ao regime estabelecido pelos militares.

GLOSSÁRIO: ANISTIA

É uma palavra que significa perdão, esquecimento. Anistia permite que os crimes cometidos, especialmente os crimes políticos, sejam perdoados, “limpando a ficha” daqueles que os cometeram.

A SOCIEDADE PEDE POR ANISTIA

Apesar de ser uma concessão jurídico-política, a lei de anistia não foi um presente dado pelos militares aos perseguidos políticos. Ela é fruto de uma série de articulações e movimentos da sociedade civil, que desejava a volta da democracia. Esse momento foi protagonizado de modo bastante amplo pelas mulheres.

Essas mulheres eram mães, esposas, filhas e irmãs de exilados e presos políticos que sentiram o peso da ditadura militar, tanto enquanto militantes da esquerda que sofriam perseguição, quanto como familiares dessas pessoas, pois a ausência do lar lhes causava diversos sofrimentos, tais como prover o sustento da casa sozinhas, ajudar esses parentes visitando-os em presídios, buscando advogados para defendê-los ou procurando informações quando estavam desaparecidos.

A busca por anistia foi um movimento que se iniciou de modo orgânico, e só depois tornou-se organizado, dando origem ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em São Paulo em 1975, que tem como um nome de peso na liderança nacional a advogada Therezinha Zerbini, esposa de um general atingido pela repressão militar. Em 1978 foi a vez da criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que era uma organização bem maior com representação inclusive fora do país.

No Ceará, lideranças como Nildes Alencar, Lourdes Albuquerque e Maria Luiza Fontenele se destacaram na defesa da anistia. Essa luta passou, inclusive, pela disputa de cargos eletivos, como é o caso de Maria Luiza, que foi deputada estadual e primeira prefeita de capital no Brasil.

Além da ação das mulheres, outros setores da sociedade civil, como a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), tiveram um papel fundamental na pressão exercida no governo militar para que a lei de anistia acontecesse. Artistas e intelectuais produziram canções, peças teatrais e elementos artísticos para sensibilizar as pessoas. Populares também se manifestaram por meio de faixas e cartazes levados a jogos de futebol nos estádios para serem fotografados pelos jornais.



Nildes Alencar com a foto de seu irmão, Frei Tito de Alencar.



Maria Luiza Fontenele posa segurando foto de quando era prefeita de Fortaleza.

A DISTENSÃO E A LEI

Dando continuidade à abertura política iniciada em 1974, o presidente João Batista Figueiredo chegou ao poder em 1979 com a missão de continuar os planos iniciados pelo seu antecessor. João Batista seria o último presidente militar em 21 anos de ditadura. A posse do presidente ocorreu em março e, no final do mês de junho, a lei de anistia foi mandada para o Congresso Nacional.

GLOSSÁRIO: DISTENSÃO

❖ No contexto da Ditadura, refere-se ao processo de abertura política iniciado pelo presidente Ernesto Geisel, que tinha como objetivo fazer uma transição controlada do poder para um governo civil. A distensão foi motivada pela impopularidade do regime e pela crise econômica ocasionada após o "milagre econômico".

A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática.

✍ A anistia reabre o campo de ação política, en seja o reencontro, reúne e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa.

Este, Senhores Congressistas, o projeto de anistia que, com fundamento no artigo 57, item VI, combinado com o § 2º do artigo 51 da Constituição Federal, envio à consideração de Vossas Excelências, na convicção de que pratico um ato significativo e profundo, o ato histórico de anistia, com a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estendo a mão a todos os brasileiros.

Brasília, em 27 de junho de 1979.

Jaime B. de Figueiredo.

Fragments da mensagem do presidente Figueiredo sobre a lei de anistia enviada ao Congresso. Fonte: Agência Senado.

A lei 6683/1979 contém 15 artigos que explicitam quem são as pessoas que têm direito de serem anistiadas. Porém, apesar do texto do presidente expressar uma mensagem de boa vontade, a compreensão dos anistiados políticos, do partido de oposição ao governo, e de outros setores da sociedade era diferente.

Vejamos o artigo primeiro da lei 6683/79:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º – Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º – Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Perceba que no parágrafo 2º da lei há exceções. Ora, isso criava um grande conflito, porque várias pessoas que lutaram contra a ditadura fizeram parte de grupos armados, e por diversas razões praticaram esses crimes. Parlamentares do MDB tentaram, através de emenda, derrubar esse ponto e garantir que a lei fosse ampla, geral e irrestrita, conforme pedia a sociedade brasileira por meio de manifestações, mas o presidente não acolheu essa solicitação, alegando que esse pedido dificultaria o andamento processual. Ou seja, era uma forma de dizer: ou vai ser assim, ou vai ser nada.

A essas exclusões, os presos políticos responderam com greves de fome nas prisões, mas mesmo assim o projeto seguiu em frente. Em julho era o recesso parlamentar, portanto o texto só poderia ser apreciado no mês de agosto. Como já se sabe, a aprovação da lei aconteceu em fins de agosto de 1979, não abrindo espaço para debates e modificações. Isso demonstra uma certa pressa por parte do governo militar em consolidar a lei. Tal rapidez na aprovação efetivou o que se chama de anistia parcial. A charge abaixo satiriza o fato, veja:



Charge de Ziraldo, publicada no jornal O Pasquim, em setembro de 1979.
Fonte: Agência Senado.

Apesar de já haver uma forte campanha pela anistia, como já debatemos anteriormente, ela não foi como a sociedade desejava. Isso leva a uma reflexão: se a anistia é perdão/esquecimento dos crimes cometidos, mas parte das pessoas não foi anistiada pela lei, então quem foi beneficiado? Quem cometeu abusos e excessos e a partir da lei foi anistiado?

No fragmento do artigo 1º lemos que deveriam ser anistiados aqueles que “cometeram crimes políticos ou conexo com estes”, o que significa que poderiam ser crimes de qualquer natureza cometidos por causas políticas. Essa parte do texto é obscura e sem detalhes. Mesmo não citando os militares, beneficia-os diretamente, pois o termo “crimes conexos” é muito abrangente, diferente da exceção feita sobre terroristas, assaltantes e sequestradores explicitamente descrita no texto legislativo.

A anistia foi, então, ampla e geral, porém foi restrita. Perdoou torturadores e assassinos que cometeram crimes contra os cidadãos em nome do regime e deixou de fora parte dos presos políticos acusados dos crimes especificados na lei de anistia. Em outros casos, como após o fim da Segunda Guerra Mundial, nazistas foram levados aos tribunais para serem julgados. Na Argentina também houve o julgamento de militares que cometeram crimes durante a ditadura lá.

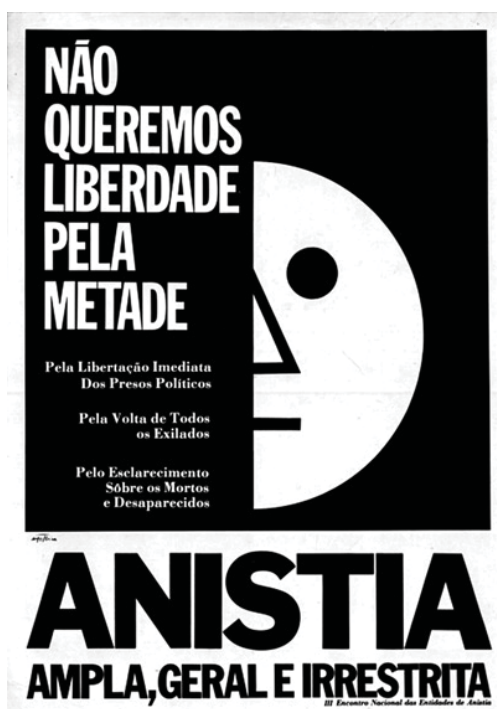
O historiador Carlos Fico, em seu livro *Além do Golpe* (2004), conclui que o governo estava mais preocupado em garantir o perdão dos militares, uma vez que pouco depois de aprovar a lei de anistia, contemplou aqueles que haviam sido excluídos com indultos presidenciais ou revisões processuais, livrando-os também das penas que cumpriam.

Uma vez sancionada a lei nº 6683/79, em pouco tempo os brasileiros exilados começam a voltar ao Brasil. Betinho, Paulo Freire, Luís Carlos Prestes, Maria Ruth, entre tantos outros conhecidos e desconhecidos das páginas da História oficial, que agora retornavam com suas vidas marcadas pelos sofrimentos impingidos pela Ditadura.

Para além de buscar retomar suas vidas naquilo que era possível, como por exemplo tentando reaver empregos perdidos injustamente, oportunidade de concluir cursos dos quais foram expulsos, entre outras situações, muitos assumiram novamente suas posições políticas, fundando partidos políticos, como Leonel Brizola, ou instituições que objetivavam oportunizar melhorias diversas para o país, como o sociólogo Betinho, somente para citar alguns exemplos.

Como parte do processo de abertura política, a Anistia trouxe ganhos não apenas para os cidadãos que foram perseguidos políticos e que conseguiram o restabelecimento de seus direitos, mas para toda a sociedade, uma vez que apontava para um abrandamento daquele regime político, o que favorecia uma maior e melhor participação da população na luta por direitos.

Acesse o QR Code e leia a lei de anistia na íntegra.



Fonte: Agência Senado.

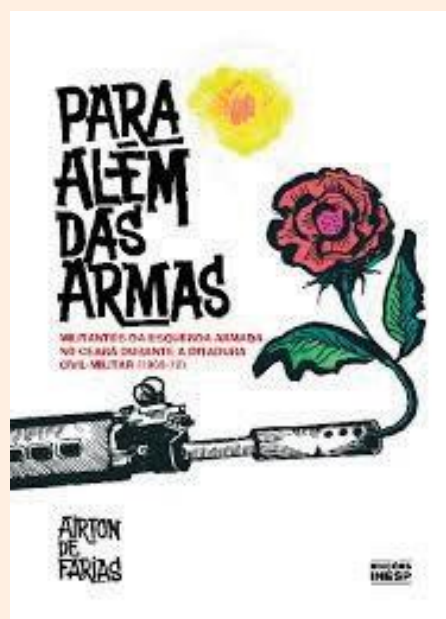


PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre a luta armada, leia o livro e assista ao filme indicado.



Pôster do filme Marighella (2019), de Wagner Moura.



Capa do livro *Para além das Armas*, do historiador Airton de Farias.

A ANISTIA TROUXE BENEFÍCIOS, MAS NÃO CESSOU A LUTA

Com a abertura política, preciso fazer um caminho de transição da Ditadura Militar para a Democracia. Essa transição foi necessária para que se pudesse transformar a organização jurídica, social e política do país, restabelecendo a democracia e o Estado de Direito como condutores do novo modelo a ser instalado, estando acima das paixões ideológicas. Essa é a base para a justiça de fato esclarecer a verdade, reparar os danos cometidos às vítimas e manter a memória daquele período.

Como explicado anteriormente, a Lei de Anistia de 1979 possui em si um grande problema: anistiou torturadores e assassinos que agiam em nome do Estado e excluiu outras pessoas que já estavam, em sua maioria, presas, pagando pelos crimes cometidos por motivações políticas. A discussão desse problema é importante porque diz respeito, em primeiro lugar, à forma como as coisas se processaram.

A literatura que versa sobre o tema aponta a lei nº 6683/79 como uma autoanistia, que teve como prioridade velada o esquecimento de tudo o que aconteceu. Porém, no que diz respeito aos Direitos Humanos que foram transgredidos, é necessário que haja esclarecimento sobre as pessoas que desapareceram sob a tutela do Estado. Em outros países, governantes e pessoas que, em regimes de exceção, cometeram crimes contra a humanidade foram responsabilizados, respondendo por esses delitos a tribunais internacionais.

O caso brasileiro é uma exceção frente aos outros, uma vez que mesmo com a mobilização de instituições formadas por vítimas e parentes, a Justiça Brasileira manteve em vigor a lei de 1979, cristalizando a ideia de anistia com o sentido de amnésia e deixando impunes diversos criminosos da Ditadura Militar.

Marcelo Rubens Paiva (2000, p. 45), ainda em meados dos anos 1990 relembrou uma reportagem publicada no jornal O Globo, que informava que “uma fonte militar de alta patente”, ou seja, mesmo após o fim legal da ditadura, essas pessoas ainda têm presença marcante no governo democrático, “temem que essa medida desencadeie um processo pernicioso à nação”. Marcelo é filho do deputado Rubens Paiva, que foi uma das pessoas desaparecidas sob a tutela do Estado. Posteriormente, o Estado admitiu sua morte.

A questão a qual se refere Marcelo Paiva é o desenrolar das discussões da sociedade, das vítimas e dos parentes das vítimas sobre perguntas que não foram esclarecidas sobre várias situações que ocorreram durante a ditadura, especialmente a verdade acerca de os mortos e desaparecidos.

Marcelo Paiva conclui seu texto afirmando que o projeto do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) “é justo, e pode não satisfazer a todos”.

O projeto em questão tratava da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995 (Lei dos Desaparecidos Políticos), que visava reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro sobre os crimes da Ditadura.

Entretanto, ainda em seu governo, FHC promulgou outra lei que objetivava reparar economicamente as vítimas, a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 (Lei da Anistia Política). Essas duas leis deram também origem a duas comissões: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP); e a Comissão de Anistia, que passaram a ser responsáveis por analisar os pedidos de anistia e reparação, respectivamente.

A segunda lei citada anteriormente não visava invalidar a de 1979, mas sim romper com o autoritarismo, restaurando a dignidade e os direitos de quem lutou pela democracia. Assim, a década de 1990 passou em meio a um ajustamento social, político, econômico e jurídico do país, que daria sustentação aos tímidos avanços ocorridos na primeira década do século XXI com relação aos debates sobre os Direitos Humanos.

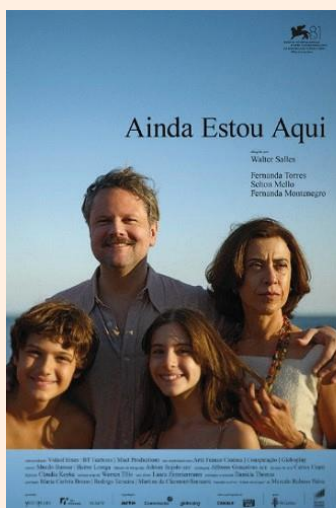
A Comissão Nacional da Verdade, posta em funcionamento em maio de 2012, apesar de não possuir o poder de processar e punir os investigados, foi um desses avanços que abriu a janela de oportunidades para investigação daquilo que ainda era obscuro. Mesmo passados mais de 30 anos da Lei de Anistia, os setores militares ainda resistiram contra os trabalhos dessa comissão, que em seu relatório final apontou para a não entrega dos arquivos militares, fato que travancava a conclusão da redemocratização do país.

GLOSSÁRIO: ESTADO DE DIREITO

É o que assegura que nenhum indivíduo está "acima da lei". Diz-se que um país vive sob Estado de Direito quando sua Constituição e suas leis são rigorosamente observadas por todos, independentemente do cargo político, da posição social ou do prestígio.

PARA SABER MAIS

Para saber mais assista ao premiado filme de Walter Salles.



Pôster do filme *Ainda estou aqui* (2024), de Walter Salles.

O CEARÁ NO CENÁRIO DA LUTA POR DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DE REPARAÇÃO - ANALISANDO ALGUMAS FONTES

O estado do Ceará, durante a Ditadura Militar, foi palco de ações da repressão, bem como da reação de militantes contrários à Ditadura, inclusive com envolvimento destes na luta armada. Várias pessoas, especialmente jovens, foram perseguidas, presas, torturadas, exiladas, sequestradas, e mortas nas ações repressivas realizadas.

Na dissertação apresentada, base para a elaboração desta cartilha, foram analisados quatro casos de jovens professores, que também eram estudantes, e suas trajetórias de luta iniciadas durante a Ditadura e continuadas nos anos 2000. Mais do que descrever aqui essas histórias, trataremos os documentos, ou fragmentos deles, para conhecer a realidade enfrentada por essas pessoas no passado e o significado de alcançar a indenização econômica, não apenas pelo ganho financeiro, que não paga o que houve no passado, mas como medida reparadora que busca reconciliar o cidadão com o país e sua história.

O passado não será apagado, mas a partir desse gesto de reconciliação é possível abrir o diálogo, reconhecer os erros e selar novos acordos que deem a oportunidade de construir um futuro com mais consciência e justiça.

O documento a seguir é o relato pessoal de um dos professores estudados durante a pesquisa. Façamos uma leitura inicial e, posteriormente, respondamos às seguintes perguntas:

- Quem escreveu o documento? Quando ele foi produzido?
- A que período o relato no documento se refere?
- É possível sequenciar os acontecimentos descritos e chegar a uma conclusão, mesmo que parcial?
- O que mais chama a atenção nest e relato?
- Qual a motivação do autor para escrever este documento?

Fonte 1

HISTÓRICO::Caio Cirino::JANEIRO de 2002.

Após o golpe militar de 1964, uma longa ditadura instalou-se no Brasil, com "Marchas da Família", sob "proteção de Deus" e das "graças da Virgem Maria". Nesse tempo eu era professor de matemática do "velho Liceu", pertencente a rede estadual de ensino (2º Grau) do Estado do Ceará, onde lá penetrei através um "Concurso Público" e com destaque, conforme as palavras do digníssimo examinador Adroaldo Teixeira Castelo. Imediatamente, Começou a perseguição política... "caçada aos comunistas" etc., etc., etc... A linguagem oficial em todo o Brasil era a mesma... "Segurança Nacional", parecia o "Tio Sam" com as bombinhas de Bin Laden. Dava não assistir um programa de televisão... os "apresentadores" eram "selecionados" de acordo com o "cinismo" e o "ódio fascista". Para mim, que estava lecionando numa das salas do "velho e querido Liceu do Ceará" só restava uma saída, a rua, e, foi assim que me larguei pelas praias e sertões do Ceará num barquinho a vela, sem dinheiro, mas, apoiado na "solidariedade" dos pescadores e amigos. Como era calorosa a "Corrente de Solidariedade" formada pelos professores e estudantes, mas, não posso citar nomes!...

Meu nome foi citado pela televisão ao lado dos companheiros, e, eu até gostava daquela "aventura", pois, assim contecia melhor ainda os sertões e o alegre povo "cearense". Porém, nas minhas "andanças", gostava de repetir Euclides da Cunha, "...O sertanejo é antes de tudo um forte"; E, parecia que na...re-pe-tição de tais palavras eu me sentia mais forte!...

Com um saco às costas e um chapéuzinho de palha me "cobrindo" eu fazia 10 léguas num só dia e, entrando pela noite eu monologava e sonhava... "O sertanejo é antes de tudo um forte" e, acordava mais otimista, alegre, e, durante o dia quando encontrava a sombra amiga de um juazeiro, ali mesmo, eu também dormia e gostosamente com as minhas "fantasias"...

Até que um dia me aproximei do mar e senti um "cheirinho", mas, qui "Cheirinho gostoso" e me deu uma "vontade"...E, fui bater lá no Clube Marajá, ancoradouro histórico dasjangadas, em frente o farol velho do Mucurape. O local, ideal para a minha "assistência"... é tardinha, eu já ia sendo para as visitas em Fortaleza... "Conscientização"!...E, quando de lá voltava trazia as "novidades" e as mãos cheias de jornais, revistas. Pela manhã, quando os comerciantes chegavam para as aulas de aritmética (As quatro operações), os garotos brincando na beira do mar davam ao ambiente aquele "colorido romântico" e muito alegre, e, quando os estudantes de Fortaleza nos visitavam aos fins de semana ficavam "encantados", alguns perguntavam: Ora, o "professor" parece feliz no meio da miséria, é possível? Até que um dia, (Dia de Tiradentes), 21 de Abril de 1965, a polícia descobriu o "professor"... e, bateu em minha porta, quase meia noite, e, eu quando abri a janelinha do sóbrado vi minha "totalmente cercada".

Lógo me "internaram" na central de polícia, DOPS, onde passei alguns dias numa "greve de fome" em sinal de protesto contra a arbitrariedade ditatorial. Em seguida, me mandaram para a 10ª. Região Militar para responder ao IFM, e lá fui registrado e classificado no "grupo dos onze" do Brizola. Mas, o Juiz Auditor, não aceitou a denuncia contra os "subversivos" e nós fomos todos liberados... pelo Tribunal Militar. E, dentro de poucos meses eu estava viajando no rumo de Paris-França, onde pretendia estudar e fazer um curso de economia o qual eu fiz mesmo, o IRFED com os Padres Dominicanos. E, no final do cursinho tive uma feliz participação na Revolução Cultural escrevendo um livro; "Diálogo de Liberdade".

A minha paixão... a contestação!
E naquela fase, Paris, Maio da Participação?
De Paris-Praga... a Direção!
E a minha propria... REVOLUÇÃO!!!

.....
.....

Inserir legenda: Relato pessoal de Caio Cirino.

Este outro fragmento pertence ao requerimento de anistia da mesma pessoa que escreveu o relato pessoal. O requerimento de anistia foi protocolado em 2002 na Comissão do Governo Federal.

Fonte 2

1. No ano pretérito, o Governo Federal, através de ato de Medida Provisória, instituiu a Comissão da Paz, "instituição" a qual foi entregue o nobre e difícil mister de buscar reparar - dentro dos parâmetros legais estabelecidos na Medida Provisória - os danos causados por um regime que perdurou em nosso país por mais de duas décadas e tantas infelicidades trouxe ao nosso povo e a seus heróis, que, martirizados nos cárceres, afastados de suas famílias, impedidos de amar e viver, foram submetidos às torturas, prisões, constrangimentos e toda sorte de arbítrio.
2. Certamente, as indenizações ora pleiteadas por milhares de brasileiros, não apagaram - e nem é esse seu objetivo - os momentos sombrios vividos sobre a égide do regime de opressão, mas possibilitaram minimamente, aos que foram justamente atendidos, um pouco de conforto após tanto dor e sofrimento. Assim, é confiante na "Comissão da Paz", conhecedor da respeitabilidade e honradez de seus componentes, que se faz o presente requerimento.
3. O Requerente participou de atividades políticas legais a partir do ano de 1.960, iniciando-as junto aos movimentos sociais, sendo à época de sua prisão Professor do Colégio Liceu do Ceará junto ao Anexo São Luiz.
4. O requerente foi vítima da repressão imposta pelos Governos Militares em nosso país, em especial quando no ano de 1.964, teve que deixar de lecionar no Colégio Liceu do Ceará junto ao Anexo São Luiz, instituição da Rede de Ensino do Estado do Ceará à época, onde ministrava aulas de matemática, para ir para a clandestinidade, pois a polícia à época do DOPS procurava por sua pessoa. (documentos anexos).

Documento do processo de Caio Cirino.

- Qual a diferença desse fragmento para o documento anterior?
- Quais os sentimentos ou pensamentos que a leitura desses dois documentos trazem a você?
- É possível que a anistia consiga reparar tudo que ocorreu na vida das pessoas que foram atingidas pela Ditadura Militar?
- Que outras formas você pode sugerir de reparação?

CONCLUINDO

Feito este percurso de reflexão, é possível agora pensar sobre a Anistia demandada no tempo presente após os ataques de 8 de janeiro de 2023.

ATAQUES À DEMOCRACIA 4

Atentado de 8 de janeiro já é fato histórico, mas ainda precisa ser enfrentado pelo país

Especialistas conversaram com o BdF sobre a tentativa de golpe que completa um ano neste início de 2024

Fonte: Site Brasil de Fato.



Prejuízos dos ataques ultrapassam R\$ 20 milhões - © Joedson Alves/Agência Brasil



O início de 2024 marca um ano dos atentados contra prédios públicos em Brasília, que causaram milhões em perdas e escancararam a radicalização do movimento em favor do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). Em **8 de janeiro** do ano passado, milhares de pessoas foram até a Praça dos Três Poderes, invadiram as sedes do executivo, do legislativo e do judiciário e destruíram tudo o que viram pela frente.

Fonte: Site Brasil de Fato.

Após todo o percurso de leituras e reflexões desta cartilha, sabemos que o assunto ainda tem muito para ser discutido e pensado. Não temos a pretensão de esgotar o tema, mas tão somente oferecer a oportunidade de parar, olhar e pensar um pouco a respeito. Este trabalho se candidata a ser uma das pedrinhas que ajudam a pavimentar esse caminho tão cheio de jargões jurídicos, de manobras políticas, de intenções veladas. Muito ainda precisa ser feito para que, como disse a manchete exposta acima, possamos enquanto país “enfrentar” a situação.

Apesar de existirem insatisfações por parte da população em relação aos rumos políticos do país, dar curso a um golpe contra a democracia, pedindo intervenção militar e a consequente perda de direitos, não é uma solução razoável. Mas com tudo que discutimos neste material, é importante também pensar por que a violência é um meio tão utilizado para “resolver” as coisas nesse país. Há crimes perdoáveis e imperdoáveis?

Para enfrentar é preciso primeiro enxergar qual é o problema. Não há como propor soluções eficientes se não compreendemos as causas. Jogar luz sobre este assunto de forma didática foi a proposta aqui apresentada, para que todos os que tiverem acesso a este material possam fazer o seu próprio exercício de pensamento.

EXERCÍCIOS

1 (FUVEST 2017)

Não nos esqueçamos de que este é um tempo de abertura. Vivemos sob o signo da anistia que é esquecimento, ou devia ser. Tempo que pede contenção e paciência. Sofremos todo ímpeto agressivo. Adocemos os gestos. O tempo é de perdão. (...) Esqueçamos tudo isto, mas cuidado! Não nos esqueçamos de enfrentar, agora, a tarefa em que fracassamos ontem e que deu lugar a tudo isto. Não nos esqueçamos de organizar a defesa das instituições democráticas contra novos golpistas militares e civis para que em tempo algum do futuro ninguém tenha outra vez de enfrentar e sofrer, e depois esquecer os conspiradores, os torturadores, os censores e todos os culpados e coniventes que beberam nosso sangue e pedem nosso esquecimento.

Darcy Ribeiro. “Réquiem”, Ensaios insólitos. Porto Alegre: L&PM, 1979.

O texto remete à anistia e à reflexão sobre os impasses da abertura política no Brasil, no período final do regime militar, implantado com o golpe de 1964. Com base nessas referências, escolha a alternativa correta.

- A** A presença de censores na redação dos jornais somente foi extinta em 1988, quando promulgada a nova Constituição.
- B** O projeto de lei pela anistia ampla, geral e irrestrita foi uma proposta defendida pelos militares como forma de apaziguar os atos de exceção.
- C** Durante a transição democrática, foram conquistados o bipartidarismo, as eleições livres e gerais e a convocação da Assembleia Constituinte.
- D** A lei de anistia aprovada pelo Congresso beneficiou presos políticos e exilados, e também agentes da repressão.
- E** O esquecimento e o perdão mencionados integravam a pauta da Teologia da Libertação, uma importante diretriz da Igreja Católica.

RESPOSTA: D

2 (URCA 2016/1)

A criação da Lei de Anistia pós-regime civil-militar brasileiro estava inserida no complexo processo de transição no Brasil. Considerando os fatos, personagens, sujeitos e acontecimentos que levaram ao fim da ditadura e ao advento da referida Lei, assinale a alternativa verdadeira.

- A** Para compreender esta transição, precisamos nos remeter às mudanças econômicas que se processaram no Brasil (e no regime) após a crise mundial de 1973, também chamada de “crise do petróleo”. O modelo econômico brasileiro foi afetado, o que levou ao desgaste do chamado “milagre” nos anos seguintes: muitos setores que antes deram sustentação ao regime (especialmente as classes médias) começaram a esboçar descontentamentos; diferentes frações da burguesia passaram a disputar espaços de poder e avançaram no sentido de fortalecer suas instituições de classe e de exigir maior participação nas decisões políticas.
- B** Os descontentamentos ficaram evidentes na significativa votação dos candidatos da ARENA – partido de sustentação do regime – nas eleições de 1974. No Rio Grande do Sul, o partido elegeu Paulo Brossard como senador e fez a maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa, em São Paulo, a ARENA elegeu Leonel Brizola governador.
- C** A pressão sobre a ditadura fez os militares, comandados pelo General Costa e Silva, apresentarem um projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, que culminaria com a democracia, segundo seus criadores, em uma “democratização dentro da ordem”.
- D** D) No âmbito mundial, deu-se a “Crise do petróleo”, deflagrada quando países árabes membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ampliaram as exportações em resposta ao apoio dado pelas potências Ocidentais a Israel, durante a Guerra do Oriente Médio, o que puxou o preço do petróleo para baixo, prejudicando as economias ocidentais, inclusive o Brasil.
- E** O fim dos aparatos repressivos e de mecanismos para barrar qualquer oposição mais sistemática ao regime veio com a Lei Falcão e o Pacote de Abril. A partir de 1974 e 1979 não houve mais no Brasil, prisões, torturas, mortes ou desaparecimentos por motivações políticas.

RESPOSTA: A

MATERIAL DE APROFUNDAMENTO

Sites

<https://memoriasdaditadura.org.br/>

<https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/576-a-anistia-de-1979-um-esquecimento-muito-presente>

Livros para Download gratuito

2012 – JOGOS DA MEMÓRIA MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO CEARÁ (1976–1979).

<https://www.al.ce.gov.br/publicacoes-inesp/historia-memoria-biografia/2012-jogos-da-memoria-movimento-feminino-pela-anistia-no-ceara-1976-1979>

2014 – AINDA 1964 – POLÍTICA, HISTÓRIA E SENSIBILIDADES.

<https://www.al.ce.gov.br/publicacoes-inesp/historia-memoria-biografia/2014-ainda-1964-politica-historia-e-sensibilidades>

PARA ALÉM DAS ARMAS MILITANTES DA ESQUERDA ARMADA NO CEARÁ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.

<https://www.al.ce.gov.br/publicacoes-inesp/historia-memoria-biografia/livro-para-alem-das-armas-militantes-da-esquerda-armada-no-ceara-durante-a-ditadura-civil-militar-19>

Drive com outros materiais

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1bxHk8EbiV0cPVsucLqKZECMTnea8GLSI>

Podcast

<https://open.spotify.com/show/5T9yNzv9uhVWNolCnWGJ10>

REFERÊNCIAS

Sites

<https://www.brasildefato.com.br/colunista/educacao-em-direitos-humanos-educar-para-as-sensibilidades/2025/09/17/anistia-o-sequestro-do-sentido-da-palavra/> Acesso em 09 Nov. 2025.

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/01/anistia-e-ma-gestao-dos-governo-civis-sobre-militares-possibilitaram-movimentos-golpistas-diz-professor/> Acesso em 09 Nov. 2025.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/10/1974-o-inicio-do-fim-da-ditadura#:~:text=1974:%20o%20in%C3%ADcio%20do%20fim%20da%20ditadura.> Acesso em 09 Nov. 2025.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura#:~:text=A%20Lei%20da%20Anistia%20completa,para%20a%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil.> Acesso em 10 Nov. 2025.

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/07/atentado-de-8-de-janeiro-ja-e-fato-historico-mas-ainda-precisa-ser-enfrentado-pelo-pais/> Acesso em 10 Nov. 2025.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em 10 Nov. 2025.

<https://www.poder360.com.br/poder-congresso/brasil-teve-48-anistias-aprovadas-desde-a-independencia/> Acesso em 10 Nov. 2025.

<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8061-estado-de-direito#:~:text=%C3%89%20o%20que%20assegura%20que%20nenhum%20indiv%C3%ADduo,do%20cargo%20pol%C3%ADtico%2C%20posi%C3%A7%C3%A3o%20social%20ou%20prest%C3%ADgio.> Acesso em 10 Nov. 2025.

Livros

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos da memória – o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976–1979) – INESP 2012

PAIVA, Marcelo Rubens. Brasil procura superar “solução final”. In: TELES, Janaína. Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? Org. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2000. p 45.